

CARACTERIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO DO PORTAL BASE.GOV

RAFAEL PIMENTA DOS SANTOS

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL — ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Fachana Moreira da
Costa

JUNHO DE 2016

MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA CIVIL 2015/2016

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ miec@fe.up.pt

Editado por Rafael Pimenta Santos

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2015/2016 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2016*.

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao tamanho inicial
Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Jorge Moreira da Costa, por toda a sua disponibilidade, compreensão e entusiasmo que demonstrou para o desenvolvimento deste tema.

Agradeço aos meus pais, por todo o apoio e compreensão durante todo o meu percurso académico e em toda a minha vida.

A todos os bons amigos que fiz durante todos estes anos de Faculdade, um muito obrigado por cada momento vivido na vossa companhia, e que esses momentos continuem a acontecer por muitos e bons anos.

RESUMO

Portugal está, nos dias de hoje, em constante incerteza política e económica.

Esta incerteza é, em grande parte, sentida no setor da contratação pública devido à sua dimensão e influência no panorama económico português.

De modo a perceber a influência do panorama económico português na contratação pública, mais precisamente na atividade da construção, surge a necessidade de caracterizá-la de maneira a perceber a sua organização e a sua volatilidade às incertezas políticas e económicas vividas.

Nesta dissertação pretende realizar-se essa caracterização da contratação pública para a construção, utilizando para isso os dados desta atividade disponibilizados pelo portal Base.Gov.pt para o período desde a sua criação até ao fim do ano de 2015.

A caracterização da atividade da construção realizou-se procedendo à análise dos contratos quanto à sua composição para cada ano, de modo a que fosse possível efetuar uma análise comparativa entre os vários anos, identificando assim alterações que fossem patentes.

A análise desenvolvida aborda o posicionamento do estado português ao nível de contratação pública para este sector, avaliando a quantidade, o valor e a disposição geográfica dos contratos realizados, até a uma análise da orientação das empresas que concorrem à execução dos contratos.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Setor da Construção, Contratação Pública, Portal Base, Caracterização da Construção

ABSTRACT

Portugal is in a constant political and economic uncertainty.

Uncertainty that, due to the size and influence of the public procurement sector, is largely transmitted to it, especially if we refer to the public construction activity.

In order to understand the influence of the uncertainty that we live in this days, the need to perform a characterization of the construction activity public procurement in order to understand its organization and volatility arises.

This thesis intends to perform a characterization of the construction public procurement, using for that, the data provided by the Base.Gov.pt portal for the years since its creation up to the end of 2015.

The characterization of the public construction activity is carried out by analysing the parameters of the contracts that were made for each year, proceeding after to a comparative analysis between the several years in study so that it could become possible to identify the changes between the years in study and try to relate them to its causes.

The analysis goes from the Portuguese Government behaviour for the construction public procurement sector, assessing the quantity, value and geographical arrangement of contracts, but also the construction company's orientation for the execution of the public contracts.

KEYWORDS: Portugal, Construction Sector, Public Procurement, Base portal, Construction Characterization

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE TABELAS	XIII
SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	XVI

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO.....	1
1.2. ÂMBITO E OBJETIVOS.....	1
1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	2
2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL	3
2.1 PANORAMA ECONÓMICO PORTUGUÊS	3
2.2 IMPORTÂNCIA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO PIB	3
2.3 IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	4
3. PORTAL BASE.GOV.PT.....	7
3.1 ORIGEM DO PORTAL.....	7
3.2 PORTAL BASE.GOV.PT	8
3.2.1 FUNÇÕES DO PORTAL.....	8
3.2.2 COMPONENTES DO PORTAL.....	8
3.2.3 ENTIDADES QUE SUPERVISIONAM O PORTAL	9
3.3 INFORMAÇÃO COMUNICADA AO BASE.....	9
3.3.1 TIPO DE CONTRATOS INTRODUZIDOS NO PORTAL.....	9
3.3.2 ELABORAÇÃO DOS ANÚNCIOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	10
3.3.3 UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS ELETRÓNICAS NA FORMAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO...	10
3.3.5 INTRODUÇÃO DOS BLOCOS DE DADOS NO PORTAL.....	11
3.3.6 PRAZOS DE ENTRADA DOS BLOCOS DE DADOS.....	12
3.4 INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO PORTAL.....	13
3.4.1 INFORMAÇÃO GERAL DISPONIBILIZADA PELO PORTAL	14
3.4.2 PESQUISAS ESPECÍFICAS NO PORTAL BASE.....	15

4.	CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS ANALISADOS	17
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA NO PORTAL BASE	17
4.1.1	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS COM CÓDIGOS CPV.....	17
4.1.2.	CÓDIGOS CPV DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO E PARÂMETROS GERAIS DA PESQUISA	17
4.2	RECOLHA DE DADOS DO PORTAL BASE	18
4.3	PARÂMETROS ESPECÍFICOS RECOLHIDOS PARA ANÁLISE.....	18
4.4	CARACTERIZAÇÃO DOS PARÂMETROS RECOLHIDOS	19
4.4.1	OBJETO DE CONTRATO	19
4.4.2	ENTIDADE ADJUDICANTE	19
4.4.3	ENTIDADE ADJUDICATÁRIA.....	20
4.4.4	TIPO DE CONTRATO	20
4.4.5	TIPOS DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAIS	21
4.4.6	PREÇO CONTRATUAL	23
4.4.7	CÓDIGO CPV	23
4.4.8	DATA DE PUBLICAÇÃO	23
4.4.9	DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	24
4.4.10	PRAZO DE EXECUÇÃO.....	24
4.4.11	DATA DE FECHO DE CONTRATO.....	24
4.4.12	PREÇO TOTAL EFETIVO.....	24
4.4.13	CAUSAS DE ALTERAÇÃO DE PRAZO	24
4.4.14	CAUSAS DE ALTERAÇÃO DE PREÇO	24
4.4.15	Nº DE REGISTO EM ACORDO QUADRO, DESCRIÇÃO DO ACORDO QUADRO E PROCEDIMENTO CENTRALIZADO.....	24
4.4.16	CLASSE DE ALVARÁ.....	24
4.4.17	Nº DE CONCORRENTES.....	25
4.5.	METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	25
5.	CARACTERIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO PÚBLICA.....	27
5.1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	27
5.2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO	27
5.2.1.	FICHAS DE ANÁLISE	27
5.2.2.	CONCLUSÕES GERAIS.....	33
5.3	CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45.....	33
5.3.1.	FICHAS DE ANÁLISE	33
5.3.2.	CONCLUSÕES GERAIS.....	52

5.4	CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71	53
5.4.1.	FICHAS DE ANÁLISE	53
5.4.2	CONCLUSÕES GERAIS.....	72
5.5	COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTRATOS DE CPV 45 E CPV 71.....	73
6.	CONCLUSÕES E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.....	75
6.1	CONCLUSÕES GERAIS	75
6.2	DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.....	76
	BIBLIOGRAFIA	78
	ANEXOS	79
ANEXO 1 –	DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS REGISTRADOS E EXPORTADOS.....	81
ANEXO 2 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS EXPORTADOS POR DISTRITOS.....	83
ANEXO 3 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO	85
ANEXO 4 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR PREÇO CONTRATUAL	87
ANEXO 5 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR PRAZO DE EXECUÇÃO	89
ANEXO 6 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E VALOR DE CONTRATO PARA O CPV 45.	91
ANEXO 7 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E VALOR DE CONTRATO PARA O CPV 71.	93
ANEXO 8 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O CPV 45.	95
ANEXO 9 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O CPV 71.	97
ANEXO 10 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR VALOR DE CONTRATO E POR CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O CPV 45.	99
ANEXO 11 –	DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR VALOR DE CONTRATO E POR CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O CPV 71.	101
ANEXO 12 –	DISTRIBUIÇÃO DO PREENCHIMENTO DE DADOS FINAIS.....	103

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2-1 – GRÁFICO DE VARIAÇÃO DO PIB (VALORES EM MILHÕES DE €) [9]	3
FIGURA 2-2 – CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB (UNIDADES EM MILHÕES DE €)	4
FIGURA 2-3 – DISTRIBUIÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR % DE Nº DE CONTRATOS.....	5
FIGURA 2-4 – DISTRIBUIÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR % DO VALOR TOTAL	5
FIGURA 3-1 – PÁGINA INICIAL DO PORTAL BASE.....	14
FIGURA 3-2 - BARRA SUPERIOR DO PORTAL BASE	14
FIGURA 3-3 - ATALHOS APRESENTADOS NO PORTAL BASE.....	15
FIGURA 3-4 - CAMPO DE PESQUISA RETIRADO DO PORTAL BASE	16
FIGURA 3-5 - EXEMPLO DO CAMPO DE PESQUISA AVANÇADA PARA OS CONTRATOS	16

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 3-1 - FUNÇÕES DO BASE [4].....	8
TABELA 3-2 - LISTA DE BLOCOS DE DADOS ADMITIDOS PELO PORTAL BASE [6].....	11
TABELA 3-3 – PRAZOS DE ENTREGA DOS BLOCOS DE DADOS [6].....	13
TABELA 4-1 – ORGANIZAÇÃO DO CÓDIGO CPV	17
TABELA 4-2 – DIVISÃO EM TRIMESTRES.....	18
TABELA 4-3 – PARÂMETROS RECOLHIDOS	19
TABELA 4-4 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES ADJUDICANTES [5]	20
TABELA 4-5 – TIPOS DE CONTRATO ENCONTRADOS	21
TABELA 4-6 – DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES DE ALVARÁ [8]	25
TABELA 4-7 – ANÁLISES REALIZADAS PARA AC	25
TABELA 4-8 – ANÁLISES REALIZADAS PARA O CPV 45	26
TABELA 4-9 – ANÁLISE REALIZADA PARA O CPV 71	26
TABELA 5-1 – FICHAS RELATIVAS A AC	27
TABELA 5-2 – FICHAS RELATIVAS A CONTRATOS DE CPV 45	33
TABELA 5-3 – FICHAS RELATIVAS A CONTRATOS DE CPV 71	53
TABELA A1-1 - DISTRIBUIÇÃO DE AC	81
TABELA A1-2 – DISTRIBUIÇÃO DO CPV 45 (CONSTRUÇÃO)	81
TABELA A1-3 – DISTRIBUIÇÃO DO CPV 71 (SERVIÇOS DE ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E INSPEÇÃO)	81
TABELA A2-1 – DISTRIBUIÇÃO DE AC	83
TABELA A2-2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 POR LOCAL DE EXECUÇÃO.....	83
TABELA A2-3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71 POR ANO E LOCAL DE EXECUÇÃO.....	84
TABELA A3-1 – DISTRIBUIÇÃO PARA AC	85
TABELA A3-2 – DISTRIBUIÇÃO PARA O CPV 45	85
TABELA A3-3 – DISTRIBUIÇÃO PARA O CPV 71	85
TABELA A4-1 - DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS DE CPV 45.....	87
TABELA A4-2 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CPV 45	87
TABELA A4-3 - PERCENTAGENS MÉDIAS DE CONTRATOS PARA O CPV 45.....	87
TABELA A4-4 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS DE CPV 71	87
TABELA A4-5 – DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CPV 71	88
TABELA A4-6 – PERCENTAGENS MÉDIAS DE CONTRATOS DE CPV 71	88
TABELA A5-1 - DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS DE CPV 45.....	89
TABELA A5-2- DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CPV 45	89
TABELA A5-3 - DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS DE CPV 71	89
TABELA A5-4 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CPV 45	89
TABELA A6-1 – DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE AJUSTE DIRETO POR CLASSE DE VALOR.....	91
TABELA A6-2 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR CLASSE DE VALOR.....	91
TABELA A6-3 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR CLASSE DE VALOR.....	91
TABELA A7-1 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE AJUSTE DIRETO POR CLASSE DE VALOR.....	93
TABELA A7-2 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR CLASSE DE VALOR.....	93

TABELA A7-3 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR CLASSE DE VALOR	93
TABELA A8-1 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE AJUSTE DIRETO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	95
TABELA A8-2 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	95
TABELA A8-3 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO PÚBLICO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	95
TABELA A9-1 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE AJUSTE DIRETO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	97
TABELA A9-2 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	97
TABELA A9-3 - DISTRIBUIÇÃO DAS % DE CONTRATOS DE CONCURSO PÚBLICO POR PRAZO DE EXECUÇÃO	97
TABELA A10-1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU PREENCHIMENTO PARA O ANO DE 2014	99
TABELA A10-2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU VALOR DE CONTRATO E CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O ANO DE 2014	99
TABELA A10-3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU PREENCHIMENTO PARA O ANO DE 2015.....	99
TABELA A10-4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU VALOR DE CONTRATO E CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O ANO DE 2015	99
TABELA A11-1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU PREENCHIMENTO PARA O ANO DE 2014.....	101
TABELA A11-2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU VALOR DE CONTRATO E CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O ANO DE 2014	101
TABELA A11-3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU PREENCHIMENTO PARA O ANO DE 2015.....	101
TABELA A11-4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS PELO SEU VALOR DE CONTRATO E CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O ANO DE 2015	101
TABELA A12-1 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS PREENCHIDOS PARA O CPV 45	103
TABELA A12-2 – DISTRIBUIÇÃO DA % DE PREENCHIMENTO PARA O CPV 45	103
TABELA A12-3 - DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS PREENCHIDOS PARA O CPV 71	104
TABELA A12-4 - DISTRIBUIÇÃO DA % DE PREENCHIMENTO PARA O CPV 71	104

SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

PIB – Produto Interno Bruto

Impic – Instituto dos mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção

Moptc – Ministério de Obras Públicas, transportes e Comunicação

CEGER – Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

CAF – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização

CLPQ – Contrato Limitado por Prévia Qualificação

Classe de Valor 1 (CV 1) – valor de contrato entre 0 e 166.000€

Classe de Valor 2 (CV 2) – valor de contrato entre 166.000€ e 332.000€

Classe de Valor 3 (CV 3) – valor de contrato entre 332.000€ e 664.000€

Classe de Valor 4 (CV 4) – valor de contrato entre 664.000€ e 1.328.000€

Classe de Valor 5 (CV 5) – valor de contrato entre 1.328.000€ e 2.656.000€

Classe de Valor 6 (CV 6) – valor de contrato entre 2.656.000€ e 5.312.000€

Classe de Valor 7 (CV 7) – valor de contrato entre 5.312.000€ e 10.624.000€

Classe de Valor 8 (CV 8) – valor de contrato entre 10.624.000€ e 16.600.000€

Classe de Valor 9 (CV 9) – valor de contrato superior a 16.600.000€

Classe de Valor de Serviços 1 (CVS 1) – valor de contrato entre 0 e 16.600€

Classe de Valor de Serviços 2 (CVS 2) – valor de contrato entre 16.600€ e 33.200€

Classe de Valor de Serviços 3 (CVS 3) – valor de contrato entre 33.000€ e 66.400€

Classe de Valor de Serviços 4 (CVS 4) – valor de contrato entre 66.400€ e 132.800€

Classe de Valor de Serviços 5 (CVS 5) – valor de contrato entre 132.800€ e 265.600€

Classe de Valor de Serviços 6 (CVS 6) – valor de contrato entre 265.600€ e 531.200€

Classe de Valor de Serviços 7 (CVS 7) – valor de contrato entre 531.200€ e 1.062.400€

Classe de Valor de Serviços 8 (CVS 8) – valor de contrato entre 1.062.400€ e 1.660.000€

Classe de Valor de Serviços 9 (CVS 9) – valor de contrato superior a 1.660.000€

1

INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

Com uma conjuntura económica cada vez mais complexa e com a contratação pública a representar uma percentagem bastante considerável do PIB português existe a necessidade de realizar um melhor controlo à contratação pública de forma a fomentar transparência, organização e eficácia da utilização de fundos do estado.

De maneira a realizar esse controlo houve necessidade de recorrer à aplicação das novas tecnologias à contratação pública.

Com a utilização das novas tecnologias na contratação pública foram formadas várias plataformas eletrónicas de contratação pública, uma dessas plataformas foi o Portal Base.

O Portal Base, surge como o portal da contratação pública, onde a informação relativa aos contratos públicos é depositada pelas várias entidades competentes e depois disponibilizada para consulta ao cidadão.

O armazenamento de toda a informação de contratação pública e a disponibilização desta num único local, vem permitir a realização de análises específicas à contratação pública.

Com a possibilidade de realização de análises à contratação pública surge também a oportunidade de avaliar o efeito dos mais variados acontecimentos nesta, como também qual a sua disposição em relação a vários parâmetros, como por exemplo quais os anos e locais em que houve mais contratos realizados, quais as durações e valores desses contratos entre outros.

1.2. ÂMBITO E OBJETIVOS

O Sector da Construção Pública representa um papel importante tanto no panorama económico como no panorama social de qualquer país, este sector é peça fundamental na evolução deste a partir da criação de postos de trabalho, da criação de infraestruturas e da organização da sociedade.

Com a atual conjuntura económica é cada vez mais importante o controlo dos fundos públicos utilizados.

Através do uso do portal Base.Gov, torna-se possível analisar a contratação pública a um nível minucioso, podendo através do tratamento cuidadoso dos dados depositados no portal, realizar análises estatísticas aos contratos realizados em Portugal.

Neste trabalho pretende-se realizar com caracterização à base de dados de contratos da Atividade da Construção depositados no Base, realizando para isso análises à disposição dos contratos, tanto em relação ao seu número como às suas características que apresentam.

Estas análises vão desde a comparação entre vários anos consecutivos, até ao estabelecimento de relações entre parâmetros encontrados.

1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro a presente introdução onde se tenta explicar em que consiste o tema, como é que está organizado e quais os objetivos de mesmo.

No segundo capítulo tenta-se estabelecer a importância da construção pública no universo da contratação pública e a sua contribuição para a performance económica portuguesa.

No terceiro capítulo pretende-se explicar a origem do Portal Base como portal da contratação pública, o seu propósito, o seu modo de funcionamento e o que este disponibiliza ao cidadão.

No quarto capítulo é feita uma explicação do processo de recolha de dados do portal, dos parâmetros recolhidos e da organização das análises realizadas ao sector da construção pública.

No quinto capítulo, apresentam-se as análises realizadas referenciando e apresentando as devidas Fichas técnicas para cada uma das análises, apresentam-se algumas caracterizações retiradas das análises realizadas e também uma comparação entre duas áreas dentro da atividade da construção.

No sexto capítulo, faz-se uma conclusão acerca do sector da construção pública e do funcionamento do portal referindo melhorias a realizar, e também uma reflexão sobre possíveis desenvolvimentos futuros na área da caracterização da construção.

2

CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL**2.1 PANORAMA ECONÓMICO PORTUGUÊS**

No âmbito de avaliar a contratação pública para a construção faz todo o sentido tentar perceber qual a sua importância no panorama económico de Portugal.

A forma mais clássica e tradicional de avaliar o panorama económico de um país é a partir da avaliação da avaliação do seu Produto Interno Bruto (PIB). O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos para uma dada região. Refere-se a tudo o que é produzido por um país.

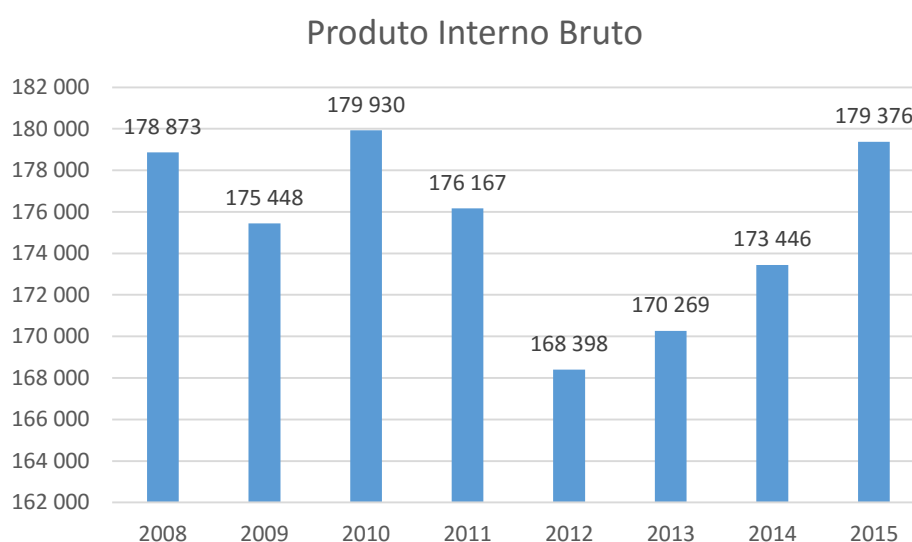


Figura 2-1 – Gráfico de variação do PIB (valores em milhões de €) [1]

Ao observar os valores do PIB em Portugal presentes na figura acima, pode-se constatar que desde 2008 até 2015 se apresentam grandes variações do seu PIB, existindo mesmo um grande período de recessão económica de 2010 até 2012. Após 2012 a economia tem vindo a apresentar uma recuperação.

2.2 IMPORTÂNCIA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO PIB

Os contratos públicos incluem todos os contratos celebrados no âmbito da função administrativa, independentemente da sua designação ou natureza desde que, estes sejam realizados por entidades adjudicantes referidas no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Ao observar os dados referentes à contratação pública presentes nos relatórios de contratação pública de 2010, 2011, 2012 e 2013 elaborados pelo IMPIC e pelo MOPTC, pode-se estabelecer a relação de importância da contratação pública no panorama português [1] [2].

	2010	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	179 930	176 167	168 398	170 269
Montante Contratação Pública	10957	4765	3477	4153
Variação do PIB em %	2,6%	-2,1%	-4,4%	1,1%
Variação do Montante de Contratação Pública em %	0,0%	-129,9%	-37,0%	16,3%
% da Contratação Pública no PIB	6,1%	2,7%	2,1%	2,4%

Figura 2-2 – Contratação pública em relação ao PIB (unidades em milhões de €)

Ao longo dos anos para os quais estão dispostos os valores referentes à contratação pública, podemos observar que este foi claramente o sector mais influenciado pela instabilidade económica demonstrando uma queda após 2010 de 130% do seu valor, uma queda bastante mais acentuada do que a registada pelo PIB.

Ao observar a variação ocorrida após 2010, pode-se perceber a influência da contratação pública para o PIB, visualizando-se uma queda do valor do PIB um pouco inferior à queda registada para a contratação pública, sugerindo que, nesse ano a queda do PIB nada teve relacionada com uma má prestação por parte do sector privado mas muito devido ao corte de investimento público.

2.3 IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O sector da contratação pública, apesar de possuir todo o tipo de contratos independentemente da sua designação ou natureza, pode ser dividido em apenas duas grandes áreas:

- Bens e Serviços
- Obras públicas

A importância de cada uma das áreas da contratação pública mencionadas anteriormente, apresenta variações no que toca à sua representação no mundo dos contratos públicos.

De modo a contextualizar a análise aos contratos de construção, é de grande importância perceber a sua dimensão no mundo dos contratos públicos.

A importância dos contratos de obras públicas no mundo dos contratos públicos pode ser avaliado a partir de dois pontos muito claros: o número de contratos e o montante associado a estes.

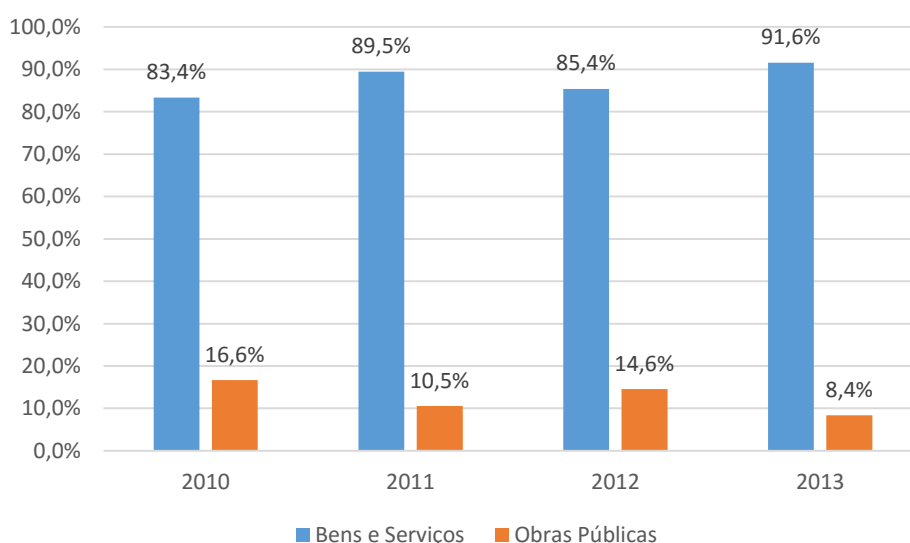


Figura 2-3 – Distribuição da contratação pública por % de nº de contratos

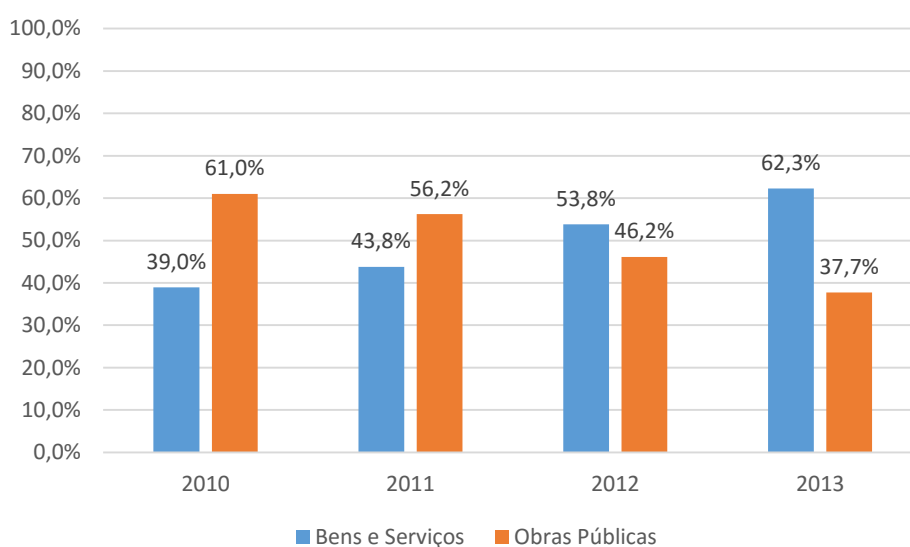


Figura 2-4 – Distribuição da contratação pública por % do Valor Total

Nas duas figuras anteriores, pode-se observar uma grande discrepância entre o nº contratos associados a cada uma das áreas e os montantes que estes representam no valor total aplicado à contratação pública em cada um dos anos para os quais os dados estão disponíveis.

Enquanto que, em relação ao nº de contratos, as Obras Públicas representam uma pequena parte da contratação pública sempre com menos de 20% dos contratos realizados, este valor contrasta drasticamente no que toca aos valores destes. Podendo-se concluir a grande importância que os contratos de Obras Públicas possuem na contratação pública, e por consequência no desempenho económico do país, o que não é de estranhar pois a atividade de construção é, inquestionavelmente, uma atividade que mobiliza meios financeiros muito elevados.

3

PORTAL BASE.GOV.PT

3.1 ORIGEM DO PORTAL

Inserido na União Europeia (EU), Portugal iniciou o debate sobre a implantação da contratação pública na década de 1990, com a Comunicação da Comissão da União Europeia em 1997. As diretivas desta, indicavam como objetivo a simplificação e desmaterialização da contratação pública, de forma a criar um maior nível de eficiência e transparência associada à contratação pública [3].

Com a necessidade de todos os países da União Europeia de reestruturarem a gestão da contratação pública adaptando-a ao uso das novas tecnologias, Portugal destacou-se dos demais países da União Europeia no desenvolvimento e utilização dos meios eletrónicos para todas as etapas da contratação pública [3].

O processo de reestruturação da contratação pública deu-se em duas etapas.

A primeira surgiu em 2002 com o Decreto-Lei nº 142/2002, de 12 de Abril, em que se iniciava a aquisição de bens móveis por meio eletrónico, sendo optativa a utilização deste recurso para as contratações públicas. O programa Nacional de Compras Eletrónicas promoveu a expansão da tecnologia de contratação pública a todos os órgãos da administração pública [3].

A segunda etapa deu-se em 2008 com a publicação do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei 149/2012 de 12 de Julho, instalando a generalização do uso de meios eletrónicos para contratação pública.

O CCP alienado com as diretivas do Parlamento Europeu, tem como principais objetivos os princípios da transparência, da igualdade, da concorrência e da simplicidade. Para alcançar esses objetivos o CCP exige uma desmaterialização dos procedimentos (substituindo o papel por meios eletrónicos) de forma a aumentar a simplicidade e a celeridade processual, tal como transparência e eficiência.

Esses objetivos foram formalizados através da criação do portal BASE (portal oficial da contratação pública) a 30 de julho de 2008 simultaneamente com a entrada em vigor do CCP, destinado a ser o depósito de toda a informação contratual em que o Governo é o Adjudicante. Após a formalização dos contratos as plataformas de contratação pública eletrónicas informam o portal Base com os detalhes relativos aos contratos realizados, estabelecendo deste modo a base de dados relativa à contratação pública.

3.2 PORTAL BASE.GOV.PT

O Portal Base.Gov.pt (na sequência designado simplesmente por “Base”) foi criado para responder à obrigação imposta por parte do CCP, de criação de uma plataforma eletrónica dedicada à agregação da informação referente à contratação pública.

O Portal surge como um espaço na internet onde são publicitados os elementos referentes à formação e execução dos contratos públicos de forma a ser possível o acompanhamento e a monitorização destes.

O Base é:

- Portal Único de Contratos Públicos
- Desmaterialização da Contratação Pública
- Repositório Eletrónico da Contratação Pública
- Acessibilidade e Transparência [4]

3.2.1 FUNÇÕES DO PORTAL

O portal Base surge como ferramenta essencial à contratação pública, disponibilizando informação relativa à contratação pública para as diversas fases, desde permitir o acesso à informação relativa aos processos de contratação pública como as legislações regentes desta, até à disponibilização para consulta dos dados técnicos relativos a contratos finais.

Na tabela seguinte estão apresentadas as principais funções do Portal.

Tabela 3-1 - Funções do Base [4]

Funções do portal Base	
Centralização da informação sobre contratos públicos	Divulgação de conteúdos técnicos e legislação relevante
Observação e conhecimento da despesa pública, pelo cidadão	Promoção da transparência na contratação pública
Publicitação e partilha de informação	Espaço de diálogo com os intervenientes

3.2.2 COMPONENTES DO PORTAL

O Portal Base está à responsabilidade de duas entidades estatais para realizar a sua gestão e desenvolvimento, estas entidades possuem funções próprias associadas aos seus próprios objetivos[4].

- IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos e da Construção, I.P.) – os objetivos e competências desta entidade são, a dinamização de iniciativas estratégicas de forma a melhorar a sustentabilidade e competitividade entre as empresas de construção e a gestão do Observatório de Obras Públicas que tem como função, a análise e monitorização das obras públicas e dos serviços relacionados com obras públicas [7].
- ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.) – cuja missão é assegurar o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, está encarregue da gestão do Sistema Nacional de Compras Públicas que tem como função a gestão do Sistema de Gestão de Informação sobre Bens e Serviços [8].
- Em conjunto, as duas entidades referidas anteriormente, são responsáveis pela gestão da publicitação de Informação sobre Empreitadas de Obras Públicas, Bens e Serviços [4].

3.2.3 ENTIDADES QUE SUPERVISIONAM O PORTAL

De modo a assegurar a veracidade da informação relativa à contratação pública, o portal Base é supervisionado por 4 instituições públicas que têm como função a fiscalização das informações depositadas no portal, e a devida aplicação de sanções aquando da presença de irregularidades contratuais [4].

A seguir estão apresentadas as entidades responsáveis pelo supervisionamento do portal, bem como a sua função como entidades governamentais e áreas de aplicação ao portal:

- CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo) – é a entidade do Governo responsável pela rede de informática que presta serviço ao Governo e o apoia na aplicação das tecnologias de informação.
Esta está encarregue da certificação e fiscalização das plataformas eletrónicas em que se inclui o portal Base.
- ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) – é a entidade do Governo criada para assumir responsabilidade pela fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas.
Esta entidade está encarregue da supervisão e aplicação de sanções no âmbito dos contratos de bens e serviços.
- IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos e da Construção, I.P.) – como foi referido anteriormente, é a entidade pública que tem como função a monitorização e análise dos contratos de obras públicas, estando encarregue pela aplicação de sanções no âmbito das obras públicas.
- CAF (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização) – é a entidade do governo criada com o propósito de acompanhar e fiscalizar projetos de investigação e desenvolvimento associados a grandes contratos públicos.

3.3 INFORMAÇÃO COMUNICADA AO BASE

De forma a perceber o funcionamento do portal, é essencial perceber qual a informação depositada no portal, e como é que essa informação foi coletada. Com esse objetivo explicam-se a seguir os pontos referidos, com base nas portarias 701-A/2008, 701-E/2008, 701-G/2008 e na informação recolhida no Portal Base [4] [6].

3.3.1 TIPO DE CONTRATOS INTRODUZIDOS NO PORTAL

Desde 1 de Novembro de 2009 que, em Portugal, os procedimentos de natureza concursal, (concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento por negociação e diálogo concorrencial) são obrigatoriamente realizados através de plataformas eletrónicas, em todas as suas fases, desde a publicitação do anúncio até à adjudicação, sendo ao longo de todo o procedimento transmitida informação por fases ao Base.

Quanto aos contratos de Ajuste Direto, estes só são obrigados a recorrer a meios eletrónicos em dois momentos:

- Para realizarem as comunicações entre as entidades envolvidas no contrato (preferencialmente por email).

- Para publicitar os contratos celebrados no portal “BASE”, através do preenchimento de um formulário eletrónico.

Os únicos contratos que podem não ser integralmente transmitidos ao portal são:

- Contratos cujo preço contratual seja inferior a 5.000 euros;
- Contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- Contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- Contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- Contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º

3.3.2 ELABORAÇÃO DOS ANÚNCIOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Para os anúncios que sejam obrigados por parte do Código dos Contratos públicos à sua publicação em Diário da República, cada procedimento pré-contratual tem como primeira etapa a sua publicação neste.

A publicação é feita através de um anúncio elaborado segundo modelos de anúncios presentes em anexo à Portaria 701-A/2008 de 29 de Julho, formatados ao tipo de concurso e à informação que deve constar do anúncio.

O preenchimento do formulário de acordo com os modelos referidos anteriormente, pode ser feito com base no portal do Diário da República Eletrónico ou utilizando plataformas eletrónicas estipuladas pelo adjudicante, desde que estas reúnam as condições previstas no artigo 7º da portaria 701-A/2008 de 29 de julho de 2008.

O preenchimento deste não pode ultrapassar um período superior a 30 dias após o início de preenchimento deste, e só se dá por finalizado após o preenchimento de todos os dados obrigatórios e após o pagamento do mesmo.

3.3.3 UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS ELETRÓNICAS NA FORMAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO

As plataformas eletrónicas surgiram como ferramentas essenciais à desmaterialização dos processos de contratação, surgindo como infraestruturas informáticas de suporte aos procedimentos de contratação pública, oferecendo os serviços base exigíveis ao desenvolvimento dos procedimentos pré-contratuais.

Todas as ações desenroladas pelas plataformas, realizam-se sobre o comando direto da entidade adjudicante e dos concorrentes, dentro dos limites previamente estabelecidos, exercendo deste modo unicamente uma função de base automática disponibilizada aos utilizadores e oferecendo uma série de aplicações informáticas que consubstanciam os serviços que prestam.

A utilização das plataformas eletrónicas é obrigatória desde 2009 para todos os procedimentos menos o de Ajusto direto, que é obrigado unicamente a realizar todas as comunicações entre os intervenientes por meios eletrónicos e a preencher um formulário eletrónico para ser publicitado no portal Base.

3.3.4 INTRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO PORTAL BASE NA FORMA DE BLOCOS DE DADOS

O Portal Base recebe informação referente à formação e à execução dos contratos públicos, fornecida pelas diversas plataformas de contratação pública na forma de blocos de dados e de dados individuais.

A utilização dos modelos de blocos de dados obedecem a uma ótica de total aproveitamento da informação já introduzida no sistema, permitindo que a cada alteração no modelo se tenha acesso aos dados anteriormente inseridos e se possa verificar e atualizar os mesmos. A introdução dos blocos de dados é feita através de um interface disponibilizado pelo portal ao utilizador, em que cada modelo representa uma conjunto de etapa a percorrer.

Os graus de pormenorização dos blocos de dados fornecidos ao Base variam de acordo com o preço contratual, crescendo em função deste. Estes blocos tratam-se de modelos de introdução interativa de dados no Portal, feitos de forma a evitar a constante reintrodução de dados já previamente preenchidos em outras plataformas eletrónicas.

Blocos de Dados Admitidos pelo Portal dos Contratos Públicos:

Tabela 3-2 - Lista de Blocos de Dados admitidos pelo Portal Base [6]

a)	Anúncio de abertura do procedimento	g)	Ficha de habilitação do adjudicatário
b)	Bloco técnico de dados	h)	Relatório de formação do contrato
c)	Ficha de envio dos convites	i)	Relatório de contratação
d)	Ficha de abertura das candidaturas	j)	Relatório sumário anual
e)	Ficha de abertura das soluções	k)	Relatório de execução do contrato
f)	Ficha de abertura das propostas	l)	Relatório final de obra

O preenchimento dos blocos de dados variam de acordo com o tipo de contrato visado, no caso de contratos de empreitadas e concessões de obras públicas só não é necessário o preenchimento das alíneas h) e k). No caso dos demais tipos de contratos não é necessário o preenchimento das alíneas b),i),j) e m).

Os modelos de Blocos de Dados estão representados em anexo na portaria nº701-E/2008 de 29 de Julho 2008 [6].

3.3.5 INTRODUÇÃO DOS BLOCOS DE DADOS NO PORTAL

Os diferentes blocos de dados relativos à formação e à execução do contrato público são submetidos por diferentes entidades nos diferentes momentos do processo de contratação pública, de acordo com a sua área de influência.

A seguir expostas, estão as entidades em comunicação com o portal e os respetivos dados que cada uma destas transmite ao portal:

- A Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM) – Aquando da publicação do anúncio de abertura de procedimento em Diário da República, esta entidade transmite o registo do procedimento para o portal. A INCM transmite:
 - Despachos e Deliberações que estabelecem prioridades de contratação ao abrigo de regimes excepcionais previstos no Decreto-Lei 34/2009, de 6 de Fevereiro.
 - Anúncios de abertura de procedimento e eventuais anúncios subsequentes
- Plataformas eletrónicas de contratação pública – Permitem a publicação de todos os elementos relativos à formação e execução dos contratos públicos, transmite depois a informação na forma

de acordo com os modelos de blocos de dados ao portal. Em Portugal existem atualmente 5 plataformas deste tipo em comunicação com o portal. Estas plataformas transmitem:

- Fichas de Envio de Convites
 - Fichas de Abertura das Candidaturas
 - Fichas de Abertura das Soluções
 - Fichas de Abertura das propostas
 - Fichas de Habilitação do Adjudicatário
- Entidades Adjudicantes – As entidades adjudicantes têm uma interação direta com o portal, estando estas encarregues por fornecer os dados essenciais para cada tipo de contrato e procedimento utilizados. Estas têm principal responsabilidade no fornecimento dos dados relativos à forma como os contratos foram executados, fornecendo essa informação na forma da forma seguinte:
- Bloco Técnico de Dados – requisitado para contratos de empreitada e concessão de obras públicas com preço contratual acima dos 200.000€.
 - Relatório de Contratação – utilizado em caso de contratos de empreitada de obras públicas e de concessão de obras públicas, a sua comunicação dá-se após a celebração do contrato.
 - Relatório de Formação de contrato – utilizado para todos os contratos não abrangidos por parte do relatório de formação.
 - Relatório Sumário Anual – requisitado para contratos de empreitadas e concessão de obras públicas com valor de contrato superior a 500.000€ e prazo de execução superior a 1 ano.
 - Comunicação de Alterações Contratuais que representem um valor acumulado superior a 15% do preço contratual.
 - Relatório Final de Obra – requisitado para contratos de concessão e empreitada de obras públicas.
 - Relatório de Execução de Contrato – requisitado para todos os contratos não abrangidos por parte do Relatório Final de Obra.

3.3.6 PRAZOS DE ENTRADA DOS BLOCOS DE DADOS

Os blocos de dados são introduzidos nos sistemas informáticos do CCP em diferentes alturas, como se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 3-3 – Prazos de entrega dos blocos de dados [6]

Modelos de blocos de dados	Prazos de entrega
a) Anúncio de abertura do procedimento	Após validação pela INCM e publicação no Diário da República
b) Bloco técnico de dados	Na sequência do preenchimento do anúncio, ou em caso de Ajuste Direto no âmbito do relatório de contratação
c) Ficha de envio dos convites	Em simultâneo com o envio dos convites
d) Ficha de abertura das candidaturas	Até 10 dias úteis após ordem do júri do procedimento para disponibilização das candidaturas
e) Ficha de abertura das soluções	Até 10 dias úteis após ordem do júri de disponibilização das soluções por parte das plataformas
f) Ficha de abertura das propostas	Após 10 dias úteis ordem do júri de procedimento para que a plataforma lhe disponibilize as propostas.
g) Ficha de habilitação do adjudicatário	Em simultâneo com a entrega dos documentos de habilitação referidos no nº2 do artigo 85º do CCP.
h) Relatório de formação do contrato	Até 20 dias úteis após a celebração do contrato.
i) Relatório de contratação	Até 10 dias úteis após a celebração do contrato.
j) Relatório sumário anual	Em simultâneo com informação anual a que se refere o nº2 do artigo 472º do CCP
k) Relatório de execução do contrato	Até 20 dias úteis após o fecho do contrato
l) Relatório final de obra	Até 10 dias após a assinatura da conta final da obra ou respectiva aceitação por parte do empreiteiro

3.4 INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO PORTAL

O portal base foi concebido com o propósito de divulgação e partilha de informação relativa à contratação pública ao cidadão.

Este permite-nos consultar informação geral sobre a contratação pública utilizando os separadores e atalhos presentes na página inicial e a consulta de informações mais detalhadas sobre contratos específicos através da disponibilização de um campo de pesquisa com várias pesquisas contratuais disponibilizadas [2].

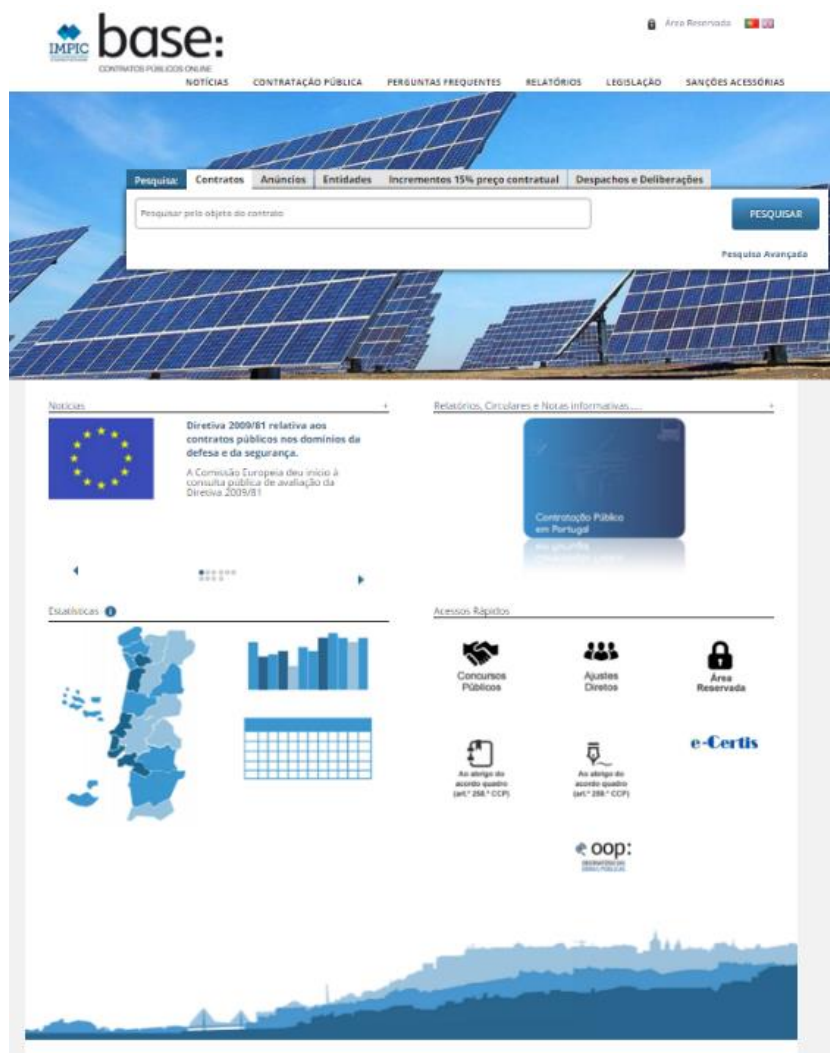


Figura 3-1 – Página inicial do portal Base

3.4.1 INFORMAÇÃO GERAL DISPONIBILIZADA PELO PORTAL

O portal permite, como foi referido anteriormente a consulta de informação geral relacionada com a contratação pública, essa informação pode estar acessível através da barra superior demonstrada na figura 2-2 ou nos atalhos apresentados [4].



Figura 3-2 Barra Superior do portal base



Figura 3-3 Atalhos apresentados no portal base

Esclarecimento sobre as opções apresentadas nas figuras anteriores:

- Notícias – É apresentada de forma cronológica as notícias relacionadas com a contratação pública, como por exemplo a divulgação de novos documentos relacionados com os processos contratuais e alterações realizadas nos processos.
- Contratação pública – É apresentada a informação relacionada com a contratação pública, como por exemplo, documentos onde é explicado o processo de contratação pública e onde é esclarecido o tipo de procedimentos a utilizar.
- Perguntas frequentes – É um espaço onde são expostas as perguntas mais comuns sobre contratação pública e sobre a utilização das plataformas de contratação pública.
- Relatórios – Local onde são expostos os variados relatórios e guias relacionados com a contratação pública, como por exemplo os relatórios anuais da contratação pública em Portugal.
- Legislação – Local onde é possível procurar e aceder aos diversos documentos legais relacionados com a contratação pública, disponibilizando um campo de pesquisa onde se pode selecionar o âmbito e tipo de legislatura a pesquisar.
- Sanções Acessórias – Local onde são informadas as decisões de aplicação de sanções acessórias previstas no artigo 460º do CCP.
- Estatísticas – Local onde se pode fazer pesquisas estatísticas de pequena especificidade, considerando unicamente como parâmetros, ano de contrato, tipo de procedimento, tipo de contrato e distrito, associando ao nº de contratos ou ao valor de contratos. A informação é gerada na forma de gráficos temporais, geográficos e tabelas de valores.
- Acessos rápidos – Permite acesso rápido a diferentes listas de contratos, e aplicações.

3.4.2 PESQUISAS ESPECÍFICAS NO PORTAL BASE

O portal dá-nos a possibilidade de efetuar pesquisas de contratos específicos, de acordo com as opções de parâmetros escolhidos por parte do utilizador [4].

Essa pesquisa é realizada no campo de pesquisa, onde desde logo se pode escolher uma entre as 5 opções a seguir apresentadas:

- Contratos
- Anúncios
- Entidades
- Incrementos 15% preço contratual
- Despachos e Deliberações

Figura 3-4 - Campo de Pesquisa retirado do Portal Base

Após escolher uma das 5 opções de pesquisa de contratos, podemos se entendermos utilizar a opção de pesquisa avançada, em que nos são apresentados para cada uma das 5 opções um conjunto de parâmetros de pesquisa à escolha do utilizador conforme apresentado na figura a seguir apresentada.

Figura 3-5 - Exemplo do campo de pesquisa avançada

4

CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS ANALISADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA NO PORTAL BASE

4.1.1 CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS COM CÓDIGOS CPV

O Regulamento (CE) n° 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, estabeleceu um sistema de referências de modo a unificar a maneira como as entidades adjudicantes classificam os contratos públicos, e desse modo facilitar a organização da contratação pública. [9]

O código CPV (*Common Procurement Vocabulary*) é composto por um vocabulário principal e um vocabulário suplementar.

O vocabulário principal tem (8 +1) algarismos em que o algarismo a mais serve para verificação dos algarismos anteriores, organizados em árvore como mostra a tabela seguinte:

Tabela 4-1 – Organização do Código CPV

Identificação	Nº de algarismos	Exemplo
Divisões	2 primeiros	(XX000000-Y)
Grupos	3 primeiros	(XXX00000-Y)
Classes	4 primeiros	(XXXX0000-Y)
Categorias	5 primeiros	(XXXXX000-Y)

O vocabulário suplementar é utilizado para completar a descrição do objeto dos contratos, uma letra correspondente a uma secção, 3 algarismos alusivos a subdivisões e 1 algarismo de controlo.

4.1.2. CÓDIGOS CPV DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO E PARÂMETROS GERAIS DA PESQUISA

De maneira a poder realizar a caracterização do sector da construção em Portugal com base no portal Base, foi necessário inicialmente proceder à seleção dos dados a recolher, essa seleção é de grande importância devido à dimensão do sector de contratação pública. A seleção de dados a recolher foi feita com base no período a analisar, e a designação de cada contrato.

Os dados a analisar foram recolhidos com base em três requisitos:

- O período em análise é desde o início de utilização do portal até ao fim de 2015
- Os contratos a analisar foram executados em Portugal
- Os contratos a analisar são de código CPV 45 (Construção) e código CPV 71 (Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção).

No caso da recolha de dados realizada, foi optado pelos contratos de CPV 45 e CPV 71, correspondentes respetivamente à divisão da Construção e à divisão de Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção. Estes, apesar de para o código CPV 71 puderem existir alguns contratos que não se incluam, foram os selecionados para realizar a presente análise, por se entender que são os códigos em que se inserem os contratos alusivos ao sector da construção, apesar de existirem alguns contratos incluídos no código CPV 71 que não pertencem ao sector da construção.

4.2 RECOLHA DE DADOS DO PORTAL BASE

Inicialmente a recolha de dados seria feita utilizando o campo de pesquisa de contratos presentes na Fig. 3-5, pois após a pesquisa, o portal permite a exportação dos dados em formato de folha de Excel. Porém devido ao limite de exportação a 2000 contratos por parte do portal, a exportação teve de ser feita de 2 modos diferentes.

- Para o período de 2008 até 2013, a exportação foi feita através do campo de pesquisa de contratos presente no portal, mas devido à limitação de 2000 contratos por pesquisa houve necessidade de proceder à recolha por trimestres e pelos dois códigos CPV em foco para esta pesquisa. Tendo-se totalizado um conjunto de 48 ficheiros Excel, 24 relativos ao CPV 45 e outros 24 relativos ao CPV 71.

Para estes anos é estabelecida uma relação entre os dados registados no portal e os dados exportados.

Tabela 4-2 – Divisão em trimestres

Trimestres	Período em análise
1º Trimestre	1 de Janeiro a 31 de Março
2º Trimestre	1 de Abril a 30 de Junho
3º Trimestre	1 de Julho a 30 de Setembro
4º Trimestre	1 de Outubro a 31 de Dezembro

- Para os anos de 2014 e 2015, após vários pedidos de cedência dos dados por motivos de incompatibilidade do portal, foram-nos cedidos os dados relativos a 2014 e 2015 na forma de um ficheiro Excel possuindo duas folhas de cálculo. Uma para cada um dos anos, contendo os dois códigos CPV a analisar.

Para a realização da análise de preenchimento dos dados de final de contrato, devido a diferenças da organização dos dados em relação aos outros anos, utilizaram-se dados retirados do portal Base do mesmo modo que para os anos de 2008 a 2013,

4.3 PARÂMETROS ESPECÍFICOS RECOLHIDOS PARA ANÁLISE

Como foi referido no tópico anterior, os dados recolhidos da base de dados do Portal Base foram exportados na forma de ficheiros de Excel em que cada coluna corresponde a um parâmetro diferente, na tabela apresentada a seguir estão mencionadas os parâmetros recolhidos por anos considerando que existem diferenças entre os parâmetros recolhidos dos anos de 2014 e 2015 em relação aos restantes derivado da diferença de modos de recolha de dados.

Tabela 4-3 – Parâmetros Recolhidos

Anos em análise	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Objeto do Contrato	x	x	x	x	x	x		
Tipo de Procedimento	x	x	x	x	x	x	x	x
Tipo(s) de Contrato	x	x	x	x	x	x	x	x
CPVs	x	x	x	x	x	x	x	x
Entidade(s) Adjudicante(s)	x	x	x	x	x	x	x	x
Entidade(s) Adjudicatária(s)	x	x	x	x	x	x	x	x
Preço Contratual	x	x	x	x	x	x	x	x
Data de Publicação	x	x	x	x	x	x		
Data de Celebração do Contrato	x	x	x	x	x	x	x	x
Prazo de Execução	x	x	x	x	x	x	x	x
Fundamentação	x	x	x	x	x	x		
Data de Fecho do Contrato	x	x	x	x	x	x	x	x
Preço Total Efetivo	x	x	x	x	x	x	x	x
Causas das Alterações ao Prazo	x	x	x	x	x	x	x	x
Causas das Alterações ao Preço	x	x	x	x	x	x	x	x
Estado	x	x	x	x	x	x	x	x
N.º registo do Acordo Quadro	x	x	x	x	x	x	x	x
Descrição do Acordo Quadro	x	x	x	x	x	x	x	x
Procedimento Centralizado	x	x	x	x	x	x	x	x
Classe de Alvará							x	x
Nº de Concorrentes							x	x

Em atenção que para a análise dos dados finais, para os anos de 2014 e 2015 devido à formatação dos ficheiros recebidos ser diferentes nestes parâmetros, os dados foram recolhidos tomando como método de recolha o mesmo usado no período entre 2008 e 2013 como foi referido no parágrafo 4.2.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PARÂMETROS RECOLHIDOS

De modo a perceber a importância das análises executadas, é necessário perceber o que cada parâmetro significa e a sua integração no processo de contratação pública.

4.4.1 OBJETO DE CONTRATO

O objeto de contrato consiste numa designação dos trabalhos a realizar na execução do contrato.

4.4.2 ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a entidade que contrata, que tem necessidade da execução de trabalhos e que para essa necessidade recorre à contratação de outras entidades.

Tabela 4-4 – Caracterização das Entidades Adjudicantes [5]

ENTIDADES ADJUDICANTES	
SECTOR PÚBLICO (n.º 1 do art. 2.º do CCP)	“ORGANISMOS DE DIREITO PÚBLICO” (do n.º 2 do art. 2.º do CCP)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estado ▪ Regiões autónomas ▪ Autarquias locais ▪ Institutos públicos ▪ Fundações públicas ▪ Associações públicas ▪ Associações de que façam parte uma ou várias entidades do sector público administrativo tradicional e que sejam por elas maioritariamente financiadas, estejam sujeitas ao seu controlo de gestão ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, por elas designada. 	<p>Pessoas coletivas que, independentemente de serem de origem pública ou privada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tenham sido criadas especificamente para satisfazer necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial ▪ Sejam maioritariamente financiadas pelas entidades do sector público, ou tenham um órgão de administração, de direção ou de fiscalização cuja maioria dos titulares seja, direta ou indiretamente, designada por aquelas entidades.

4.4.3 ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

A entidade adjudicatária é a entidade a quem se consigna a execução de contratos ou se concede o direito exclusivo de exploração por conta da administração pública.

4.4.4 TIPO DE CONTRATO

O parâmetro tipo de contrato, surge como uma designação às prestações típicas abrangidas pelo objeto de contrato.

Tabela 4-5 – Tipos de contrato encontrados

Tipos de Contrato
Aquisição de bens móveis
Aquisição de bens móveis Aquisição de serviços
Aquisição de bens móveis Aquisição de serviços Empreitadas de obras públicas
Aquisição de bens móveis Empreitadas de obras públicas
Aquisição de serviços
Aquisição de serviços Concessão de obras públicas
Aquisição de serviços Concessão de serviços públicos
Aquisição de serviços Empreitadas de obras públicas
Aquisição de serviços Locação de bens móveis
Aquisição de serviços Sociedade
Concessão de obras públicas
Concessão de obras públicas Empreitadas de obras públicas
Concessão de serviços públicos
Concessão de serviços públicos Empreitadas de obras públicas
Concessão de serviços públicos Outros
Empreitadas de obras públicas
Empreitadas de obras públicas Locação de bens móveis
Empreitadas de obras públicas Sociedade

4.4.5 TIPOS DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAIS

Para formalizar um contrato público que inclua serviços que estejam sujeitos a concorrência de mercado, as entidades adjudicantes têm de optar por um de 5 tipos de procedimento pré-contratuais estabelecidos pelo CCP, surgindo um sexto para casos especiais. [5]

4.4.5.1 Ajuste Direto

O ajuste direto é um tipo de procedimento em que o adjudicante pode escolher diretamente as empresas a quem quer pedir proposta para a execução do mesmo. Este procedimento não impõe limite ao nº de concorrentes à execução do contrato, podendo a entidade adjudicante pedir proposta unicamente a uma empresa ou a várias empresas.

O ajuste direto só pode ser utilizado em contratos que cumpram as seguintes regras:

- Empreitadas de obras públicas com valor inferior a 150.000€
- Aquisição de bens e serviços de valor inferior a 75.000€
- Outros contratos de valor inferior a 100.000€
- Só em casos expressados especificamente no CCP, se pode realizar ajuste direto para qualquer valor de contrato, casos esses como por exemplo urgência imperiosa ou quando não existiram propostas no decorrer de concurso.
- Não podem realizar contratos de ajuste direto empresas que durante esse ano e os dois anos anteriores tenham executado contratos com o mesmo tipo de objeto e que a soma do valor desses objetos seja superior aos limites impostos nas alíneas anteriores.

- Não podem realizar contratos de ajuste direto empresas que no durante esse ano ou nos dois anos anteriores tenham oferecido qualquer tipo de bens moveis ou prestação de serviços.
- Os contratos celebrados por ajuste direto têm de ser publicados no portal Base por parte da entidade adjudicante, na forma de relatório de formação em casos relacionados com obras públicas, ou na forma de relatório de formação de contrato em casos relacionados com bens e serviços.
- No caso de contratos de valor inferior a 5000€ aplica-se o ajuste direto simplificado, tendo a entidade adjudicante de registar o relatório de execução onde se explica a necessidade do recurso a ajuste direto em vez da utilização dos recursos próprios da administração pública.
- A publicação dos contratos no portal é condição essencial para poderem ser efetuados os respetivos pagamentos dos contratos.

4.4.5.2 Concurso público

O concurso público é um tipo de procedimento em que a entidade adjudicante inicialmente posta um anúncio do contrato em Diário da Republica de acordo com o modelo de anúncio fornecido por este, após a divulgação do anúncio a entidade adjudicante faz o fornecimento das peças do contrato a concurso para análise por parte das empresas adjudicatárias de forma a poderem apresentar propostas à sua execução. Estas propostas vão ser avaliadas e possivelmente a leilão sendo depois o contrato adjudicado às entidades que melhor servem os interesses da entidade pública.

- O concurso público não apresenta qualquer limite contratual.
- Todos os contratos com valores superiores a 5.225.000€ no caso de empreitadas de construção e 135.000€ no caso de aquisições de bens e serviços têm de ser anunciados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) em conjunto com o Diário da Republica.

4.4.5.3 Concurso Limitado por Prévia Qualificação

O concurso limitado por prévia qualificação segue as mesmas disposições apresentadas no concurso público, apresentando adaptações considerando a especialização dos contratos associados a este tipo de procedimento. Neste tipo de procedimento, antes da observação das propostas recebidas das empresas, executa-se uma qualificação prévia das empresas concorrentes ao contrato com base nas especificidades inerentes ao contrato. Após a qualificação das empresas, estas apresentam propostas que vão ser analisadas de forma a se executar a adjudicação mais apropriada aos interesses da entidade adjudicante.

- O concurso limitado por prévia qualificação não apresenta qualquer limite contratual.
- Todos os contratos com valores superiores a 5.225.000€ no caso de empreitadas de construção e 135.000€ no caso de aquisições de bens e serviços têm de ser anunciados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) em conjunto com o Diário da Republica.

4.4.5.4 Procedimento de negociação

O procedimento de negociação só é utilizado em casos muito específicos apresentados no artigo 29.º do Código dos Contratos Públicos. Este procedimento segue as mesmas linhas de orientação que o concurso limitado por prévia qualificação, existindo também uma pré-qualificação dos candidatos a apresentar propostas. As propostas iniciais das empresas qualificadas são analisadas de acordo

com os parâmetros colocados por parte das entidades adjudicantes. Proceda-se a um processo de negociação com vista a formalização de propostas finais e consequente adjudicação.

- Um exemplo de caso específico que utiliza o procedimento de negociação são contratos que devido à sua natureza e condicionalismos impeçam a fixação de um preço base no seu cadernos de encargos.
- No momento de qualificação prévia das empresas interessadas à execução do contrato, o nº de candidatos não pode ser inferior a 3.

4.4.5.5 Diálogo Concorrencial

No procedimento de diálogo concorrencial o procedimento utilizado segue a mesma linha de orientação que o concurso limitado por prévia qualificação, sendo que com as devidas adaptações. No caso do diálogo concorrencial não existem fases de negociação ou de leilão eletrónico, como nos dois procedimentos anteriores. Neste caso após a apresentação das propostas por parte das entidades qualificadas, promove-se um diálogo entre as entidades analisando as propostas.

- A adjudicação neste procedimento é sempre executada com base na proposta economicamente mais vantajosa.
- No momento de qualificação prévia, o nº de qualificados não pode ser inferior a 3.

4.4.5.6 Acordos quadro

Os contratos celebrados segundo Acordos quadro, são contratos celebrados com o objetivo de estabelecer uma relação contratual entre a entidade adjudicatária e a entidade adjudicante para mais contratos ao longo de um período de tempo, mediante o estabelecimento dos respetivos termos a aplicar.

4.4.6 PREÇO CONTRATUAL

O preço contratual corresponde ao preço a pagar, pela entidade adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato. Está incluído no preço de contrato todas as possíveis extensões de vida do contrato, desde que estas estejam devidamente incluídas no contrato.

4.4.7 CÓDIGO CPV

Como se descreveu anteriormente no ponto 3.1.1, o código CPV é utilizado para classificação dos contratos públicos de uma forma uniforme para todas as entidades adjudicantes. Na análise executada vamos debatermo-nos sobre as divisões de código CPV 45 e 71.

4.4.8 DATA DE PUBLICAÇÃO

A data de publicação, é a data em que as informações relativas ao contrato, foram divulgadas por parte do portal Base ao cidadão.

4.4.9 DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Data de celebração do contrato, corresponde à data em que o contrato é oficializado e este é adjudicado ao adjudicatário.

4.4.10 PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra começa a contar-se da data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior.

4.4.11 DATA DE FECHO DE CONTRATO

Data de encerramento do contrato, data em que o objeto do contrato foi cumprido.

4.4.12 PREÇO TOTAL EFETIVO

O preço total efetivo corresponde ao valor a pagar por parte da entidade adjudicante considerando todos os custos relativos a alterações ou problemas que surjam e que não estão designados nos contratos.

4.4.13 CAUSAS DE ALTERAÇÃO DE PRAZO

As causas de alterações de prazo tanto podem ser causas imputáveis à entidade adjudicante como à entidade adjudicatária, e representa o motivo que levou ao contrato não ser concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido. As causas podem ser de acordo com o CCP, trabalhos a mais, trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos.

4.4.14 CAUSAS DE ALTERAÇÃO DE PREÇO

As causas de alteração de preço, podem se designar como o motivo que levou à alteração dos valores a pagar pela execução do contrato. Essas alterações podem ser originadas segundo o CCP pela execução de trabalhos a mais ou a menos, suprimento de erros ou omissões e revisão de preços.

4.4.15 Nº DE REGISTO EM ACORDO QUADRO, DESCRIÇÃO DO ACORDO QUADRO E PROCEDIMENTO CENTRALIZADO.

Estes parâmetros não se encontram incluídos nas análises realizadas.

4.4.16 CLASSE DE ALVARÁ

De acordo com o estipulado pelo Decreto –Lei nº 12/2004 de 9 de Janeiro, que no decorrer do período em análise neste dissertação foi alterado pelo Decreto –Lei 69/2011, de 15 de Junho, e que já no fim do período em análise foi revogado pela Lei 41/2015, de 3 de Junho, estabelece-se o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção em que as habilitações nas várias categorias e subcategorias são atribuídas por classes, de acordo com o valor dos trabalhos que os seus titulares ficam habilitados a realizar.

Esta divisão faz-se em nove classes de acordo com os valores limites para cada classe.

Tabela 4-6 – Distribuição das Classes de alvará [8]

Classes das habilitações	Valores das obras (em euros)
1	Até 166 000.
2	Até 332 000.
3	Até 664 000.
4	Até 1 328 000.
5	Até 2 656 000.
6	Até 5 312 000.
7	Até 10 624 000.
8	Até 16 600 000.
9	Acima de 16 600 000.

4.4.17 Nº DE CONCORRENTES

Este corresponde ao número de entidades adjudicatárias, que concorreram à adjudicação do contrato.

4.5 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Com o objetivo de perceber como tem evoluído o sector da construção, foram realizadas 3 caracterizações com base nos dados reunidos a partir do Base e formalizadas com a formação de fichas técnicas alusivas a cada uma das análises realizadas.

- Caracterização dos contratos da Atividade da Construção (composta por contratos de CPV 45 e 71).
- Caracterização dos contratos de CPV 45 – Construção.
- Caracterização dos contratos de CPV 71 – Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção.

Tabela 4-7 – Análises realizadas para AC

Atividade da Construção
Nº de contratos registados no portal base.gov por ano
Relação entre o nº de contratos registados e os contratos exportados.
Distribuição dos contratos da Atividade da Construção por tipo de procedimento utilizado.
Distribuição dos contratos da AC por distrito do local de execução.
Distribuição dos contratos da AC por código CPV (45 e 71)

Tabela 4-8 – Análises realizadas para o CPV 45

CPV 45 – Construção
Distribuição dos contratos durante o período em análise
Distribuição dos contratos por tipo de procedimento utilizado
Distribuição dos contratos por preço de contrato
Distribuição dos contratos por distrito de local de execução
Distribuição dos contratos por prazo de execução
Distribuição do preenchimento dos dados finais de contrato
Distribuição do número de concorrentes por tipo de procedimento utilizado
Distribuição do preço contratual por classe de alvará da empresa adjudicatária para 2014
Distribuição do preço contratual por classe de alvará da empresa adjudicatária para 2015
Distribuição dos contratos por tipo de contrato utilizado
Variação do preço contratual por tipo de procedimento utilizado
Distribuição do Ajuste Direto por preço contratual
Distribuição do Concurso Público por preço contratual
Distribuição do Concurso limitado por Prévia Qualificação por preço contratual
Distribuição do Ajuste Direto por prazo de execução
Distribuição do Concurso Público por prazo de execução
Distribuição do Concurso Limitado por Prévia Qualificação por prazo de execução

Tabela 4-9 – Análise realizada para o CPV 71

CPV 71 – Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção
Distribuição dos contratos durante o período em análise
Distribuição dos contratos por tipo de procedimento utilizado
Distribuição dos contratos por preço de contrato
Distribuição dos contratos por distrito de local de execução
Distribuição dos contratos por prazo de execução
Distribuição do preenchimento dos dados finais de contrato
Distribuição do número de concorrentes por tipo de procedimento utilizado
Distribuição do preço contratual por classe de alvará da empresa adjudicatária para 2014
Distribuição do preço contratual por classe de alvará da empresa adjudicatária para 2015
Distribuição dos contratos por tipo de contrato utilizado
Variação do preço contratual por tipo de procedimento utilizado
Distribuição do Ajuste Direto por preço contratual
Distribuição do Concurso Público por preço contratual
Distribuição do Concurso limitado por Prévia Qualificação por preço contratual
Distribuição do Ajuste Direto por prazo de execução
Distribuição do Concurso Público por prazo de execução
Distribuição do Concurso Limitado por Prévia Qualificação por prazo de execução

5

CARACTERIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO PÚBLICA

5.1 NOTA INTRODUTÓRIA

Com vista a caracterizar o sector da construção pública em Portugal, foram realizadas várias análises sobre os dados inerentes à construção pública depositados na base de dados do Portal Base.

Esta análise visa perceber a composição da contratação pública, analisando a quantidade de contratos realizados, o valor deles, o modo como eles foram elaborados e a maneira como as empresas se comportam na escolha dos contratos a executar.

5.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO

5.2.1. FICHAS DE ANÁLISE

A caracterização geral da Atividade da Construção (AC) apresenta-se representada nas fichas relativas a AC (CPV 45 e CPV 71) enunciadas na tabela 4-7.

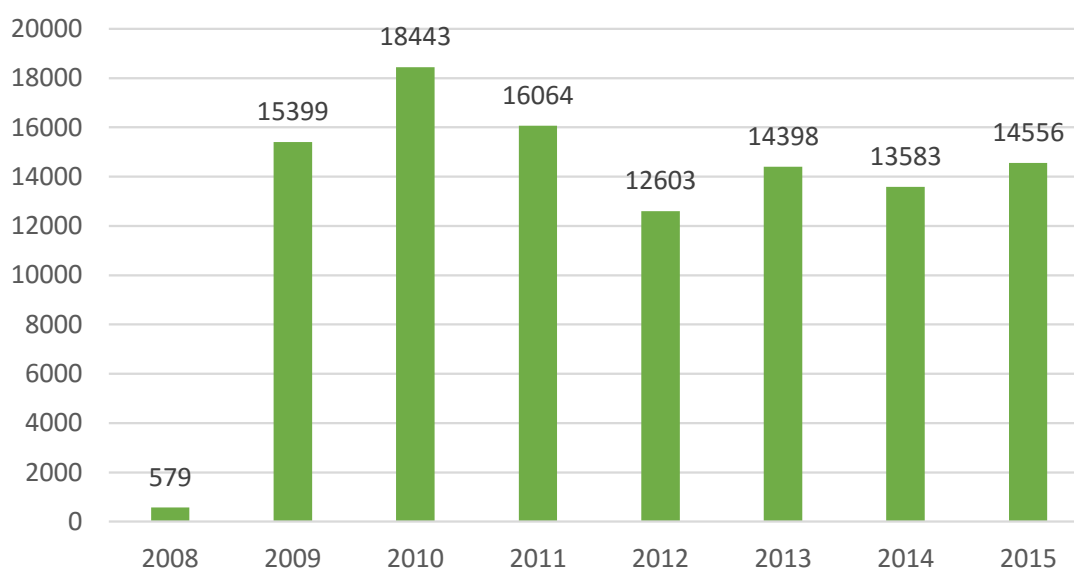
FICHA **01**

DESIGNAÇÃO Nº DE CONTRATOS REGISTRADOS NO PORTAL BASE.GOV PARA OS CPV 45 E CPV 71

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos públicos para a Atividade da Construção (AC), correspondente aos CPV 45 e CPV 71, registados ao longo do período em estudo no Portal Base.Gov

RESULTADOS

Nº de Contratos Registrados No Base.Gov



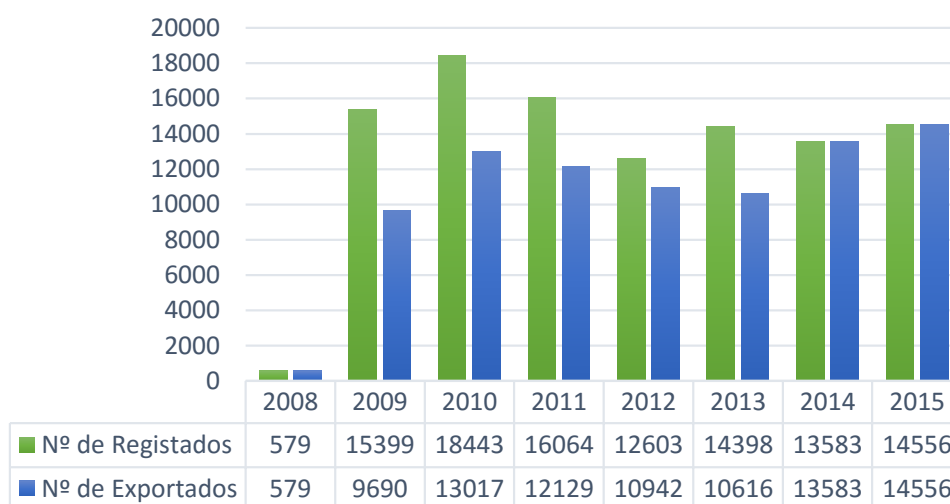
ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- No ano de 2008, o número de Contratos Realizados é muito inferior aos restantes anos em conformidade com o facto de ser o ano de início de utilização da plataforma.
- De 2009 para 2010 observa-se um aumento no nº de contratos de 20% para 18443, sendo 2010 o ano em que se regista o maior número de contratos celebrados para a atividade da construção em Portugal nos últimos 8 anos.
- De 2010 até 2012 existiu uma diminuição do nº de contratos em mais de 45% em relação ao primeiro, entrando em consenso com o clima de crise económica vivido pelo estado português na altura, crise que levou ao pedido de ajuda financeira internacional e à chegada da “troika” a 12 de Abril de 2011 com vista à aplicação de variadas reformas económicas e sociais.
- Após 2012 existiu um aumento do nº de contratos em cerca de 14% até 2013, observando-se depois uma estabilização do nº de contratos, relacionado com as políticas de contenção dos gastos públicos aplicadas pelo Governo em funções.

Ficha **02****DESIGNAÇÃO** **RELAÇÃO ENTRE O Nº DE CONTRATOS REGISTRADOS E O Nº DE CONTRATOS EXPORTADOS.**

OBJETIVO Avaliar a relação entre o número de contratos públicos para a AC (CPV 45 e CPV 71) depositados na plataforma Base.Gov e o número de contratos exportados para análise.

- Registrados – nº de contratos depositados no Base.Gov para a AC.
- Exportados – nº de contratos exportados do Base.Gov.

RESULTADOS**Registrados / Exportados**

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
% de Exportados	100,0%	62,9%	70,6%	75,5%	86,8%	73,7%	100,0%	100,0%

Percentagem de dados registados em relação aos exportados

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Este quadro representa o universo que foi possível de obter para a realização das análises que surgem nas fichas seguintes e que tiveram de procurar contornar as limitações de exportação de dados que o Base.Gov possui.
- Verifica-se que para o ano de 2008, 2014 e 2015 o acesso aos contratos registados foi total, com uma taxa de contratos exportados de 100%.
- Para os restantes anos foi possível obter uma % de exportação sempre acima dos 60% do total nº contratos registados.
- Para os anos de 2014 e 2015 houve informação sobre a totalidade dos contratos realizados, disponibilizados por parte da entidade administradora da plataforma.
- Para os anos 2009 a 2013, a recolha de dados foi feita através da plataforma, trimestralmente devido ao limite de 2000 contratos estipulado por esta, tendo sido eliminados os dados que vinham inseridos na exportação e não cumpriam os requisitos da pesquisa efetuada, sendo depois os dados aglomerados em ficheiros anuais. Mesmo com esta limitação, considera-se que o universo disponível é representativo da totalidade das situações.

Ficha 03

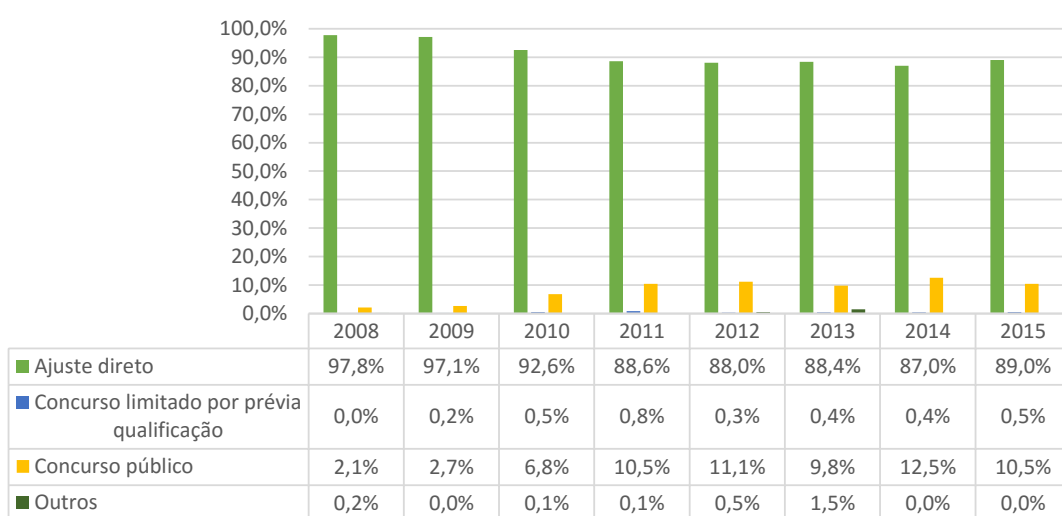
DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DA AC POR TIPO DE PROCEDIMENTO UTILIZADO.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos da AC pelo tipo de procedimento utilizado no processo contratual:

- Ajuste Direto
- Concurso limitado por prévia qualificação
- Concurso público

RESULTADOS

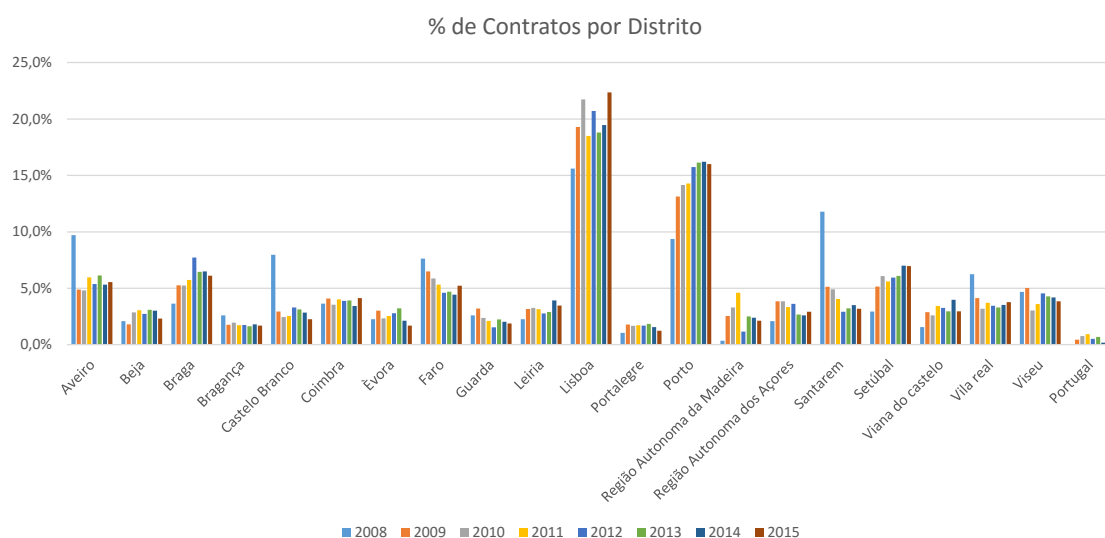
Distribuição por Tipo de Procedimento

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Verifica-se que, desde 2008, o número de contratos que utilizou o Ajuste Direto como procedimento teve uma diminuição percentual até ao ano de 2014 em que se verifica um aumento deste valor situando-se sempre acima dos 87 %, sendo claramente o tipo de procedimento mais utilizado entre a contratação pública.
- O concurso limitado por prévia qualificação apresenta poucas alterações durante o período em análise, ficando sempre abaixo do 1% do total da amostra, sendo este valor expectável tendo em ideia a especificidade dos trabalhos associados a este tipo de procedimento.
- O concurso público tem um aumento considerável até 2011, permanecendo depois a rondar os 10 % do total da amostra.
- As percentagens relativas a outros tipos de procedimentos como o Procedimento de Negociação e Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º) do Código de Contratos Públicos entre outros diversos, devido à sua pequena percentagem foram aglomerados em Outros. O aumento considerável de contratos associados a Outros em 2012 e 2013, deve-se à celebração de vários contratos “ Ao abrigo do acordo quadro (art.º 258º CCP).
- Esta situação pode levantar a dúvida relativamente à efetiva representatividade dos dados do portal Base no respeitante aos contratos por AD. Embora o seu registo seja obrigatório, este apenas é automático quando o procedimento é realizado com base em plataformas eletrónicas de contratação. Não sendo uma exigência legal que os procedimentos de AD sejam realizados dentro destas plataformas, admite-se que possa existir uma parcela deste tipo de procedimentos efetivamente não reportadas no Base.Gov (de dimensões que não conseguimos aferir).

Ficha **04****DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DA AC POR DISTRITO DE LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

OBJETIVO Observar a variação de nº de contratos AC realizados durante o período em análise para os diferentes distritos de Portugal.

RESULTADOS

	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Viseu	Portugal
% média por distrito	6,0%	2,6%	5,8%	1,9%	3,4%	3,8%	2,5%	5,5%	2,2%	3,1%	19,6%	1,6%	14,4%	2,4%	3,1%	4,8%	5,7%	3,0%	3,9%	4,1%

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

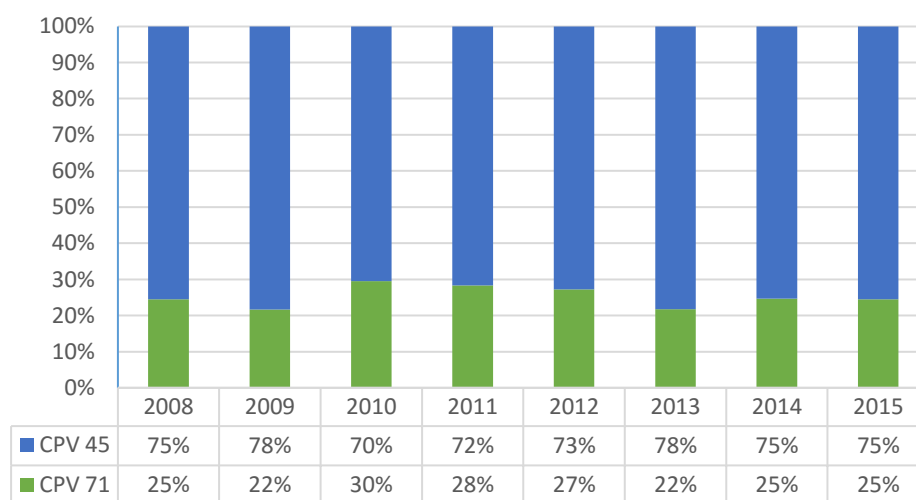
- Ao analisar os dados disponíveis, encontrou-se uma categoria de localização classificada como “Portugal”, que, devido à sua constante utilização, foi inserida na lista de categorias, tendo uma percentagem média superior a 4% do total de contratos analisados. Este facto chama a atenção da necessidade de introduzir algumas melhorias no funcionamento da plataforma Base, no sentido de obrigar ao preenchimento de campos essenciais (neste caso, “Distrito”).
- Pode observar-se que os distritos com mais relevância na formação de contratos da AC são Lisboa com 19,6% e Porto com 14,4% de média de contratos para o período em análise. Pode observar-se uma concentração cada vez maior dos contratos realizados nestes dois distritos o que, em alguma medida, pode refletir alguma macrocefalia dos dois grandes centros urbanos no panorama nacional de obras públicas (mais de 1/3 do total).
- Com valores médios percentuais entre 5% e 6% da totalidade em análise, podemos observar os distritos de Aveiro, Braga, Faro e Setúbal.
- Observa-se diminuições visíveis da % de contratos associados aos distritos de Faro e Santarém.

Ficha 05

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO POR CÓDIGO CPV.

OBJETIVO Avaliar o número de contratos registados no Base.Gov para a AC em função do tipo de trabalho envolvido:

- Código CPV 45 – Construção.
- Código CPV 71 – Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção.

RESULTADOS**Distribuição de Ac pelo CPV 45 e 71**

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CPV 45	437	12068	12990	11515	9165	11271	10235	10988
CPV 71	142	3331	5453	4549	3438	3127	3348	3568
Total	579	15399	18443	16064	12603	14398	13583	14556

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Pode observar-se que, durante os anos de 2008, 2009, 2013, 2014 e 2015, a percentagem de contratos de CPV 45 foi superior a 75%.
- Entre 2010 e 2012, observa-se uma diminuição percentual dos contratos associados ao CPV 45, em 2010 devido a um aumento significativo dos contratos de CPV 71, nos anos de 2011 e 2012 existiu uma diminuição do nº de contratos de AC, tendo a diminuição dos contratos de CPV 45 sido mais significativa que para o CPV 71.
- Em 2013 surgem de novo os contratos de CPV 45 mais evidencia devido ao aumento muito significativo do destes.
- Um aspeto que merecerá análise futura corresponde à parcela relativa a consultoria/serviços quando o mercado voltar a estabilizar. Se partirmos do princípio que a parte de um investimento em obra que corresponde a estudos, projetos e outros serviços técnicos se estabelece, em termos gerais, numa faixa de 7-15% do total, as percentagens reveladas no quadro parecem demasiado elevadas, a não ser que, devido à limitação de meios, as entidades públicas estejam, por antecipação, a investir em estudos destinados a realizações apenas a concretizar num futuro ainda não definido.

5.2.2. CONCLUSÕES GERAIS

Ao observar as fichas relativas à atividade da construção, podemos concluir:

- Em 2008, devido a ser o ano de início de aplicação do CCP e da entrada em vigor do CCP, os dados apresentados pelo base para este ano são relativamente poucos para podermos considerar os dados relativos a esse ano com a mesma ordem de importância que os anos seguintes.
- Os dados exportados para análise foram sempre superiores a 60% dos dados registados no Base.
- O nº de contratos registados para a atividade da construção tiveram o seu valor máximo para o ano de 2010, após este existiu uma diminuição bastante acentuada do nº de contratos até 2012. Após 2012 existiu um novo aumento do nº de contratos até 2013 seguido de uma estabilização deste nº até 2015.
- Os distritos mais destacados em matéria de contratação pública são claramente os distritos de Lisboa e do Porto, representando cerca de 35% da contratação pública do sector da construção.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45

5.3.1. FICHAS DE ANÁLISE

A caracterização dos contratos de Construção (CPV 45), apresenta-se representada nas fichas enunciadas na tabela 4-8.

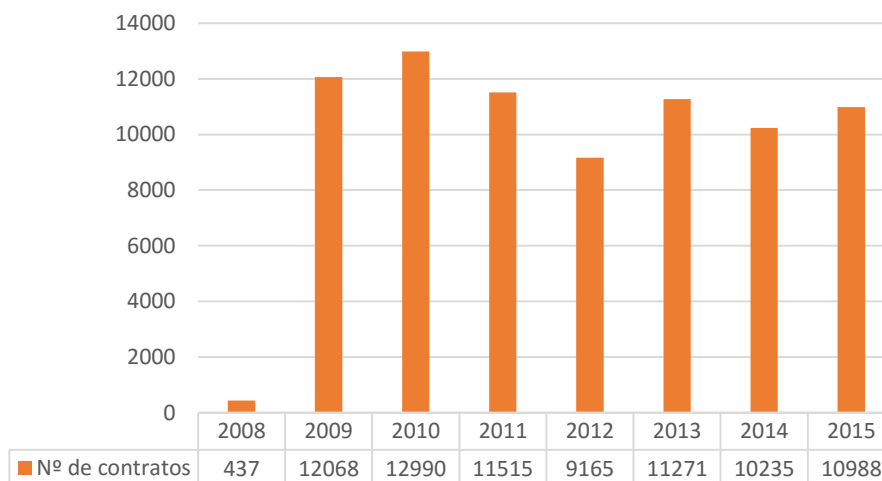
Ficha 06

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE CPV 45 PELO PERÍODO EM ANÁLISE.

OBJETIVO Avaliar o número de contratos registados no Base.Gov para a AC de CPV 45 (Construção) ao longo do período em estudo.

RESULTADOS

Distribuição dos Contratos de CPV 45



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se que no ano de 2008 o número de Contratos Realizados é muito inferior aos restantes anos em conformidade com o facto de ser o ano de início de utilização da plataforma.
- De 2009 para 2010 existiu um aumento do nº de contratos em quase 8%.
- De 2010 para 2011 com uma descida de quase 13% e de 2011 para 2012 de mais 30% em relação a 2010, podendo ser relacionado com o corte do investimento público causado pela crise económica.
- Em 2013 verifica-se de novo um aumento de 22% dos contractos em relação a 2012.
- Apresenta-se uma tendência de estabilização em volta dos 11000 contratos nos anos seguintes.

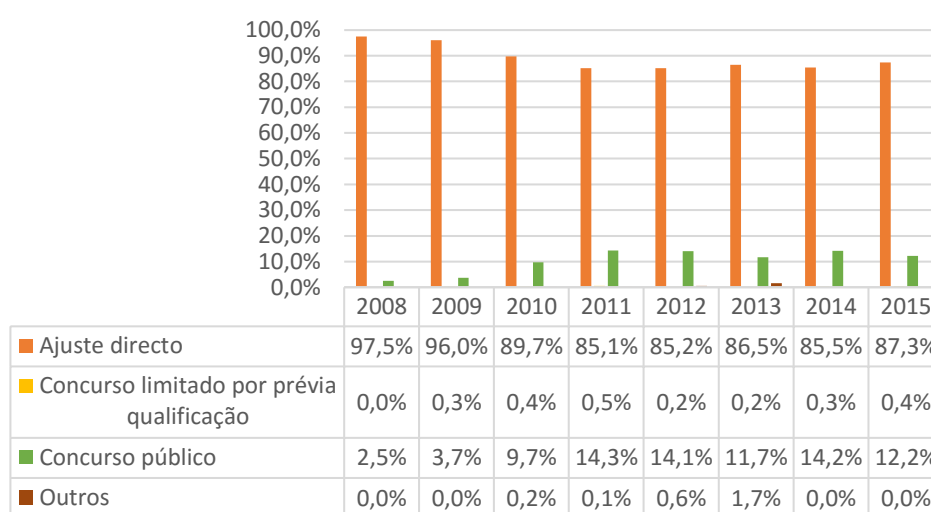
Ficha 07

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 POR TIPO DE PROCEDIMENTO UTILIZADO.**OBJETIVO** Avaliar a distribuição dos contratos AC pelo tipo de procedimento utilizado:

- Ajuste Direto
- Concurso limitado por prévia qualificação (CLPQ)
- Concurso público
- Outros

RESULTADOS

Tipo de Procedimento

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

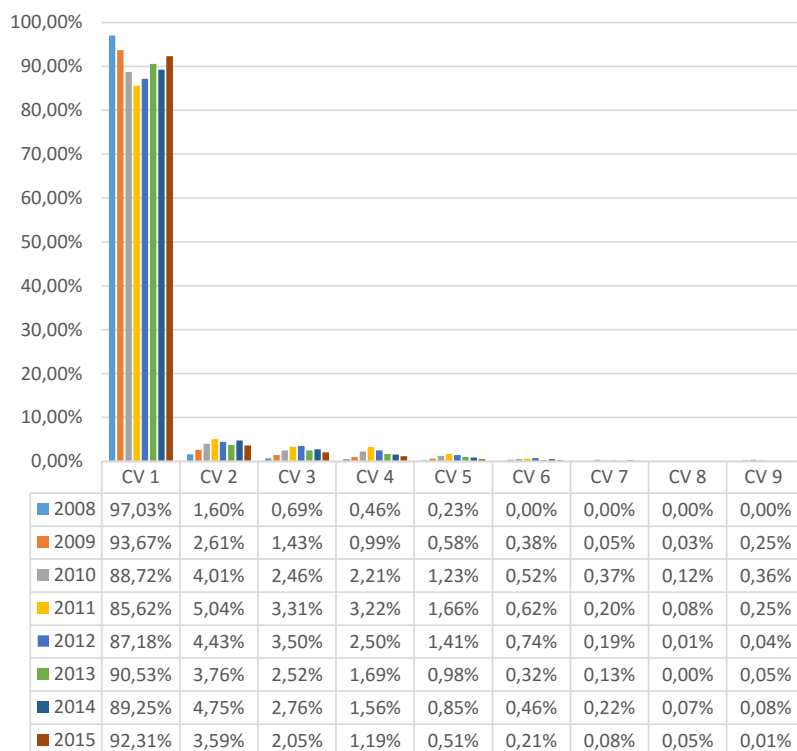
- Verifica-se que, desde 2008, o número contratos que utilizaram Ajuste Directo como procedimento teve uma diminuição percentual até ao ano de 2011 em que se começa a notar uma estabilização em volta dos 86%, destacando-se claramente como o tipo de procedimento mais utilizado.
- O “Concurso limitado por prévia qualificação” apresenta poucas alterações durante o período em análise, ficando sempre abaixo dos 0,5% do total da amostra.
- O concurso público tem um aumento considerável até 2011 passando dos 2,5% para 14,3% do total de contratos, exibindo depois variâncias durante o período de 2012 a 2014.
- As percentagens relativas a outros tipos de procedimentos como o “Procedimento de Negociação” e “Ao abrigo de acordo-quadro” (art.º 258.º do CCP) entre outros diversos, devido à sua pequena percentagem foram aglomerados em Outros. Nos anos de 2012 e 2013, em que os Outros aparecem relacionados a um maior nº de contratos, estes surgem devido à atípica realização de contratos “Ao abrigo do acordo-quadro” (art.º 258.º do CCP).
- Estes resultados demonstram a falta de atratividade do CLPQ apesar de este ser, objetivamente, o que melhor pode defender tanto o DO público como as próprias empresas; no caso do DO público, estabelece à partida o perfil das empresas que podem ser concorrentes, retirando esse aspeto da fase de análise das componentes técnicas/curriculares; para as empresas, o esforço despendido para uma fase de pré-qualificação será muito menor que para o concurso efetivo, logo as empresas com menores hipóteses concorrenciais ficarão desde logo pela primeira fase, evitando gastos apenas com remotas possibilidades de serem recompensados.

Ficha **08****DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE CPV 45 POR PREÇO DE CONTRATO.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos de CPV 45 pelo seu preço contratual em €, relacionando esse preço contratual com os valores limites de cada classe alvará.

RESULTADOS

Distribuição Por Preço Contratual

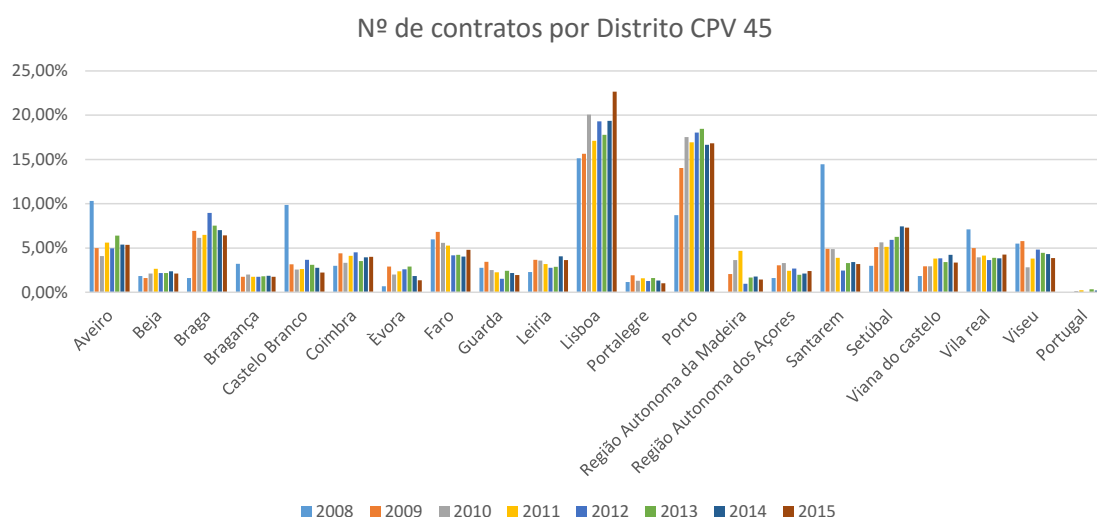
**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

Nota: nesta ficha e nas seguintes, o acrónimo CV corresponde a Classe de Valor e coincide com as classes de alvará definidos legalmente, ou seja, CV1 = €166.000, subindo para as CV seguintes com um rácio de 2x relativamente ao anterior, até à CV9 = superior a €16.600.000.

- Observa-se que com uma média de 87% do total dos contratos em análise, os contratos de CV 1 ou seja contratos com valor inferior a € 166.000 são nitidamente a maioria dos contratos analisados.
- Os anos de 2010, 2011 e 2012 foram os anos em que se evidenciou maiores valores de contrato, com uma percentagem de contratos associados às classes de valor 3,4 e 5 bastante superior aos restantes.
- Pode se observar que para contratos de valor superior a € 16.600.000 os anos 2009, 2010 e 2011 apresentam percentagens bastante superiores aos restantes anos, existindo uma diminuição bastante acentuada de 2011 para 2012, motivada com certeza pelo corte no investimento público imposto pelo novo governo alienado aos objetivos a cumprir perante a “troika”.

Ficha **09****DESIGNAÇÃO** DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 POR DISTRITO DE LOCAL DE EXECUÇÃO.

OBJETIVO Observar a variação de nº de contratos realizados pelos distritos de Portugal e pela categoria Portugal durante o período em análise.

RESULTADOS

	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Portugal
% Média por Distrito	5,9%	2,1%	6,4%	2,0%	3,7%	3,8%	2,1%	5,1%	2,4%	3,3%	18,4%	1,4%	15,9%	2,0%	2,4%	5,1%	5,7%	3,3%	4,5%	4,4%	0,1%

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Ao analisar os dados disponíveis, encontrou-se uma categoria de localização classificada como Portugal, que devido à sua constante utilização, foi inserida na lista de categorias tendo uma percentagem média a rondar os 0,1% do total de contratos analisados.
- Os distritos com mais relevância na formação de contratos de CPV 45 são Lisboa com 18,38% e Porto com 15,9% de média de contratos realizados para o período em análise.
- Com valores médios percentuais entre 5% e 6% da totalidade em análise, podemos observar os distritos de Aveiro, Braga, Faro e Setúbal.
- Pode-se observar um aumento ao longo dos anos do nº de contratos com local de execução em Lisboa e Setúbal, sendo que Lisboa em 2015 destaca-se claramente dos restantes anos com uma percentagem de contratos de 22,6% da totalidade analisada.

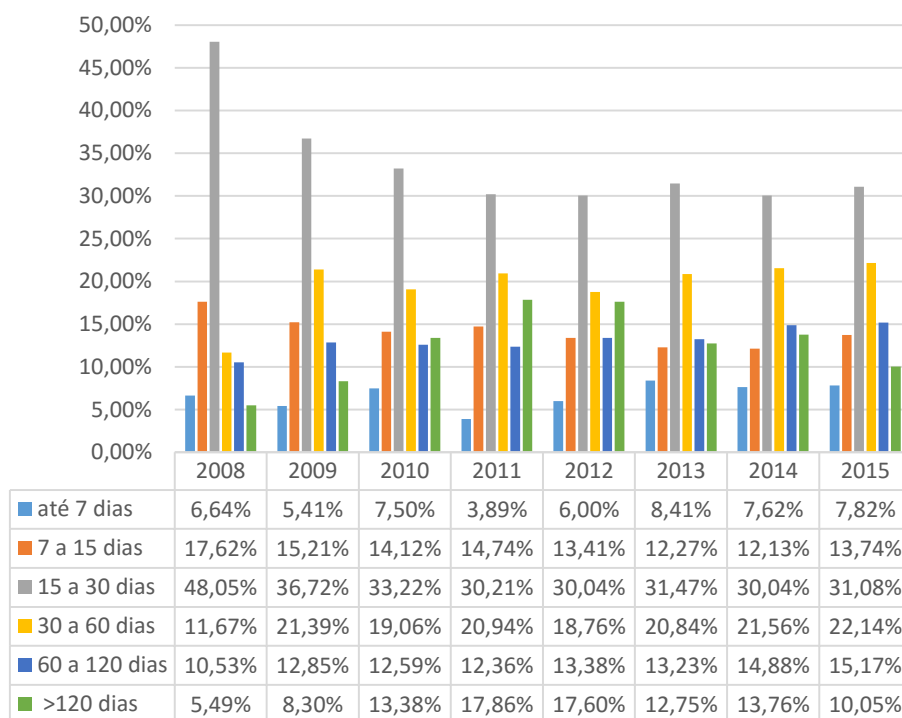
Ficha 10

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 POR PRAZO DE EXECUÇÃO.

OBJETIVO Avaliar a distribuição do nº de contratos pelos prazos de execução.

Os intervalos para prazos de execução estabelecidos para esta análise foram:

- 0 a 7 dias
- 15 a 30 dias
- 30 a 60 dias
- 60 a 120 dias
- Superiores a 120 dias

RESULTADOS**Distribuição por Prazo de Execução****ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Verifica-se que os prazos de execução mais contabilizados na análise aos contratos de CPV 45 se encontram no intervalo entre 15 e 30 dias e entre os 30 e 60 dias, sendo o intervalo entre 15 e 30 dias o mais utilizado apresentando sempre percentagens superiores a 30% do total de contratos analisados.
- Nos anos de 2011 e de 2012, observa-se um destaque em relação aos restantes anos nos contratos com duração superiores a 120 dias com percentagens superiores a 17,5% em relação aos dados analisados para esse ano.
- No ano de 2015 observa-se uma queda percentual nos contratos com duração superior a 120 dias em relação aos anos posteriores.

Ficha 11

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS DADOS FINAIS DE CONTRATO PARA O CPV 45.

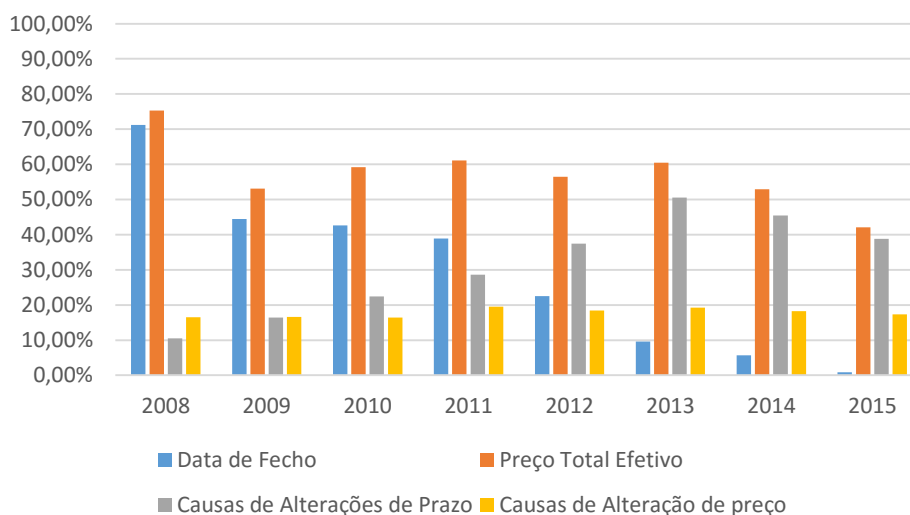
OBJETIVO Avaliar o preenchimento dos dados finais de contrato, aquando da finalização do contrato, através das percentagens de dados finais encontrados.

Dados Finais:

- Data de Fecho
- Preço Total Efetivo
- Causas de Alterações de Prazo
- Causas de Alterações de Preço

RESULTADOS

% de Dados Finais

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Ao analisar os dados a preencher no fim da realização do contrato, constata-se que para nenhum dos parâmetros se observa uma percentagem superior a 75% dos contratos analisados.
- A data de fecho de contrato foi cada vez mais deixada por preencher no decorrer dos anos em análise.
- As causas de Alteração de preço possui para todos os anos analisados, uma percentagem de preenchimento inferior a 20%
- Para além do preenchimento dos dados finais estar muito incompleto, o preenchimento das Causas de Alterações de prazo e das Causas de Alteração de preço está realizado na forma de escrita livre não permitindo a realização de qualquer tipo de análise aos diversos motivos que levam às alterações mencionadas.
- A falta de preenchimento destas informações vai contra o propósito de transparência promovido pelo Base, visto que sem as informações referentes ao final da execução dos contratos não é possível saber como decorreu o mesmo.
- Este aspeto poderia, facilmente, ser ultrapassado através da obrigatoriedade legal de apenas se poder proceder à liquidação da última fatura e/ou emissão da licença de utilização com a apresentação de um comprovativo do preenchimento destes dados, confirmando o encerramento do registo no portal.

Ficha 12

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONCORRENTES POR TIPO DE PROCEDIMENTO UTILIZADO PARA O CPV45.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o tipo de procedimento utilizado e o número de concorrentes ao contrato de CPV 45 para os anos de 2014 e 2015.

RESULTADOS

	Nº de Contratos Preenchidos	Nº de Contratos Em Branco	Nº Total de Contratos
2014	4409	5826	10235
2015	5353	5635	10988

Nº de concorrentes	Ajuste Direto		Concurso Público		Concurso Limitado por Prévia Qualificação		Nº de Contratos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1	52,24%	54,45%	1,30%	1,17%	9,09%	7,14%	1868	2445
2	16,07%	15,40%	2,13%	2,33%	9,09%	3,57%	590	709
3	17,11%	15,91%	3,55%	4,20%	18,18%	17,86%	640	752
4	7,06%	7,07%	7,46%	5,13%	0,00%	17,86%	314	365
5	4,56%	4,52%	6,75%	6,65%	36,36%	10,71%	223	262
6	1,41%	1,48%	6,86%	5,83%	9,09%	3,57%	109	117
7	0,82%	0,54%	8,17%	7,82%	0,00%	25,00%	98	98
8	0,28%	0,25%	6,86%	7,58%	18,18%	7,14%	70	78
9	0,28%	0,11%	5,44%	7,93%	0,00%	0,00%	56	73
10	0,11%	0,16%	7,46%	7,12%	0,00%	3,57%	67	69
11	0,03%	0,07%	5,44%	6,88%	0,00%	3,57%	47	63
12	0,03%	0,04%	3,67%	7,00%	0,00%	0,00%	32	62
13	0,00%	0,00%	5,09%	4,32%	0,00%	0,00%	43	37
14	0,00%	0,00%	4,62%	3,97%	0,00%	0,00%	39	34
>=15	0,00%	0,00%	25,21%	22,05%	0,00%	0,00%	213	189
% do Total de Contratos Preenchidos	80,59%	83,47%	19,17%	16,01%	0,25%	0,52%	4409	5353

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se que existe uma grande percentagem de contratos em branco no nº de concorrentes, nos anos de 2014 e 2015.
- Os contratos de Ajuste direto preenchidos correspondem a mais de 80% dos contratos preenchidos.
- Ao observar a importância dos contratos de ajuste direto nos dados preenchidos, e observando a sua disposição ao longo do nº de concorrentes, podemos concluir que a grande maioria de contratos realizados possuem 1, 2 ou 3 concorrentes.
- O Concurso Público é o tipo de procedimento que apresenta maior variação no nº de concorrentes, sendo o procedimento que possui menor % de contratos com 1 concorrente, este vai ao encontro do facto de os concursos públicos serem anunciados a nível nacional e não possuírem um processo de qualificação de concorrentes como é o caso do concurso limitado por prévia qualificação.
- O Concurso Limitado por Prévia Qualificação, apresenta maior tendência a que os seus contratos possuam entre 3 e 8 concorrentes.

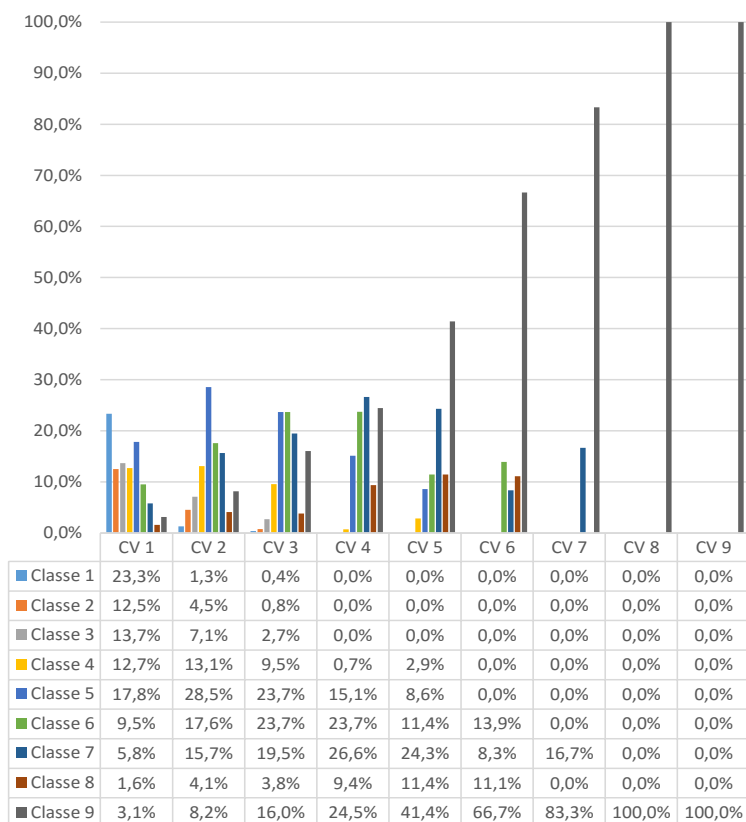
Ficha 13

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO POR AJUSTE ENTRE O VALOR DO CONTRATO E O ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO EM 2014 PARA o CPV 45.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o valor do contrato e a classe de alvará da empresa adjudicatária para contratos de CPV 45.

RESULTADOS

Classe de Alvará / Classe de Valor



Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	989	20	20	21	17	11	17	3	4	1102
Contratos Analisados	8146	466	262	139	70	36	6	4	4	9133
Nº de Contratos	9135	486	282	160	87	47	23	7	8	10235

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se a presença na base de dados de vários contratos com o campo relativo à classe de alvará da empresa adjudicatária em branco.
- Contratos de valor inferior a 166000€ (CV 1) foram executados por empresas da classe de alvará correspondente (classe 1), mas também em grande parte por empresas de classe 2, 3, 4 e 5, apresentando todas mais de 10% dos contratos desta classe de valor.
- Pode-se observar que para as diversas classes de valores, as classes de alvará das empresas contratadas são maioritariamente 2 ou mais classes acima da necessária à execução do contrato.

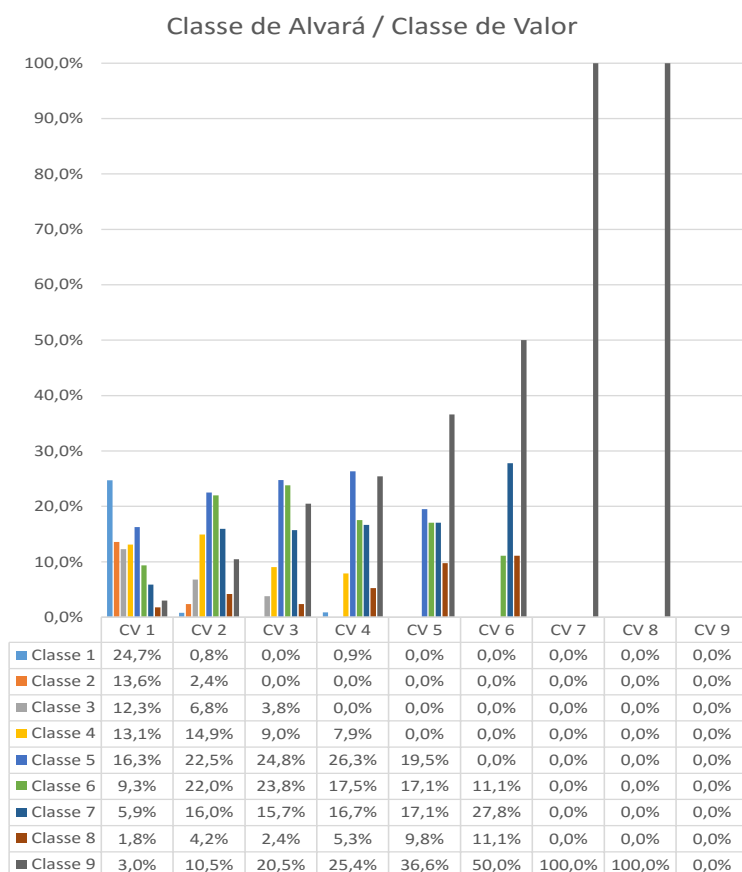
- Observa-se que para as classes de valor 2, 3 e 5 existe uma percentagem de contratos executados por empresas de classe de alvará inferiores ao necessário para a execução dos contratos.

Ficha **14**

Designação DISTRIBUIÇÃO POR AJUSTE ENTRE O VALOR DO CONTRATO E O ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO EM 2015 PARA O CPV 45.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o valor do contrato e a classe de alvará da empresa adjudicatária para contratos de CPV 45.

RESULTADOS



Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	1215	13	15	17	14	6	8	4	1	1293
Contratos Analisados	8928	382	210	114	41	18	1	1	0	9695
Nº de Contratos	10143	395	225	131	55	24	9	5	1	10988

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se a presença na base de dados de vários contratos com o campo relativo à classe de alvará da empresa adjudicatária em branco.
- Contratos de valor inferior a 166000€ (CV 1) foram executados por empresas da classe de alvará correspondente (classe 1), mas também em grande parte por empresas de classe 2, 3, 4 e 5, apresentando todas mais de 10% dos contratos desta classe de valor.
- Pode-se observar que para as diversas classes de valores, as classes de alvará das empresas contratadas são maioritariamente 2 ou mais classes acima da necessária à execução do contrato.

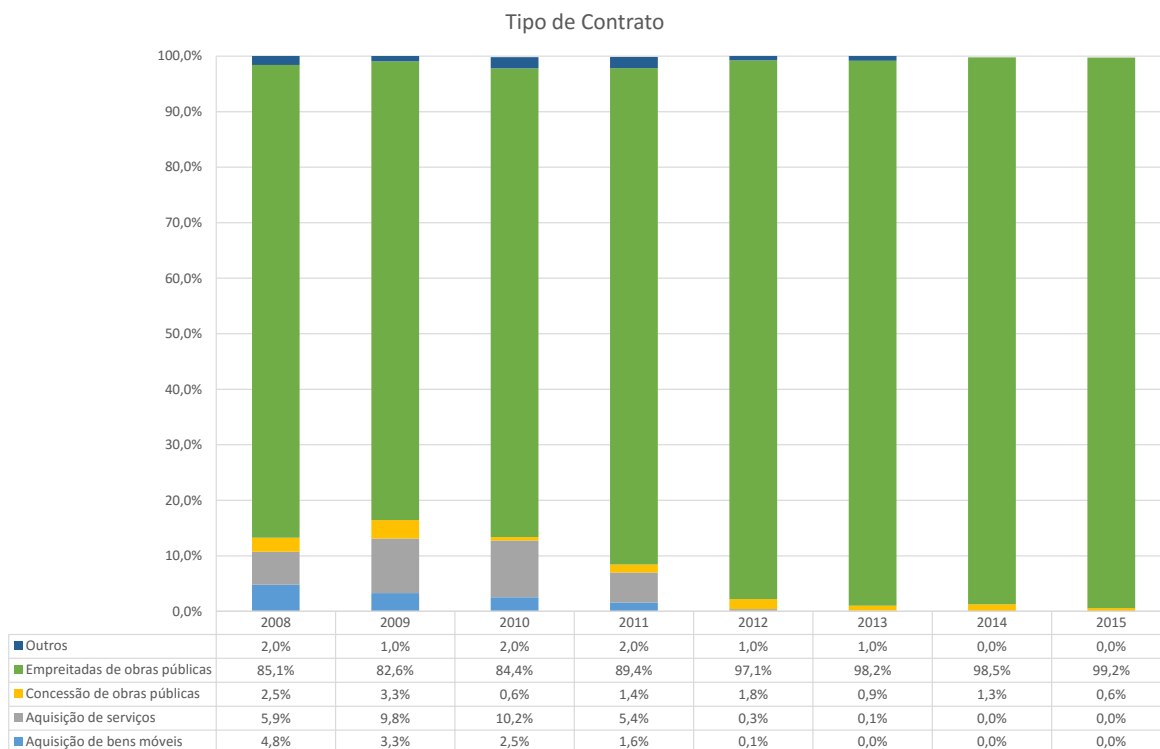
- Observa-se que para as classes de valor 2 e 4 existe uma percentagem de contratos que foram executados por empresas com classe de alvará inferior ao necessário para a execução dos contratos.

Ficha 15

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 PELOS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS.

OBJETIVO Avaliar a distribuição da amostra de contratos de CPV 45 pelos tipos de contratos existentes na base de dados.

RESULTADOS



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Até 2011 o número de contratos do tipo Empreitadas de obras públicas representa entre 80% e 90%, Aquisição de serviços entre 5% e 10% da totalidade de contratos para esse ano, Aquisição de bens móveis apresenta uma diminuição de 4.8% em 2008 para 1.6% em 2011.
- Após 2011 pode-se observar que quase deixou de ser utilizado o tipo de contrato Aquisição de serviços e o tipo Aquisição de bens móveis, passando Empreitadas de obras públicas a representar quase a totalidade dos contratos de CPV 45 com percentagens acima de 97%.
- Devido ao grande número de tipos de contratos encontrados com descrições juntando vários tipos de contrato (exemplo: Aquisição de serviços | Empreitadas de obras públicas) foi estabelecido o campo Outros de modo a representar a percentagem de contratos associados a estes.
- Ao observar todas as variações de tipos de contrato referidas nos dados, observou-se vários tipos de contratos cuja referência escrita não é muito clara.

Ficha 16

DESIGNAÇÃO VARIAÇÃO DO VALOR DE CONTRATO POR ANO E TIPO DE PROCEDIMENTO PARA O CPV 45.

OBJETIVO Avaliar a variação do valor dos contratos ao longo do período em análise por tipo de procedimento utilizado, usando para isso os valores máximos, mínimos, médios e de desvio padrão.

RESULTADOS

		Ajuste Direto	Concurso limitado por prévia qualificação	Concurso público
2008	Máximo	1 121 175 €	0 €	2 349 453 €
	Médio	37 051 €	0 €	427 580 €
	Mínimo	230 €	0 €	28 250 €
	DP	79 382 €	0 €	622 660 €
2009	Máximo	5 124 918 €	42 391 873 €	13 499 970 €
	Médio	67 969 €	22 211 647 €	657 825 €
	Mínimo	15 €	1 895 000 €	16 119 €
	DP	250 098 €	9 136 713 €	1 445 901 €
2010	Máximo	19 838 450 €	37 527 015 €	32 432 990 €
	Médio	70 431 €	12 668 490 €	1 052 731 €
	Mínimo	25 €	23 154 €	0 €
	DP	358 443 €	12 691 599 €	2 526 238 €
2011	Máximo	85 841 880 €	9 630 092 €	24 687 000 €
	Médio	79 274 €	1 126 328 €	716 304 €
	Mínimo	0 €	76 196 €	0 €
	DP	1 096 514 €	1 699 766 €	1 282 746 €
2012	Máximo	11 199 588 €	7 478 958 €	37 500 000 €
	Médio	56 786 €	1 535 851 €	791 945 €
	Mínimo	0 €	28 685 €	0 €
	DP	207 711 €	97 €	116 €
2013	Máximo	4 311 000 €	59 398 828 €	37 500 000 €
	Médio	44 479 €	6 135 359 €	671 768 €
	Mínimo	0 €	0 €	0 €
	DP	103 251 €	15 120 913 €	1 733 206 €
2014	Máximo	2 848 000 €	28 705 000 €	88 099 873 €
	Médio	40 323 €	2 468 276 €	778 941 €
	Mínimo	0 €	55 810 €	0 €
	DP	77 013 €	4 790 796 €	3 019 870 €
2015	Máximo	13 427 047 €	17 887 000 €	15 500 000 €
	Médio	36 301 €	2 231 461 €	431 311 €
	Mínimo	0 €	0 €	0 €
	DP	147 965 €	3 523 450 €	1 032 044 €

Legenda:

Máximo	
Médio	
Mínimo	
Desvio Padrão	

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

Nota: A legenda está feita de forma a sobressair os valores máximos de cada procedimento.

- Os poucos contratos analisados para 2008 são justificados devido a ser o início da utilização do portal e serão a causa provável da grande discrepância dos valores deste ano com os restantes.
- Observando os valores retirados para o Ajuste Direto, podemos observar uma grande variação no preço contratual médio na passagem de 2011 para 2012, provavelmente influenciado pelo período de contenção orçamental originado pela vinda da “troika”. Enquanto se observa um preço contratual a crescer até 2011

apresentando o máximo registado de 79.273,97€, após este ano este valor inicia uma tendência a decrescer atingindo o seu mínimo em 2015 com um valor de 36.301,40€ ou seja uma queda no valor de contrato médio em mais de 50%. Esta variância pode-se explicar entre outras razões, pela realização de contratos de grande valor em 2009, 2010 e 2011, demonstrados não só pelos valores contratos máximos mas também pelos grandes valores de desvio padrão registados para esses anos.

- Observando os dados recolhidos para o procedimento Concurso Limitado por Prévia por Qualificação, podemos retirar que para o ano de 2008 não existiram contratos para este tipo de procedimento. Pode-se verificar que este tipo de procedimento está claramente associado a contratos de elevado valor, apresentado um valor médio sempre superior ao milhão de euros, e com desvio padrões bastante elevados.
 - Em relação aos contratos de concurso público, pode-se observar que o valor médio de contrato em geral situa-se a rondar os 700.000,00€, existindo duas variações, em primeiro no ano de 2010 em que se regista o valor médio de contrato máximo superando o milhão de euros e um valor de desvio padrão francamente superior aos restantes anos muito provavelmente associado à realização de contratos de vários contratos de valor elevado, a segunda variação surge no ano de 2015 em que o valor médio cai para perto dos 430.000,00€ apresentando um desvio padrão baixo em comparação dos restantes, sugerindo a existência de poucos contratos com grandes preços contratuais.
 - Observe-se a presença constante de contratos de ajuste direto com valores bastante superiores aos determinados pelo CCP para este tipo de procedimento.
-

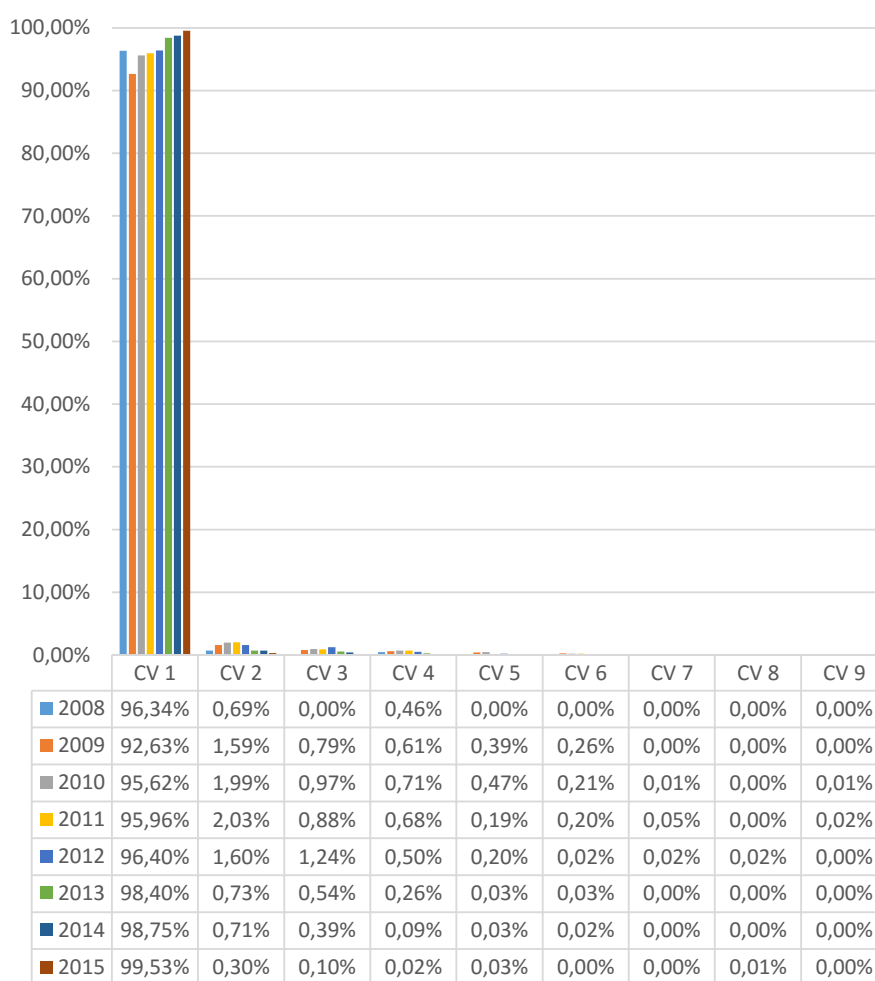
Ficha 17

DESIGNAÇÃO RELAÇÃO ENTRE AJUSTE DIRETO, PREÇO CONTRATUAL E ANO DE CONTRATO, PARA O CPV 45.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Ajuste Direto como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição Ajuste Direto por Valor de Contrato

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Pode-se observar que grande percentagem dos contratos de Ajuste Direto correspondem a contratos de valor inferior a 166000€, com percentagens sempre superiores a 90% do total de Ajustes Diretos indo de acordo aos limites de valor de contrato estipulados no CCP para este procedimento.
- A percentagem de contratos não associada à classe de valor 1, encontra-se distribuída pelas restantes classes existindo uma maior concentração nas classes 2 e 3.

- Apesar de como referido no primeiro ponto, existirem vários contratos de valor superior ao estipulado a utilizarem este tipo de procedimento, note-se também que com o decorrer do período em análise essa tendência tem vindo a diminuir, atingindo menos de 0,5% em 2015.
- Pode-se observar que em linha com o referido na ficha nº16, nos anos de 2009, 2010 e 2011 foram realizados mais contratos com valores mais elevados associados às classes de valor nº4, 5, 6, 7 e 9.

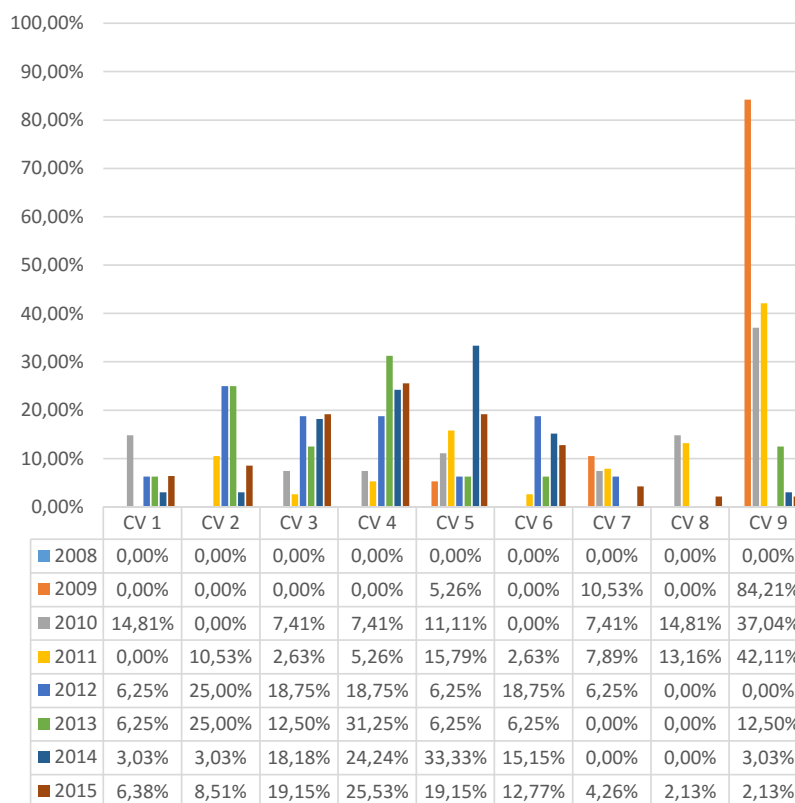
FICHA **18**

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, PREÇO CONTRATUAL E ANO DE CONTRATO, PARA O CPV 45.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Concurso limitado por Prévia Qualificação como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição Concurso Limitado Por Prévia Qualificação por valor contrato

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Pode-se observar que devido à complexidade associada geralmente aos contratos que utilizam concurso limitado por prévia qualificação como tipo de procedimento, existe uma grande disparidade de ano para ano em relação às classes de valor mais representadas.
- Em linha com a complexidade referida no ponto anterior, também está certamente o facto de a classe de valor 1 ser a menos representada.
- Em linha com o que aconteceu para o ajuste direto, também para os contratos que utilizam o concurso limitados por prévia qualificação apresentam valores contratuais mais elevados para os anos de 2009, 2010

e 2011 representados pelas percentagens associadas às classes de valor nº 7, 8 e 9 ou seja para valores superiores a 10.624.000,00€

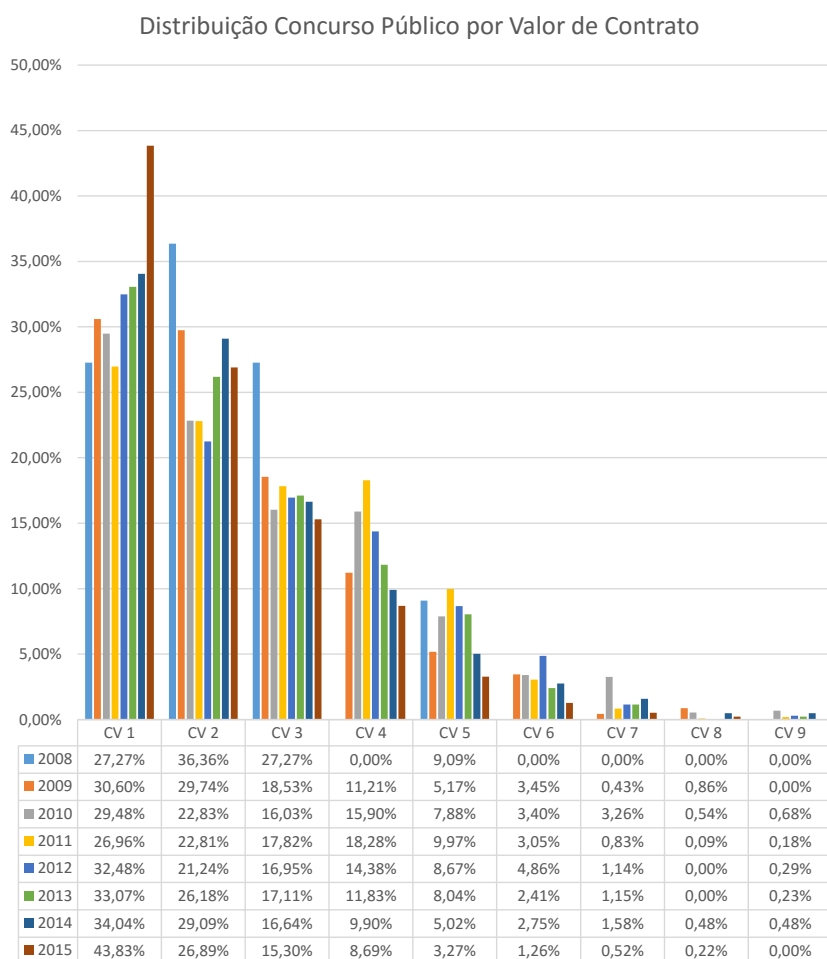
- Nos anos de 2012 e 2013 os valores de contrato encontram-se dispostos de forma mais acentuada entre as CV 2 e CV 4
- Nos anos de 2014 e 2015 os valores de contrato encontram-se mais localizados nas CV 3, CV 4 e CV 5.

Ficha **19**

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO PÚBLICO, VALOR DE CONTRATO E ANO DE CONTRATO PARA O CPV 45.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Concurso Público como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Pode-se observar que a grande maioria de contratos que utilizaram o Concurso público como tipo de procedimento apresentam valores de contratos inseridos nas classes de valor 1, 2 e 3.

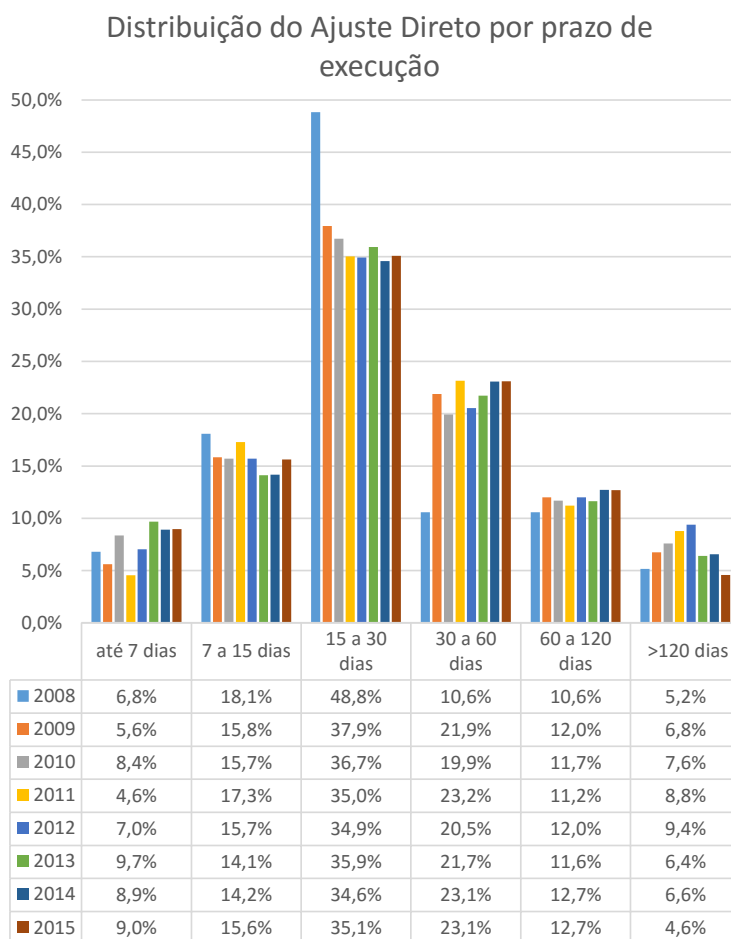
- Em 2010, 2011 e 2012, podemos observar que cerca de 30% dos contratos foram realizados com valores de contrato superiores a 664.000€, contrastando com os cerca de 20% de 2009, 2013 e 2014.
- O ano de 2015 é o que apresenta maiores percentagens de contratos associados a classes de valor mais baixas.

Ficha **20**

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE AJUSTE DIRETO, PRAZO DE EXECUÇÃO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Ajuste direto como procedimento contratual no período em análise.

RESULTADOS



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Pode-se observar que o intervalo de prazos mais utilizado para contratos de ajuste direto é claramente entre 15 e 30 dias, não apresentando grandes variâncias ao longo do período em análise.
- Os contratos com prazos entre 7 e 60 dias representam mais de 70% dos contratos que utilizaram este tipo de procedimento.
- A presença de poucos contratos com prazos de duração superiores a 120 dias, está diretamente associada ao facto de a grande maioria de contratos realizados para este tipo de procedimento estarem associados a preços contratuais inferiores a 166.000,00€ como está claramente demonstrado na ficha nº 17, referente à relação dos preços contratuais com o ajuste direto.

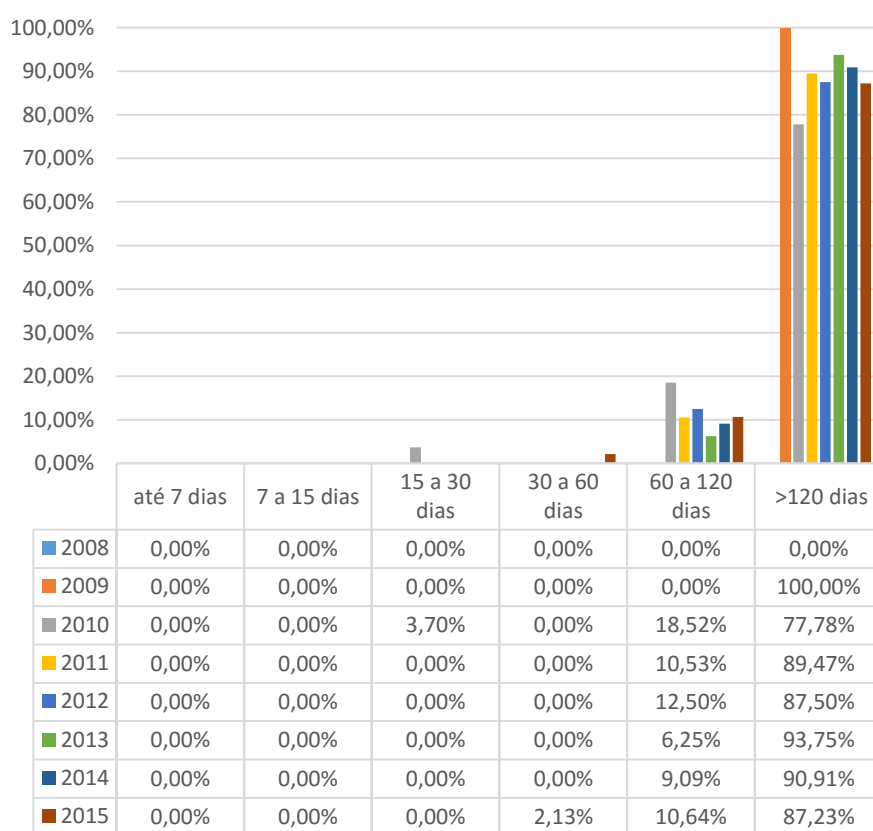
Ficha **21**

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, PRAZO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA O CPV 45.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Concurso limitado por prévia qualificação como procedimento contratual no período em análise.

RESULTADOS

Distribuição do concurso limitado por prévia qualificação por prazo e ano de execução



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

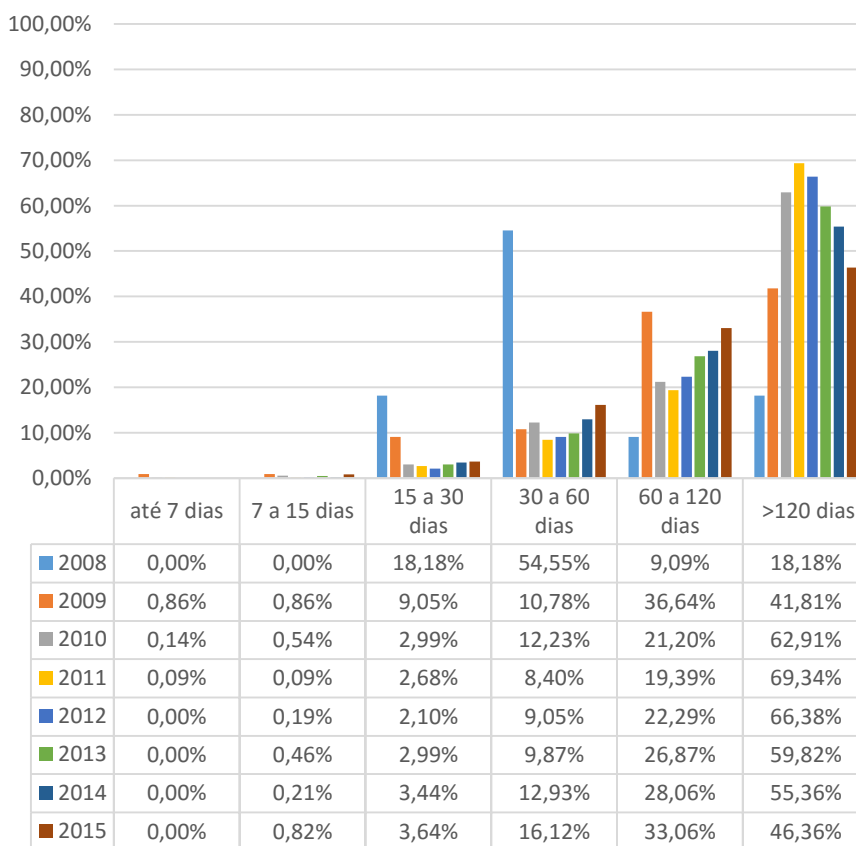
- Pode-se observar que mais de 95% dos contratos deste tipo de procedimento são de duração superior a 60 dias, sendo que desses 95% a grande maioria são contratos com prazos superiores a 120 dias.
- A grande tendência dos contratos deste tipo de procedimento possuírem prazos superiores a 120 dias, está diretamente ligada à complexidade associada a este e ao facto de para este tipo de procedimento os valores contratuais estarem associados às classes de valor mais elevadas.

Ficha **22****DESIGNAÇÃO** **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO PÚBLICO, PRAZO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA O CPV 45.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Concurso Público como procedimento contratual no período em análise.

RESULTADOS

Distribuição do concurso público por prazo e ano de execução



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se que para o ano de 2008, existe uma grande diferença na distribuição dos contratos quando em comparação os restantes anos em análise, estará associado à criação da plataforma.
 - Pode-se constatar que em 2010, 2011 e 2012, existiu um aumento das percentagens de contratos associados a prazos superiores a 120 dias, facilmente relacionado para os dados representados na ficha nº19, em que estes anos se destacam por apresentarem mais contratos com valores de contrato elevados.
 - Nos anos 2013, 2014 e 2015 verifica-se um deslocamento dos prazos dos contratos, para prazos de execução mais pequenos, estando claramente relacionado com o decréscimo de valores de contrato nesses anos.
-

5.3.2. CONCLUSÕES GERAIS

Ao observar a informação disposta nas análises realizadas aos contratos de Construção (CPV 45), podemos concluir:

- Em 2008, devido a ser o ano de início de aplicação do CCP e da utilização do Portal, os dados apresentados pelo base para este ano são relativamente poucos para podermos considerar os dados relativos a esse ano com a mesma ordem de importância que os anos seguintes em casos de diferenças consideráveis.
- O nº de contratos de construção registados foram superiores nos anos de 2009 a 2011 sendo o ano de 2010 o de mais contratos registados com um total de 12990 contratos. De 2011 para 2012 observou-se uma queda superior a 20% diminuindo o nº de contratos registados para o mínimo de 9165 contratos. Após 2012 houve um aumento do nº de contratos até 2013 tendo depois não sofrido alterações muito bruscas.
- O que aconteceu com o número de contratos, acontece também com o valor dos contratos, tendo sido os anos de 2009, 2010 e 2011 em que se apresentou o maior valor médio de contrato e os contratos de maior valor registados para o período em estudo. Durante o ano de 2012 até ao ano de 2015 o valor medio de contrato apresenta uma diminuição ano após ano.
- Os contratos analisados para todo o período revelam que cerca de 90% dos contratos de CPV 45 surgem associados a CV 1 ou seja para valores inferiores a 166.000,00€, os restantes 10% estão mais dispersos mas associado principalmente às classes de valor 2,3 e 4.
- Em relação aos tipos de procedimento, o ajuste direto destaca-se como tipo de procedimento utilizado, apresentou uma diminuição até ao ano de 2011 e tem mantido o seu valor a rondar 86% do total de contratos deste CPV. Este tipo de procedimento está normalmente associado a preços de contrato inferiores a 166.000€ apesar de se observar a existência de uma percentagem considerável de contratos com valores bastante superiores ao indicado para este tipo de procedimento pelo CCP nos artigos nº19,20 e 21.
- O concurso público de 2009 até 2011 apresentou um grande aumento da sua importância como tipo de procedimento, passando de 3.7% para 14.3% dos contratos de construção, falando em nº de contratos de 235 contratos para 737. Este apresenta grande parte dos seus contratos situados nos contratos de classe de valor 1, 2 e 3.
- O número de concorrentes à realização dos contratos apresenta uma disposição muito concreta relacionada com o tipo de procedimento utilizado, enquanto os contratos de ajuste direto apresentam em geral um nº pequeno de concorrentes à execução dos contratos, os contratos de Concursos públicos e de concursos limitados por prévia qualificação apresentam o nº de concorrentes mais variados, sendo o concurso público a possuir contratos com maior nº de

concorrentes. O surgimento de mais concorrentes está certamente associado à publicação de anúncios para os contratos, facto que não ocorre para o ajuste direto.

- Ao observar a relação entre as classes de valor e as classes de alvará das empresas que executaram, observa-se um deslocamento entre estas de cerca de 2 ou mais classes, ou seja para contratos de uma dada classe de valor, a maioria de empresas que as executam estão habilitadas a executar contratos para 2 ou mais classes acima. Revelando-se portanto que grande parte das empresas que concorrem aos contratos públicos de construção estão sobredimensionadas para a execução dos mesmos,
- Os distritos de Lisboa e Porto surgem como os distritos com mais contratos de CPV 45 realizados, apresentando ambos percentagens médias superiores a 15% do total de contratos deste tipo.
- Observando os dados finais, a que pertencem o preço efetivo, causas de alteração de preço e de prazo e data de fecho, registam-se pequenas percentagem de preenchimento destes campos, e quando preenchidos esse preenchimento é feito na forma de texto livre não permitindo fazer uma análise concreta ao modo como decorreram os contratos. E por esse motivo diminui o cumprimento do objetivo de transparência na contratação incutido na criação do portal.

5.4 CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71

5.4.1. FICHAS DE ANÁLISE

A caracterização dos contratos de Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção (CPV 71) apresenta-se representada nas fichas enunciadas na tabela 4-9.

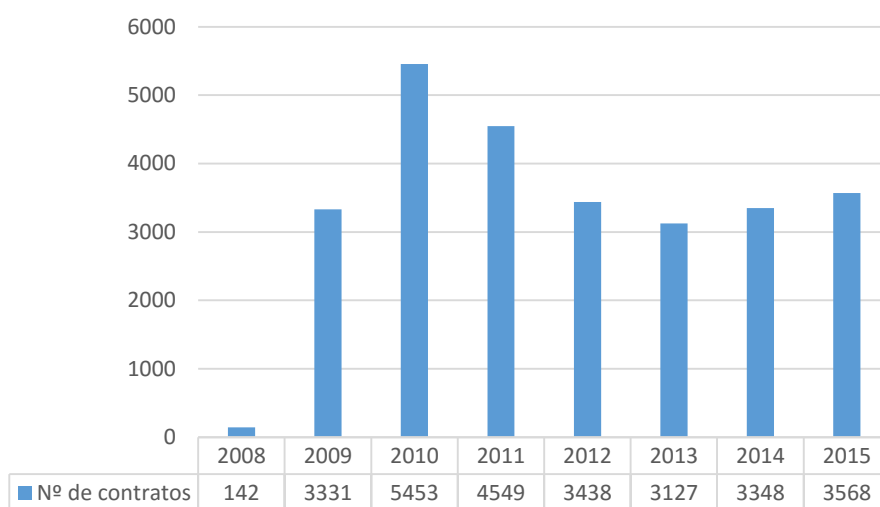
Ficha **23**

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE CPV 71 PELO PERÍODO EM ANÁLISE

OBJETIVO Avaliar o número de contratos registados no Base.Gov para Atividade da Construção de CPV 71 (Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção) ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição dos contratos de CPV 71



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Verifica-se que até o ano de 2008 devido à recente criação da plataforma o nº de inscritos encontra-se muito aquém dos restantes anos em análise.
- De 2009 para 2010 existiu um aumento do número de contratos em mais de 60%, seguindo-se uma diminuição de forma quase continua até 2013, diminuindo em mais de 70% o número de contratos realizados.
- Após 2013 a contratação pública para este CPV manteve-se pouco alterada apresentando um pequeno crescimento até 2015.

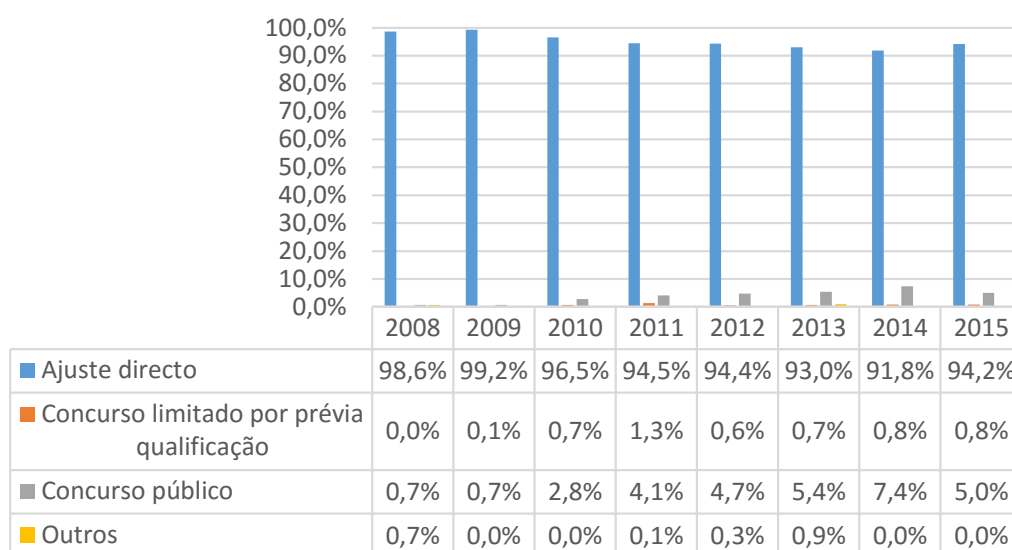
Ficha 24

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71 POR TIPO DE PROCEDIMENTO UTILIZADO.**OBJETIVO** Avaliar a distribuição dos contratos de CPV 71 pelo tipo de procedimento utilizado:

- Ajuste Direto
- Concurso limitado por prévia qualificação
- Concurso público
- Outros

RESULTADOS

Tipo de Procedimento

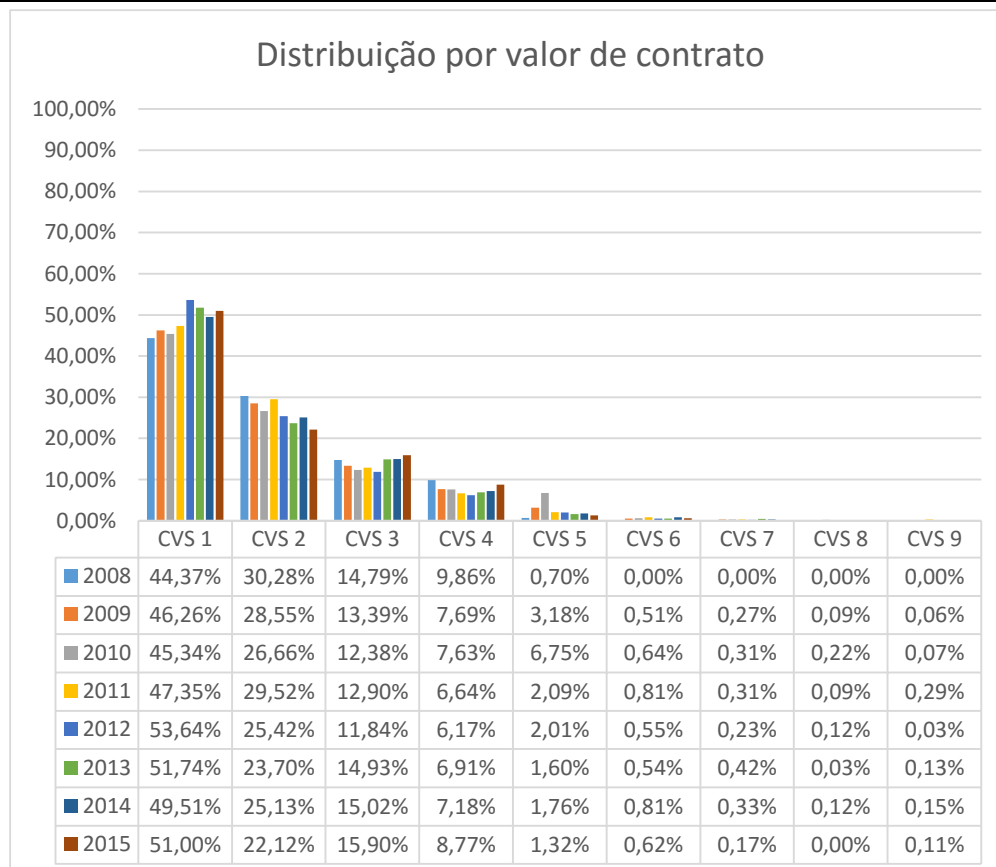
**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- O Ajuste directo surge claramente como o tipo de procedimento mais utilizado no processo de contratação, apesar de no período entre 2008 e 2014 se demonstrar uma diminuição contínua da % de contratos associados a este.
- Pode-se observar que para os vários anos analisados podemos encontrar um padrão na utilização de concurso limitado por prévia qualificação com este a representar cerca de valores a rondar os 0,7% em cinco dos 8 anos analisados. No ano 2008 e 2009 os contratos deste tipo quase não possuem representação e por outro lado no ano de 2011 atinge o seu máximo.
- O concurso público demonstra um aumento da sua utilização para este CPV ao longo do período, atingindo em 2014 o seu máximo, representando cerca de 7,4% dos contratos de CPV 71. Em 2015 o valor da percentagem cai de novo para valores registados em 2013.

Ficha 25

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE CPV 71 POR VALOR DE CONTRATO.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos de CPV 71 pelo seu preço contratual em €, relacionando esse preço contratual com os valores limites de cada classe alvará:

RESULTADOS**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

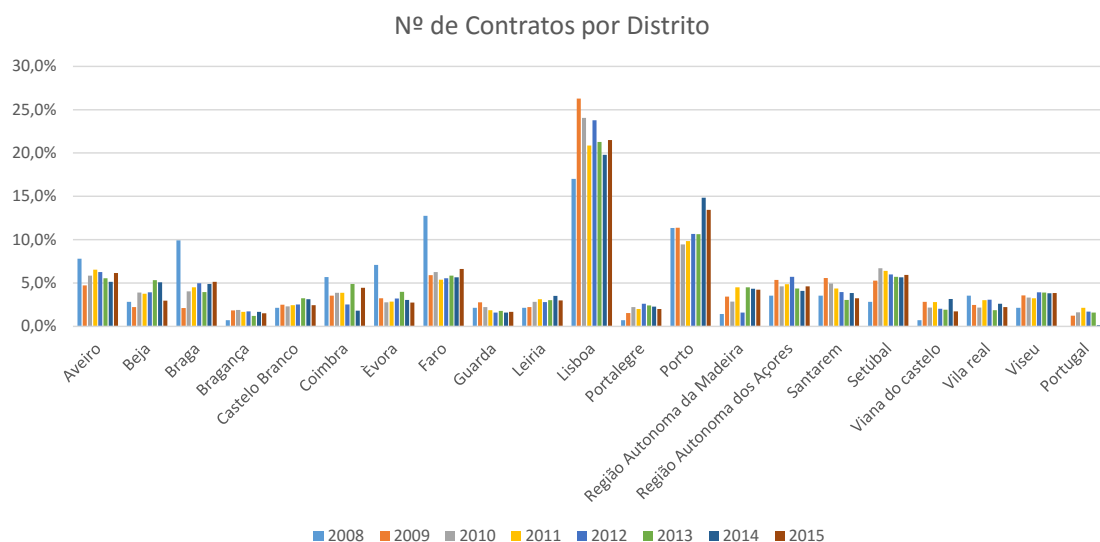
Nota: nesta ficha e nas seguintes, o acrónimo CVS corresponde a Classe de Valor de Serviços e estabelece intervalos de valores correspondentes a 10% dos limites estabelecidos pelas classes de alvará para os contratos de construção. Esta estipulação dos intervalos vai de encontro à ideia que numa obra de construção, o valor relativo a serviços representa normalmente menos de 10% do valor total. (ex. CVS 1= €16.600)

- Observa-se que com uma média superior a 45% do total dos contratos em análise, os contratos de CVS 1 ou seja contratos com valor inferior a 16600€, representam grande parte dos contratos analisados.
- Note-se que os contratos que não têm o seu valor de contrato incluído na CVS 1, se encontram dispersos pelas outras classes, principalmente pelas classes CVS 2 e CVS 3, como seria de esperar.
- O período entre 2009 e 2011 foi o que apresentou contratos de valor mais elevado, tendo sido o ano de 2010 o que mais se destacou apresentando uma maior percentagem de contratos associados a classes de valor superiores, como se observa na taxa de contratos associados a CVS 5, CVS 8 e CVS 9.

Ficha 26

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71 POR DISTRITO DE LOCAL DE EXECUÇÃO.

OBJETIVO Observar a variância de nº de contratos realizados pelos distritos de Portugal e pela categoria Portugal durante o período em análise.

RESULTADOS

	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Portugal
% Média por Distrito	6,00%	3,75%	4,94%	1,52%	2,59%	3,83%	3,61%	6,75%	1,95%	2,82%	21,82%	1,97%	11,45%	3,36%	4,64%	4,06%	5,56%	2,16%	2,62%	3,46%	1,13%

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Ao analisar os dados disponíveis, encontrou-se uma categoria de localização classificada como Portugal, esta categoria representa cerca de 1% do total de contratos analisados.
- Pode se observar que os distritos que se destacam são os distritos de Lisboa e o do Porto, com uma média percentual de 21,82% e 11,45% respetivamente.
- Com valores médios a rondar os 5, 6% encontramos os distritos de Aveiro, Braga, Faro e Setúbal.

Ficha 27

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 71 POR PRAZO DE EXECUÇÃO.

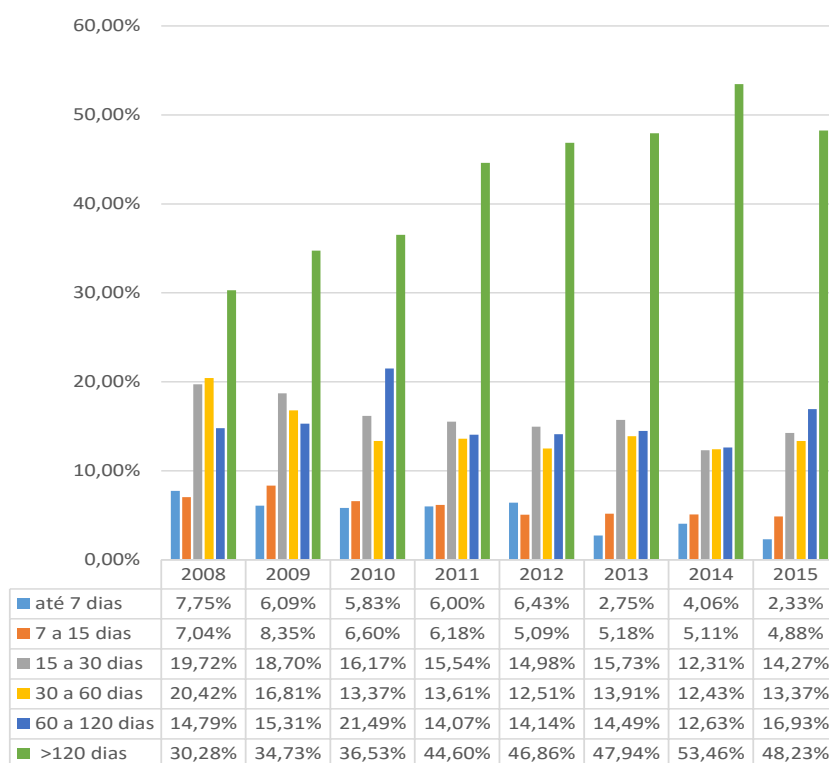
OBJETIVO Avaliar a distribuição do nº de contratos pelos prazos de execução.

Os intervalos para prazos de execução estabelecidos para esta análise foram:

- 0 a 7 dias
- 15 a 30 dias
- 30 a 60 dias
- 60 a 120 dias
- Superiores a 120 dias

RESULTADOS

Distribuição por prazo de execução

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Pode-se observar que a percentagem de contratos com prazo de execução superior a 120 dias desde 2008 que foi a mais representada, tendo mantido um crescimento até 2014 apresentando um máximo de 53,46% dos contratos analisados para este ano.
- Observa-se que as percentagens associadas para os contratos com prazos de execução de até 15 dias são os menos representados e apresentam uma diminuição dessa representação ao longo do período analisado.

Ficha 28

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS DADOS FINAIS DE CONTRATO PARA O CPV 71.

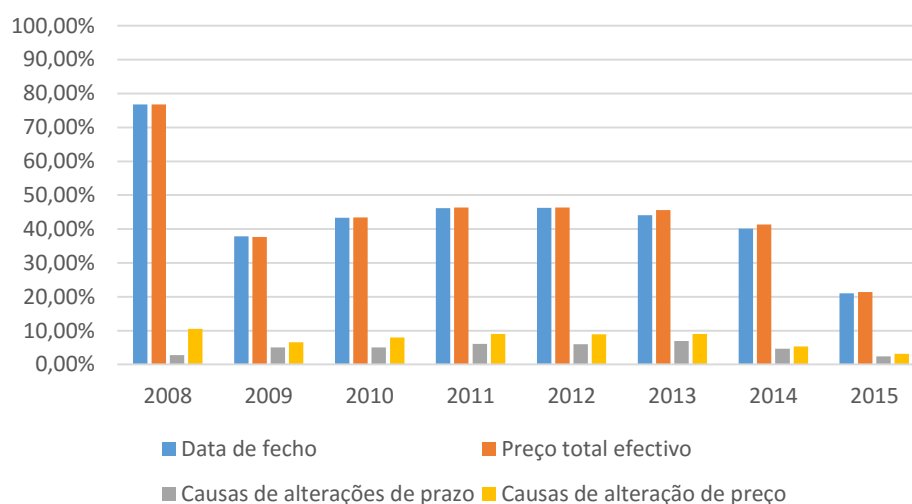
OBJETIVO Avaliar o preenchimento dos dados finais de contrato, aquando da finalização do contrato, através das percentagens de dados finais encontrados.

Dados Finais:

- Data de Fecho
- Preço Total Efetivo
- Causas de Alterações de Prazo
- Causas de Alterações de Preço

RESULTADOS

% de Dados Finais

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Ao analisar os dados finais, ou seja os dados a serem preenchidos no final da execução de contrato, podemos observar a percentagem de preenchimento dos 4 parâmetros é bastante baixa, apresentando para quase todo o período analisado percentagens abaixo dos 50%
- As causas de alterações de preço e de alterações de prazo, quase não possuem registos e quando possuem, estes estão feitos de forma livre, não permitindo qualquer tipo de análise a estes.
- Em contrário do que seria expectável e preferível, desde 2012 cada vez à menos contratos com estas informações preenchidas.
- Este aspeto poderia, facilmente, ser ultrapassado através da obrigatoriedade legal de apenas se poder proceder à liquidação da última fatura e/ou emissão da licença de utilização com a apresentação de um comprovativo do preenchimento destes dados, confirmando o encerramento do registo no portal.

Ficha 29

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONCORRENTES POR TIPO DE PROCEDIMENTO UTILIZADO PARA O CPV71

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o tipo de procedimento utilizado e o número de concorrentes ao contrato de CPV 71 para os anos de 2014 e 2015.

RESULTADOS

	Nº de Contratos Preenchidos	Nº de Contratos Em Branco	Nº Total de Contratos
2014	1097	2251	3348
2015	1228	2340	3568

Nº de concorrentes	Ajuste Direto		Concurso Público		Concurso Limitado por Prévia Qualificação		Nº de Contratos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1	69,72%	73,38%	10,37%	9,40%	60,00%	14,29%	667	818
2	13,58%	13,95%	10,37%	8,55%	0,00%	14,29%	143	165
3	11,85%	8,66%	6,71%	9,40%	20,00%	21,43%	122	109
4	3,56%	2,73%	6,10%	8,55%	0,00%	0,00%	43	40
5	0,65%	0,82%	9,76%	5,13%	0,00%	14,29%	22	17
6	0,54%	0,18%	6,10%	5,13%	0,00%	0,00%	15	8
7	0,11%	0,18%	6,10%	5,13%	20,00%	0,00%	12	8
8	0,00%	0,00%	7,32%	9,40%	0,00%	0,00%	12	11
9	0,00%	0,09%	5,49%	8,55%	0,00%	14,29%	9	13
10	0,00%	0,00%	2,44%	7,69%	0,00%	7,14%	4	10
11	0,00%	0,00%	3,66%	6,84%	0,00%	7,14%	6	9
12	0,00%	0,00%	4,27%	3,42%	0,00%	0,00%	7	4
13	0,00%	0,00%	4,27%	1,71%	0,00%	7,14%	7	3
14	0,00%	0,00%	3,05%	3,42%	0,00%	0,00%	5	4
>=15	0,00%	0,00%	14,02%	7,69%	0,00%	0,00%	23	9
% do Total de Contratos Preenchidos	84,59%	89,33%	14,95%	9,53%	0,46%	1,14%	1097	1228

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

Nota: A legenda está feita de forma a sobressair os valores máximos de cada procedimento.

- Observa-se uma percentagem de contratos com o parâmetro nº de concorrentes em branco superior a 65% do nº total de contratos.
- Os contratos de Ajuste Direto representam entre 85 a 90% dos contratos com o campo de nº de concorrentes preenchidos, sendo que para este tipo de procedimento a grande maioria dos contratos apresenta poucos concorrentes, com os contratos com 1 concorrente a representar cerca de 70% dos contratos deste procedimento.
- O Concurso Público é claramente o procedimento que apresenta mais variações do nº de concorrentes apresentando também os contratos com maior nº de concorrentes. A presença de grandes números de concorrentes a contratos para este tipo de concurso está ligado com certeza ao facto de os destes serem anunciados e ao contrário do concurso limitado não possui um processo de qualificação prévia.
- O Concurso Limitado por Prévia Qualificação, apresenta uma grande parte dos seus contratos com apenas 1, 2 ou 3 concorrentes, apresentando depois ocasionalmente contratos que possuem um nº maior de concorrentes. Esta disparidade entre números de concorrentes aos contratos entre em linha com a complexidade dos contratos deste tipo de procedimento.

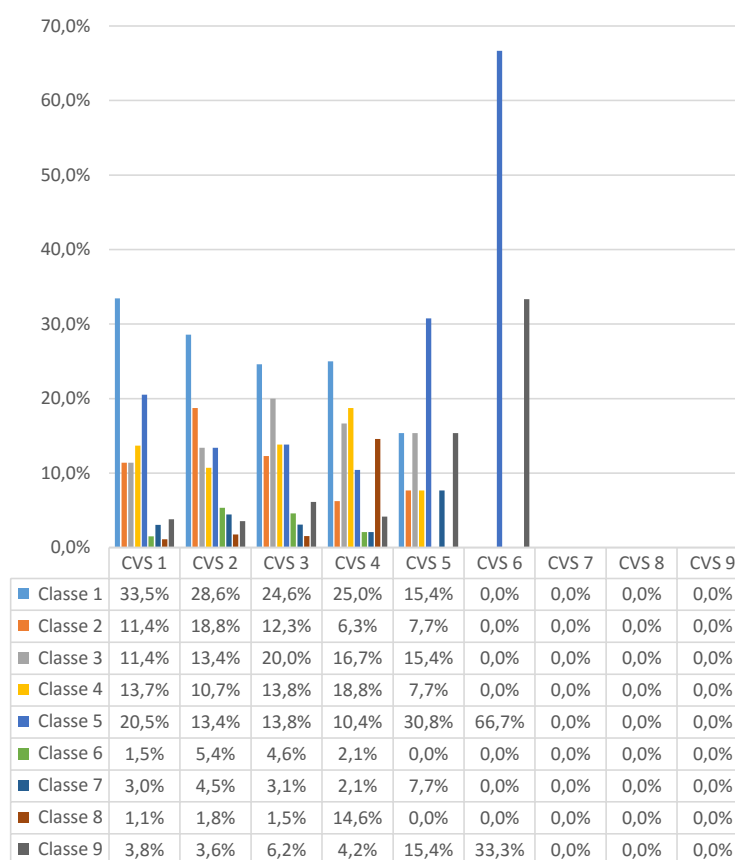
Ficha 30

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO POR AJUSTE ENTRE O VALOR DO CONTRATO E O ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO EM 2014 PARA o CPV 71.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o valor do contrato e a classe de alvará da empresa adjudicatária para contratos de CPV 71.

RESULTADOS

Classe de Alvará / Classe de Valor de Serviços



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

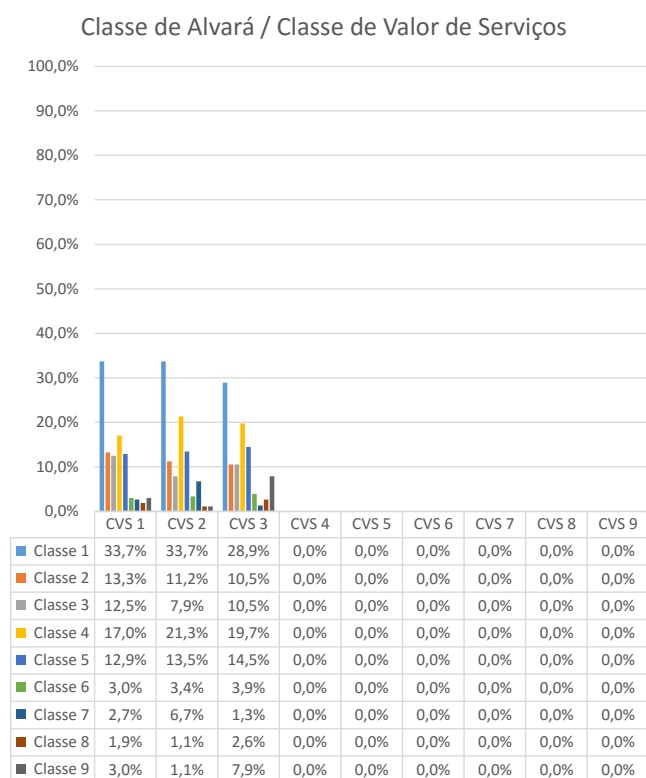
- Observa-se a presença na base de dados de vários contratos com o campo relativo à classe de alvará da empresa adjudicatária em branco contabilizando mais de 80% do nº total de contratos.
- Observa-se que contratos com valor inferior a 166000€ (CV 1) foram maioritariamente executados por empresas de classe 1, mas também em grande parte por empresas de Classe 2, 3, 4 e 5.
- Verifica-se uma grande presença de empresas de classe de alvará 5 a executar contratos de CPV 71.

Ficha 31

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO POR AJUSTE ENTRE O VALOR DO CONTRATO E O ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO EM 2015 PARA O CPV 71.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos relacionando o valor do contrato e a classe de alvará da empresa adjudicatária para contratos de CPV 71.

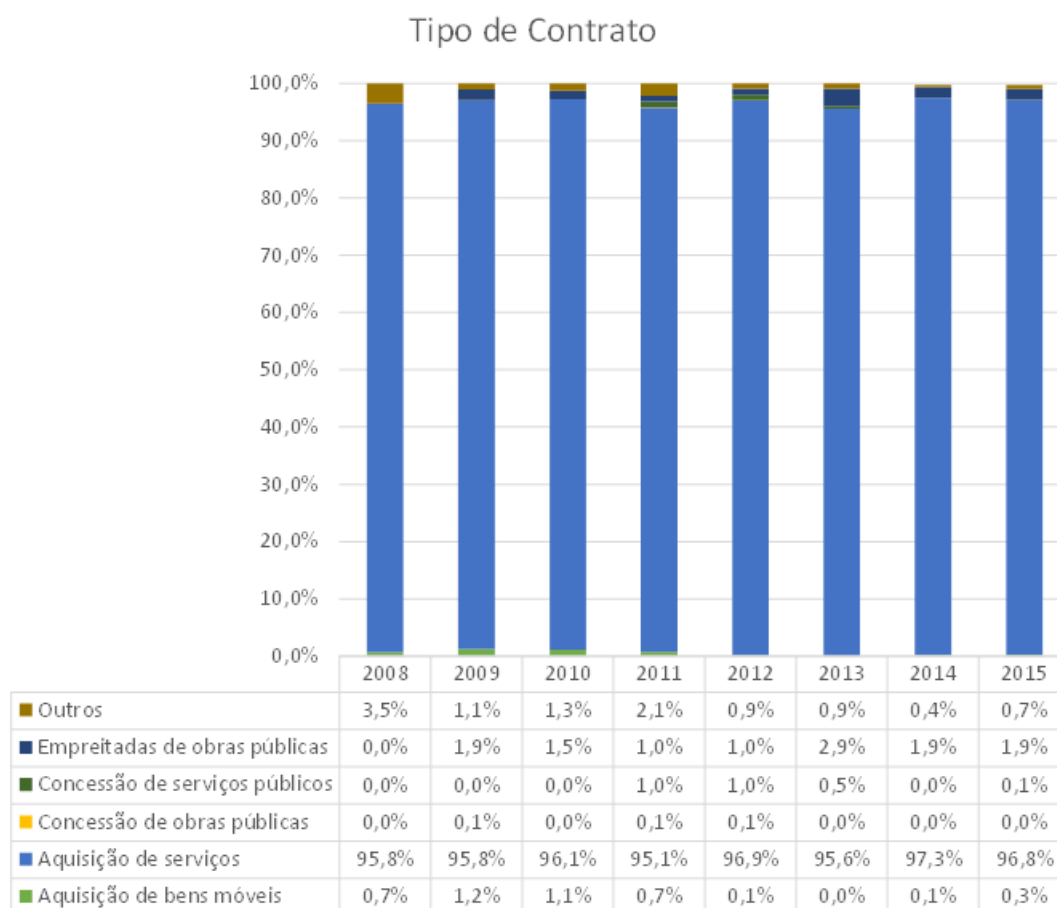
RESULTADOS



ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Observa-se a presença na base de dados de vários contratos o campo relativo à classe de alvará da empresa adjudicatária em branco contabilizando mais de 85% do nº total de contratos.
- Contratos com valor inferior a 166000€ (CV 1) foram maioritariamente executados por empresas de classe 1, mas também em grande parte por empresas de Classe 2, 3, 4 e 5.
- Verifica-se a existência de contratos de CV 2 a serem executados por empresas de classe de alvará 1, não estando segundo o CCP capacitadas para a execução das mesmas.

Ficha 32

DESIGNAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE CPV 45 PELOS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS.**OBJETIVO** Avaliar a distribuição da amostra de contratos de CPV 45 pelos tipos de contratos existentes na base de dados.**RESULTADOS****ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Devido ao grande número de tipos de contratos encontrados com descrições juntando vários tipos de contrato (exemplo: Aquisição de serviços | Empreitadas de obras públicas) foi estabelecido o campo Outros de modo a representar a percentagem de contratos associados a estes.
- Pode-se observar que de forma constante os contratos de Aquisição de Serviços representam a grande maioria dos contratos, com percentagens sempre acima dos 95% durante todo o período em análise.
- Os contratos de Empreitadas de obras públicas, representam uma percentagem entre 1% e 2%, durante quase todo o período em estudo, as exceções foram o ano de 2008 provavelmente devido a ter sido o ano de início de utilização do portal e o ano de 2013 em que existiu um aumento anormal para 2,9%.

Ficha 33

DESIGNAÇÃO VARIAÇÃO DO VALOR DE CONTRATO POR ANO E TIPO DE PROCEDIMENTO PARA O CPV 71.

OBJETIVO Avaliar a variação do valor dos contratos ao longo do período em análise por tipo de procedimento utilizado, usando para isso os valores máximos, mínimos, médios e de desvio padrão.

RESULTADOS

		Ajuste Direto	Concurso limitado por prévia qualificação	Concurso público
2008	Máximo	107 076 €	0 €	195 755 €
	Médio	26 695 €	0 €	195 755 €
	Mínimo	166 €	0 €	195 755 €
	DP	25 545 €	0 €	0 €
2009	Máximo	3 519 025 €	19 500 €	3 165 000 €
	Médio	32 975 €	17 750 €	455 013 €
	Mínimo	5 €	16 000 €	25 000 €
	DP	82 879 €	1 750 €	699 350 €
2010	Máximo	3 817 785 €	2 238 083 €	5 798 798 €
	Médio	36 963 €	556 664 €	199 554 €
	Mínimo	6 €	40 192 €	0 €
	DP	80 407 €	614 533 €	580 208 €
2011	Máximo	5 079 717 €	3 852 395 €	3 284 956 €
	Médio	28 459 €	525 991 €	150 668 €
	Mínimo	6 €	11 139 €	2 430 €
	DP	117 283 €	783 423 €	351 834 €
2012	Máximo	4 210 000 €	454 400 €	1 614 000 €
	Médio	25 537 €	159 382 €	109 301 €
	Mínimo	0 €	37 000 €	0 €
	DP	84 294 €	130 238 €	217 293 €
2013	Máximo	1 662 310 €	698 732 €	25 069 496 €
	Médio	25 391 €	146 392 €	281 093 €
	Mínimo	0 €	9 000 €	0 €
	DP	47 677 €	208 878 €	1 940 847 €
2014	Máximo	1 200 365 €	4 286 822 €	4 261 244 €
	Médio	23 730 €	312 100 €	175 063 €
	Mínimo	0 €	19 635 €	0 €
	DP	34 551 €	800 237 €	401 504 €
2015	Máximo	610 846 €	2 096 000 €	3 775 776 €
	Médio	25 102 €	219 952 €	139 973 €
	Mínimo	0 €	17 500 €	0 €
	DP	33 568 €	373 843 €	383 449 €

Legenda:

Máximo	
Médio	
Mínimo	
Desvio Padrão	

ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

Nota: A legenda está feita de forma a sobressair os valores máximos de cada procedimento.

- Os poucos contratos analisados para 2008 devido a ser o início da utilização do portal serão a causa provável da grande discrepância dos valores deste ano com os restantes.
- Observando os valores retirados para contratos de Ajuste direto, podemos observar pelo valor médio que os contratos realizados nos anos de 2009 e 2010 possuíram valores de contrato superiores a 30.000,00€. Após este período verifica-se uma queda progressiva do valor médio de contrato até valores a rondar os 25.000,00€.

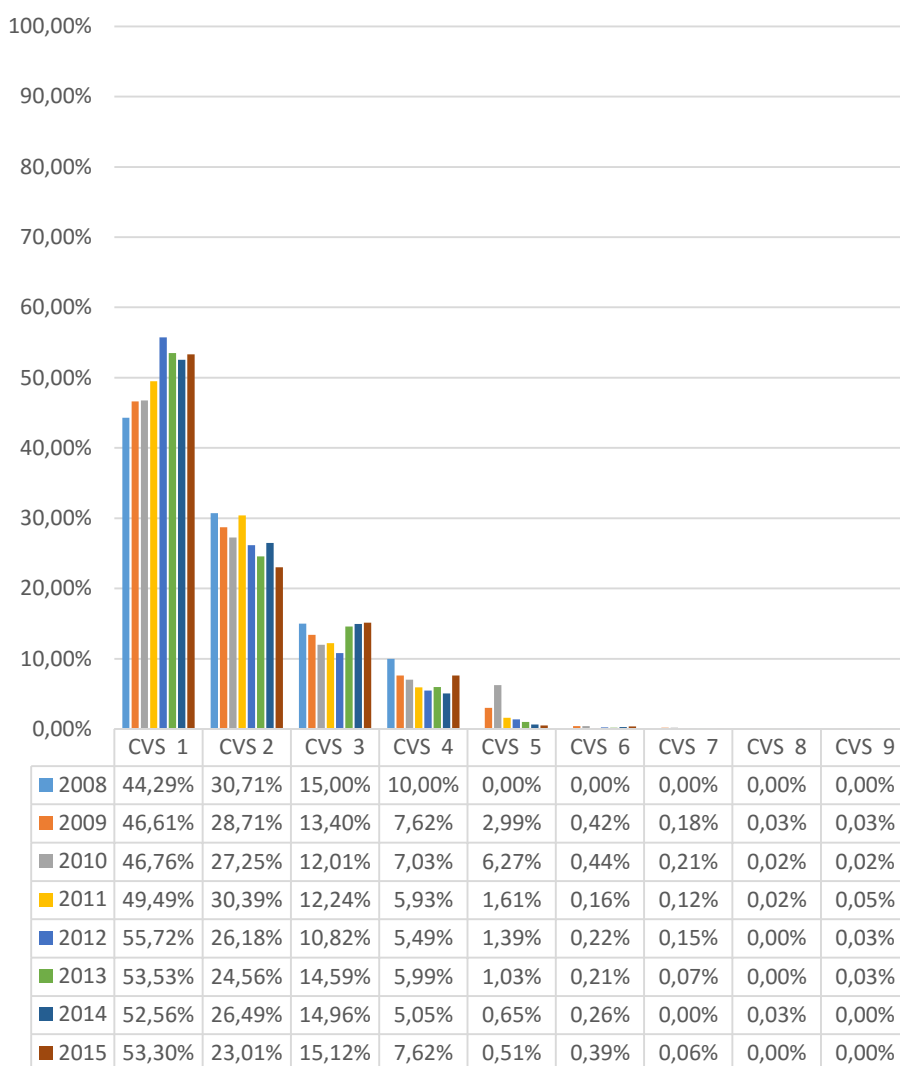
- Para o Concurso limitado por prévia qualificação, os valores dos contratos apresentam uma variação bastante semelhante ao que ocorreu para o Ajuste direto, com os anos de 2010 e 2011 a destacarem-se claramente dos restantes anos.
 - Em relação aos contratos realizados com recurso a concurso público, observa-se uma média de valores de contratos entre os 100 e os 200 milhares de euros, realçando-se destes valores apenas os anos de 2009 e 2013 que apresentam valores superiores. Enquanto para o ano de 2009 isto se sucede devido à realização de vários contratos de valores elevados, no caso de 2013 o aumento do valor médio surge devido à existência de alguns contratos de valor muito elevado como se pode perceber pela comparação dos valores máximos de contrato.
-

Ficha **34****DESIGNAÇÃO** **RELAÇÃO ENTRE AJUSTE DIRETO, VALOR DE CONTRATO E ANO DE CONTRATO, PARA O CPV 71.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Ajuste Direto como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição de Ajuste Direto por valor de contrato

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Pode-se observar que grande percentagem dos contratos de Ajuste Direto correspondem a contratos de valor inferior a 16600€, com percentagens geralmente superiores a 45% do total de Ajustes Diretos.
- Os anos de 2009 e 2010 foram claramente os anos em que foram celebrados contratos de AD com valor mais elevado.

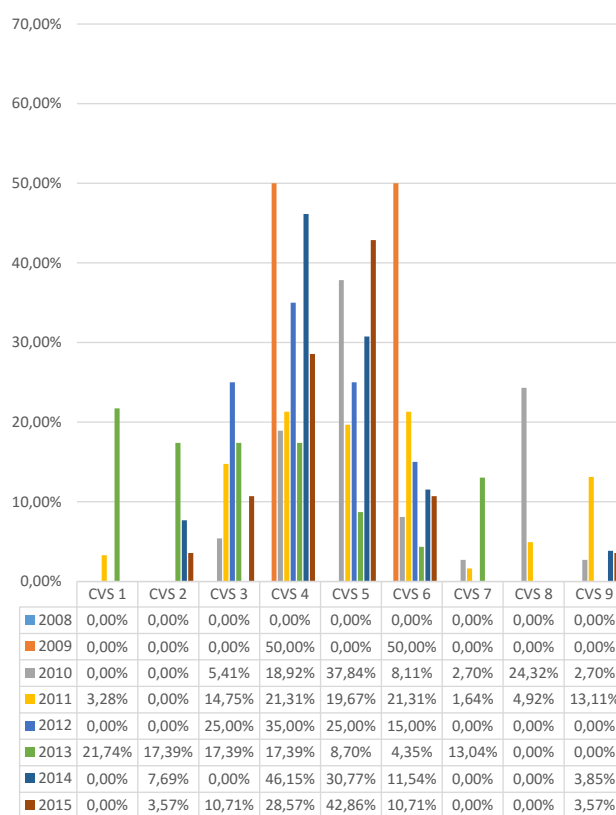
Ficha 35

DESIGNAÇÃO RELAÇÃO ENTRE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, VALOR DE CONTRATO E ANO DE CONTRATO, PARA O CPV 71.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Concurso limitado por Prévia Qualificação como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição Concurso Limitado Por Prévia Qualificação por valor contrato

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Para o ano de 2008 não existiram contratos registados para este tipo de procedimento.
- Pode-se observar uma concentração de contratos de CLPQ pelas classes de valor de serviços nº 4 e 5, ou seja entre os 66400€ e os 265600€.
- Para os anos de 2010 e 2011 observa-se a existência de contratos de valores bastante superiores ao que acontece nos restantes anos, com uma presença de contratos nas classes CVS 8 e 9 em evidência.
- No ano de 2013, percebe-se uma diminuição acentuada no valor dos contratos de Serviços.

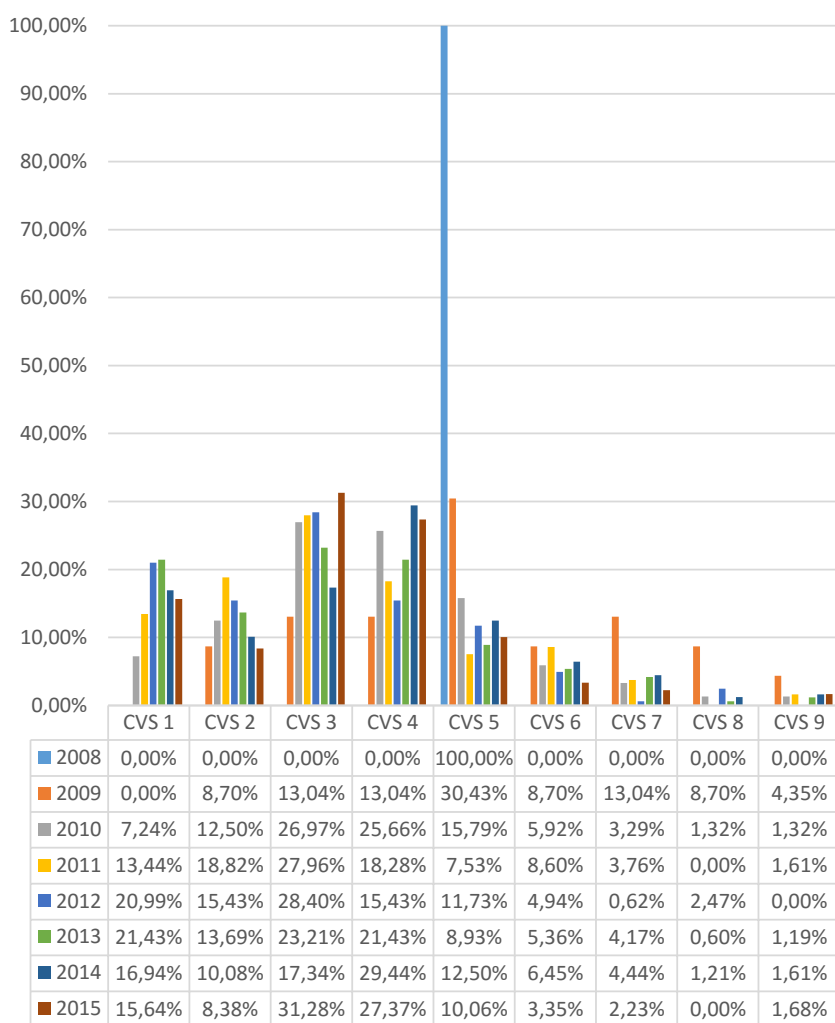
Ficha 36

DESIGNAÇÃO RELAÇÃO ENTRE CONCURSO PÚBLICO, VALOR DE CONTRATO E ANO DE CONTRATO PARA O CPV 71.

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos contratos que utilizam Concurso Público como procedimento contratual, pelas diversas classes de valor ao longo do período em análise.

RESULTADOS

Distribuição de Concurso Público por
valor de contrato

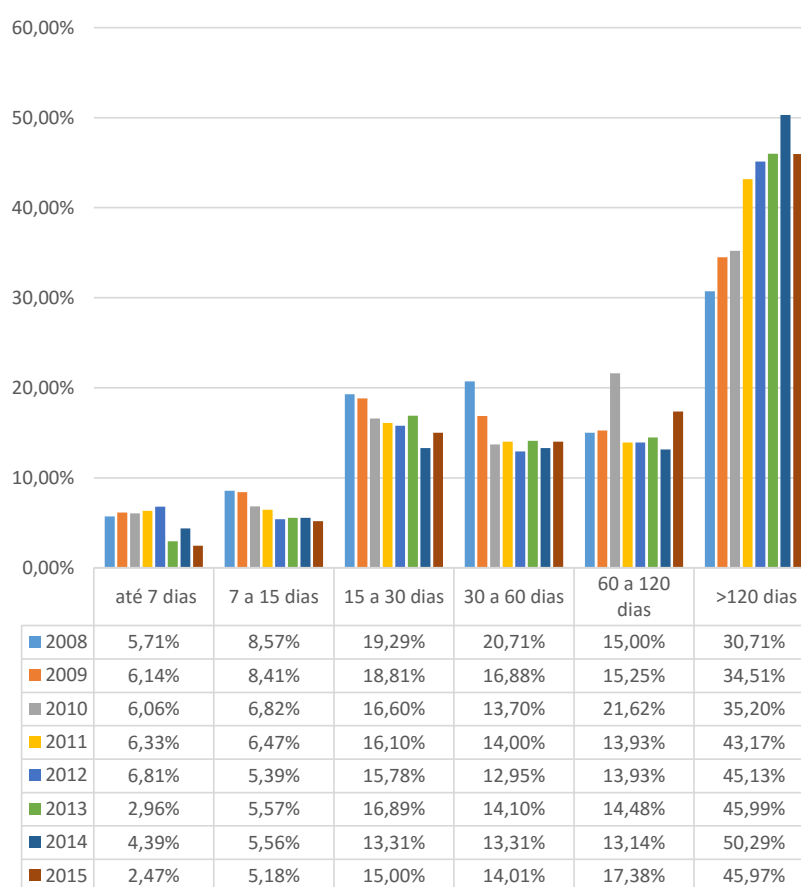
**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Pode-se observar que para 2008, todos os contratos analisados que usaram Concurso público como procedimento tinham um valor de contrato de classe 5, entre os valores de 132800€ e os 265600€.
- Desde logo se apercebe que a maioria dos contratos analisados apresentam valores entre 33200€ e os 132800€.
- Ao observar os valores encontrados, verifica-se que no decorrer dos anos 2009 e 2010, mas principalmente 2009 se verifica uma presença bastante superior de contratos de valor mais elevado.

Ficha 37

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE AJUSTE DIRETO, PRAZO DE EXECUÇÃO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA O CPV 71.****OBJETIVO** Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Ajuste direto como procedimento contratual no período em análise.**RESULTADOS**

Distribuição do Ajusto Direto por prazo de execução

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

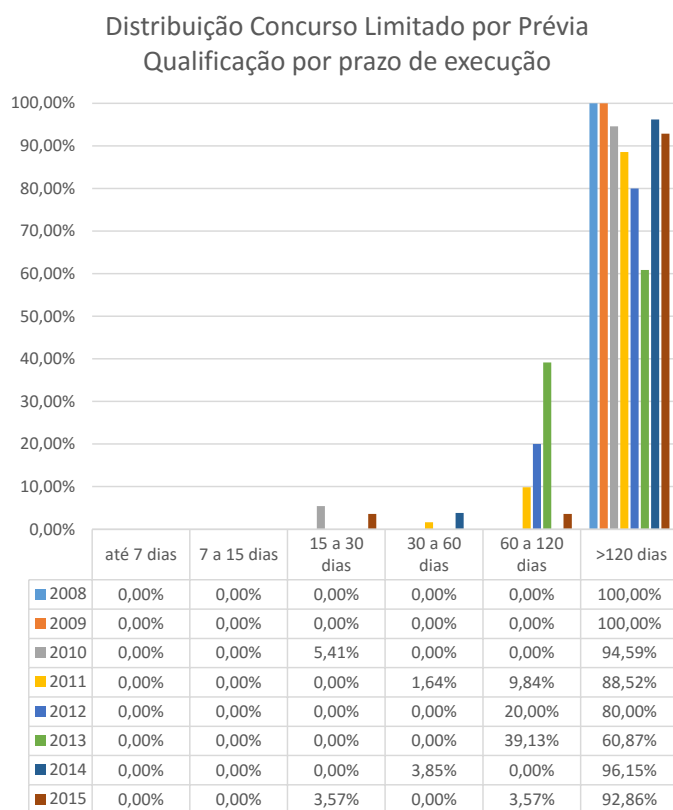
- Pode-se observar que os contratos com prazo de execução superiores a 120 dias registam uma média para o conjunto dos anos superior a 35% dos contratos analisados.
- Até 2014, as percentagens de contratos associados a prazos de execução até 30 dias diminuíram, por outro lado os contratos com prazos superiores a 120 dias aumentaram. Esta variação surge de forma estranha considerando o disposto na ficha nº 34 em que se demonstra uma percentagem de contratos deste tipo de procedimento com valor de contrato baixo de quase 100%.

Ficha 38

DESIGNAÇÃO **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, PRAZO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA O CPV 71.**

OBJETIVO Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Concurso limitado por prévia qualificação como procedimento contratual no período em análise.

RESULTADOS

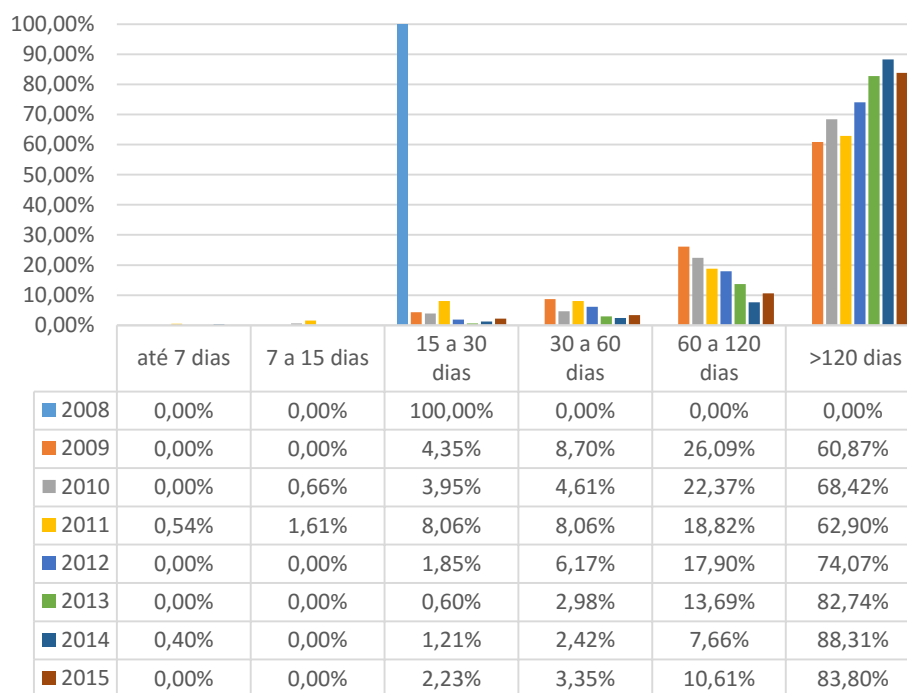


ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS

- Pode-se observar que mais de 90% dos contratos deste tipo de procedimento são de duração superior a 60 dias, sendo que desses 90% a grande maioria são contratos com prazos superiores a 120 dias.
- No período entre 2011 e 2013 existiu uma diminuição da percentagem associada a contratos com prazos de execução superiores a 120 dias sendo que estas percentagens foram alocadas para os contratos com prazos entre os 60 e 120 dias.

Ficha **39****DESIGNAÇÃO** **RELAÇÃO ENTRE CONCURSO PÚBLICO, PRAZO E ANO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA O CPV 71.****OBJETIVO** Avaliar a distribuição dos prazos de execução dos contratos que utilizam Concurso Público como procedimento contratual no período em análise.**RESULTADOS**

Distribuição do Concurso Público por prazo de execução

**ANÁLISE DE RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

- Observa-se que o ano de 2008, demonstra resultados bastante diferentes dos restantes anos em análise.
- Pode-se observar que os contratos com prazos de execução superiores a 120 dias representam a maioria dos contratos com percentagens superiores a 60% para o período entre 2009 e 2015, sendo que para os anos de 2013, 2014 e 2015 representam mais de 80% dos contratos.
- Ao longo do período em análise quase não se observam contratos de curta duração que utilizem Concurso Público como tipo de procedimento.

5.4.2 CONCLUSÕES GERAIS

Ao observar a informação disposta nas análises realizadas aos contratos de Aquisição de Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção (CPV 71) podemos concluir:

- Em 2008, devido a ser o ano de início de aplicação do CCP e da utilização do Portal, os dados apresentados pelo base para este ano são relativamente poucos para podermos considerar os dados relativos a esse ano com a mesma ordem de importância que os anos seguintes em casos de diferenças consideráveis.
- O ano em que se registaram mais contratos de CPV 71 foi claramente o ano de 2010, após este ano verificou-se uma diminuição progressiva do nº de contratos registados até 2012. Após o ano de 2012 o nº de contratos permanece sem grandes variações até 2015.
- Ao observar a distribuição dos contratos pelo seu valor, podemos perceber que em média mais de 75% dos contratos, apresentam um valor inferior a 33.200€.
- Em relação á variação dos valores de contratos de CPV 71 com o tipo de procedimento utilizado pode-se observar que no caso do Ajuste Direto os contratos se apresentam na sua grande maioria valores inferiores a 33.200€. No contratos de CLPQ, estes
- Os contratos de AD para o CPV 71 possuem na sua maioria prazos de execução superiores a 60 dias.
- O concurso público teve um aumento de importância na contratação para valores a rondar os 5% entre 2009 e 2011, apresentando poucas variações nos anos seguintes. Estes contratos apresentam na sua grande maioria valores abaixo dos 132.000€.
- Os contratos de Concurso público são na sua maioria de grande duração, apresentando-se mais de 60% dos contratos ligados a prazos de execução superiores a 120 dias.
- Os contratos de concurso público apresenta uma vasta variedade de nº de concorrentes, sendo o que claramente o procedimento que para cada contrato apresenta mais concorrentes.
- Os concursos limitados por prévia qualificação representam perto de 1% do total de contratos de CPV 71, estes apresentam em geral durante o período analisado valores superiores ao que acontece para AD, exibindo uma muito maior representação nos intervalos de valores entre os 66.400,00€ e os 531.200,00€. Quase sempre mais de 80% dos seus contratos associados a prazos de execução superiores a 120 dias.
- No que toca à relação da dimensão das empresas contratadas e dos contratos realizados para o CPV 71, podemos observar uma presença significativa de empresas de classe de alvará 5 a realizar contratos de valores associados a esta classe mas também a classes inferiores.
- Em relação à distribuição dos contratos de CPV 71 por locais de execução, é de notar uma forte presença de contratos realizados no distrito de Lisboa, e em seguida no distrito do Porto.
- Em relação ao preenchimento dos dados finais de contrato, em linha com o acontece para o CPV 45 observa-se uma pequena percentagem de contratos com estes dados preenchidos.

5.5 COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTRATOS DE CPV 45 E CPV 71

Ao observar os dados consegue-se observar claras diferenças entre os contratos de construção e os contratos de Serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção.

Principais diferenças encontradas entre os contratos de CPV 45 e CPV 71:

- O nº de contratos de CPV 45 é em geral mais do dobro do nº de contratos de CPV 71.
- Para ambos os CPV's o tipo de procedimento mais utilizado é o Ajuste Direto, mas pondo de parte este facto pode-se observar que para o concurso público o CPV 45 tem uma expressão percentual muito mais acentuada.
- No caso do valor de contrato, os contratos de CPV 45 apresentam para todos os tipos de procedimento um valor médio quase sempre duas ou mais vezes superior aos de CPV 71.
- Em relação aos prazos de execução dos contratos, pode-se constatar que apesar dos valores de contrato serem normalmente mais baixos para o CPV 71, estes são os que apresentam mais contratos com duração superior a 120 dias.
- O nº de concorrentes à execução dos contratos de CPV 45 é de forma geral mais elevado do que para o CPV 71.
- Para o CPV 45 observa-se uma maior diversidade das Classes de Alvará das empresas que executam os contratos.
- No que diz respeito aos tipos de contrato, ambos têm o mesmo tipo de distribuição apresentando como diferença o facto de, para o CPV 45 o mais utilizado claramente foi o de Empreitada de obras públicas, já no caso do CPV 71 foi o de Aquisição de Serviços.

6

CONCLUSÕES E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

6.1 CONCLUSÕES GERAIS

Ao realizar esta a dissertação chegou-se a dois tipos de conclusões.

A primeira é referente à caracterização do sector da construção pública em Portugal.

Nesta realiza-se uma análise às características dos contratos públicos da atividade da construção realizados durante o período em estudo, observando-se as variações ocorridas para os parâmetros em estudo relacionando-as com as especificidades dos parâmetros em si e com as outros parâmetros analisados tentando estabelecer padrões entre eles.

A caracterização da construção pública encontra-se detalhada no capítulo anterior.

A segunda conclusão a que se chega é em relação ao funcionamento do Portal Base e ao modo como este possui a informação armazenada.

Em primeiro lugar, encontraram-se problemas na recolha de dados a partir do portal, tais como a impossibilidade de se realizarem pesquisas com um grande grau de abrangência, devido à existência de limites de exportação de dados e também na demora do processo de downloads consecutivos realizados na plataforma. O limite à exportação referido, não apresenta qualquer razão de ser aparente para a sua existência, visto que o propósito de transparência é referenciado como um dos principais objetivos do Portal.

No que se refere aos dados recolhidos, observou-se um número considerável de contratos completamente desajustados aos critérios inseridos nos campos de pesquisa, tanto em relação aos códigos CPV como ao país de execução. Este desajustamento não parece ser justificado, considerando a dimensão da plataforma e o grau de sofisticação tecnológica existente nos dias de hoje.

Durante a análise visualizou-se uma quantidade bastante avultada de dados sem preenchimento ou com preenchimento que, porém, levanta diversas dúvidas em relação ao seu rigor.

No que diz respeito ao preenchimento questionável observado que ocorreu para os tipos de contrato, causas de alteração de prazos e causas de alteração ao preço sugere-se uma organização melhorada.

No caso dos tipos de contrato, deve ser aplicada uma lista clara dos diferentes tipos, de onde se pode escolher apenas uma opção resolveria o problema encontrado e permitiria que não existissem contratos com designações para estes sem sentido.

Nos casos das causas de alteração de preço e prazo, que no geral apresentam referencia às causas e aos valores de variação de preço e de prazo, tudo junto na forma de texto livre, sugere-se a criação de dois campos para cada uma das causas, um referindo a variação de valor e outro mencionando a causa, sendo

que, o campo da causa de alteração, este devia ser preenchido recorrendo a uma lista estabelecida de causas.

Em caso de não existirem quaisquer alterações de prazo e preço, a informação que devia ser referida seria “Inexistente”

À informação referida nos contratos seria de interesse adicionar então, um campo de observações especiais, podendo-se aí referir pormenores mais específicos do contrato, como observações mais concretas, complementando assim as designações presentes na lista de causas.

No caso dos contratos com dados por preencher, a solução passa por, através da obrigatoriedade legal de apenas ser possível proceder à liquidação da última fatura e/ou emissão da licença de utilização com a apresentação de um comprovativo do preenchimento destes dados, confirmando o encerramento do registo no portal.

Um preenchimento cada vez mais completo e uniformizado da informação relativa aos contratos de construção pública é de extrema importância, pois a partir desta se podem realizar análises e caracterizações à construção pública de forma mais completa permitindo assim perceber melhor o funcionamento.

Com uma perceção mais genuína do sector da construção pública, para além de se aumentar o sentimento de transparência e concorrência neste sector, torna-se possível também realizar estudos de forma a adaptar regulamentos e legislações que estejam desajustados da realidade e da necessidade do sector da construção pública em Portugal.

6.2 DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

O sector da construção apresenta enorme relevância tanto no panorama económico devido à influência que este tem no sector produtor como no panorama social devido às pessoas que dependem dele para viver.

Nesta dissertação realizou-se uma caracterização do sector construção pública, apenas uma parte do sector da construção em Portugal.

Seria de bastante interesse a formação de uma plataforma dentro do mesmo módulo do Portal Base, mas adaptado ao sector privado da construção.

A existência de um Portal dos contratos de construção privada, permitiria realmente fazer uma análise detalhada à Construção em Portugal.

Com a possibilidade de se realizar análises tanto aos contratos de construção do sector público como do privado, surge a possibilidade de avaliar a real dimensão do sector da construção em Portugal e de efetuar comparações entre estes.

Uma comparação entre os dois sectores seria de bastante relevância, pois permitiria observar quais as diferenças mais salientes entre os dois, de modo a perceber em qual dos sectores, os procedimentos contratuais decorrem com menos incidências.

A formulação da base de dados para este portal, poderia ser conseguida, através da colocação de uma obrigatoriedade do preenchimento de um formulário adaptado aos contratos de construção privada presente no sítio do portal, integrando toda a informação contratual essencial a uma caracterização plausível.

Esta obrigatoriedade pode ser conseguida através de uma imposição da necessidade de entrega de uma cópia do formulário devidamente preenchido nas câmaras municipais, aquando da entrega do livro de obra para efetuar o requerimento da licença de utilização.

Deste modo, todos os contratos envolvendo a realização de obras de raiz, ampliações e restaurações que incluam mudanças na estrutura ou em casos especiais na arquitetura, iriam ter a sua informação depositada no portal. Não seriam dados disponibilizados ao público, como é o caso dos Contratos Públicos do Base, mas seria uma base de informação de extrema valia para a caracterização global da indústria, essencial para a atividade do regulador e do Governo.

BIBLIOGRAFIA

- [1] QUADROA.1.1.1. Sítio da internet:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=220636512
- [2] Relatório da Contratação Pública em Portugal. Sítio da internet:
<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Relatorios>
- [3] Ministro, P. 2014. Contratação pública Eletrónica Portuguesa. In Rodrigues, M. L. Exercícios de Análise de Políticas Públicas. Imprensa nacional-Casa da Moeda e ISCTE-IUL, 1. Ed. Fevereiro, 2014.
- [4] Sítio da Internet: www.base.gov.pt. Junho, 2016
- [5] Código dos Contratos Públicos (CCP). 2008. Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro. Governo de Portugal.
- [6] Portarias 701-A/2008, 701-E/2008, 701-F/2008 e 701-G/2008, todas de 29 de Julho. Sítio da internet:
<http://www.unic.pt/images/stories/legislacao/Portarias%20CCP.pdf>
- [7] Sítio da Internet: www.impic.pt. Junho, 2016
- [8] Sítio da Internet: www.espap.pt. Junho 2016
- [9] Regulamento (CE) N° 2151/2003 da Comissão de 16 de dezembro de 2003, JOUE. Sítio da internet: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:329:0001:0270:PT:PDF>

Anexos

ANEXO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CONTRATOS REGISTRADOS E EXPORTADOS

Tabela A1-1 - Distribuição de AC

Atividade da Construção	1 Trimestre	1 Trimestre	2 Trimestre	2 Trimestre	3 Trimestre	3 Trimestre	4 Trimestre	4 Trimestre	Total Registrado	Total Exportado
2008	5	5	5	5	76	76	493	493	579	579
2009	953	953	2459	2459	6942	3215	5045	3063	15399	9690
2010	3912	3104	4428	3313	5010	3403	5093	3197	18443	13017
2011	3431	2995	4190	3076	4270	3004	4173	3054	16064	12129
2012	3289	2896	3123	2731	2909	2650	3282	2665	12603	10942
2013	2653	2597	3546	2654	4763	2744	3436	2621	14398	10616
2014									10235	10235
2015									10988	10988
Total	14243	12550	17751	14238	23970	15092	21522	15093	98709	78196

Tabela A1-2 – Distribuição do CPV 45 (Construção)

CPV 45	1 Trimestre	1 Trimestre	2 Trimestre	2 Trimestre	3 Trimestre	3 Trimestre	4 Trimestre	4 Trimestre	Total Registrado	Total Exportado
2008	1	1	2	2	51	51	383	383	437	437
2009	645	645	1896	1896	5655	1928	3872	1890	12068	6359
2010	2689	1881	2973	1858	3527	1920	3801	1905	12990	7564
2011	2292	1856	3035	1921	3152	1886	3036	1917	11515	7580
2012	2270	1877	2263	1871	2137	1878	2495	1878	9165	7504
2013	1868	1812	2766	1874	3932	1913	2705	1890	11271	7489
2014									10235	10235
2015									10988	10988
Total	9765	8072	12935	9422	18454	9576	16292	9863	78669	58156

Tabela A1-3 – Distribuição do CPV 71 (serviços de Arquitetura, Construção, Engenharia e Inspeção)

CPV 71	1 Trimestre	1 Trimestre	2 Trimestre	2 Trimestre	3 Trimestre	3 Trimestre	4 Trimestre	4 Trimestre	Total Registrado	Total Exportado
ano	1 T	1 T	2 T	2 T	3 T	3 T	4 T	4 T		
2008	4	4	3	3	25	25	110	110	142	142
2009	308	308	563	563	1287	1287	1173	1173	3331	3331
2010	1223	1223	1455	1455	1483	1483	1292	1292	5453	5453
2011	1139	1139	1155	1155	1118	1118	1137	1137	4549	4549
2012	1019	1019	860	860	772	772	787	787	3438	3438
2013	785	785	780	780	831	831	731	731	3127	3127
2014									3348	3348
2015									3568	3568
Total	4478	4478	4816	4816	5516	5516	5230	5230	26956	26956

Legenda :

Registrados

Exportados

ANEXO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS EXPORTADOS POR DISTRITOS

Tabela A2-1 – Distribuição de AC

Distritos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aveiro	9,7%	4,9%	4,8%	6,0%	5,4%	6,1%	5,3%	5,5%
Beja	2,1%	1,8%	2,9%	3,1%	2,7%	3,1%	3,0%	2,3%
Braga	3,6%	5,3%	5,3%	5,7%	7,7%	6,5%	6,5%	6,1%
Bragança	2,6%	1,8%	2,0%	1,7%	1,7%	1,6%	1,8%	1,7%
Castelo Branco	8,0%	2,9%	2,4%	2,5%	3,3%	3,1%	2,8%	2,3%
Coimbra	3,6%	4,1%	3,5%	4,0%	3,9%	3,9%	3,4%	4,1%
Évora	2,3%	3,0%	2,3%	2,5%	2,8%	3,2%	2,1%	1,7%
Faro	7,6%	6,5%	5,9%	5,3%	4,6%	4,7%	4,4%	5,2%
Guarda	2,6%	3,2%	2,4%	2,1%	1,5%	2,2%	2,0%	1,9%
Leiria	2,3%	3,2%	3,3%	3,2%	2,8%	2,9%	3,9%	3,5%
Lisboa	15,6%	19,3%	21,7%	18,5%	20,7%	18,8%	19,5%	22,4%
Portalegre	1,0%	1,8%	1,7%	1,7%	1,7%	1,8%	1,6%	1,2%
Porto	9,4%	13,1%	14,1%	14,3%	15,7%	16,1%	16,2%	16,0%
Região Autónoma da Madeira	0,3%	2,5%	3,3%	4,6%	1,2%	2,5%	2,4%	2,1%
Região Autónoma dos Açores	2,1%	3,8%	3,8%	3,3%	3,6%	2,7%	2,6%	2,9%
Santarém	11,8%	5,1%	4,9%	4,1%	2,9%	3,2%	3,5%	3,2%
Setúbal	2,9%	5,2%	6,1%	5,6%	5,9%	6,1%	7,0%	7,0%
Viana do castelo	1,6%	2,9%	2,6%	3,4%	3,3%	3,0%	4,0%	3,0%
Vila real	6,2%	4,1%	3,2%	3,7%	3,4%	3,3%	3,5%	3,8%
Viseu	4,7%	5,0%	3,0%	3,6%	4,5%	4,3%	4,2%	3,9%
Portugal	0,0%	0,4%	0,8%	0,9%	0,5%	0,7%	0,2%	0,3%

Tabela A2-2 – Distribuição dos contratos de CPV 45 por local de execução

Distritos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aveiro	10,32%	4,98%	4,08%	5,61%	4,97%	6,39%	5,38%	5,34%
Beja	1,83%	1,59%	2,12%	2,64%	2,18%	2,16%	2,36%	2,11%
Braga	1,61%	6,92%	6,13%	6,48%	8,97%	7,51%	7,01%	6,43%
Bragança	3,21%	1,73%	2,00%	1,75%	1,75%	1,81%	1,85%	1,76%
Castelo Branco	9,86%	3,17%	2,56%	2,61%	3,66%	3,09%	2,75%	2,22%
Coimbra	2,98%	4,38%	3,31%	4,12%	4,50%	3,52%	3,93%	4,01%
Évora	0,69%	2,90%	2,00%	2,36%	2,60%	2,90%	1,84%	1,36%
Faro	5,96%	6,81%	5,59%	5,28%	4,16%	4,23%	4,04%	4,78%
Guarda	2,75%	3,44%	2,50%	2,26%	1,52%	2,43%	2,17%	1,94%
Leiria	2,29%	3,66%	3,58%	3,18%	2,76%	2,86%	4,06%	3,63%
Lisboa	15,14%	15,63%	20,07%	17,10%	19,31%	17,77%	19,35%	22,64%
Portalegre	1,15%	1,92%	1,30%	1,58%	1,27%	1,61%	1,33%	1,00%
Porto	8,72%	14,04%	17,51%	16,94%	18,04%	18,45%	16,65%	16,83%
Região Autónoma da Madeira	0,00%	2,06%	3,63%	4,67%	0,97%	1,67%	1,77%	1,44%
Região Autónoma dos Açores	1,61%	3,04%	3,30%	2,43%	2,68%	1,96%	2,12%	2,39%
Santarém	14,45%	4,90%	4,87%	3,88%	2,46%	3,30%	3,41%	3,17%
Setúbal	2,98%	5,09%	5,64%	5,13%	5,92%	6,27%	7,43%	7,30%
Viana do castelo	1,83%	2,92%	2,93%	3,81%	3,84%	3,40%	4,23%	3,36%
Vila real	7,11%	5,00%	3,93%	4,13%	3,62%	3,89%	3,83%	4,26%
Viseu	5,50%	5,78%	2,81%	3,81%	4,82%	4,46%	4,30%	3,86%
Portugal	0,00%	0,03%	0,15%	0,22%	0,00%	0,32%	0,20%	0,16%

Tabela A2-3 - Distribuição dos contratos de CPV 71 por ano e local de execução

Distritos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aveiro	7,8%	4,7%	5,8%	6,5%	6,3%	5,6%	5,1%	6,2%
Beja	2,8%	2,2%	3,9%	3,8%	3,9%	5,3%	5,1%	3,0%
Braga	9,9%	2,1%	4,0%	4,5%	5,0%	4,0%	4,9%	5,1%
Bragança	0,7%	1,8%	1,9%	1,7%	1,7%	1,2%	1,7%	1,5%
Castelo Branco	2,1%	2,5%	2,3%	2,4%	2,5%	3,2%	3,1%	2,4%
Coimbra	5,7%	3,5%	3,9%	3,9%	2,5%	4,9%	1,8%	4,5%
Évora	7,1%	3,2%	2,8%	2,9%	3,2%	4,0%	3,0%	2,7%
Faro	12,8%	5,9%	6,3%	5,4%	5,6%	5,8%	5,7%	6,6%
Guarda	2,1%	2,8%	2,2%	1,9%	1,6%	1,8%	1,6%	1,7%
Leiria	2,1%	2,2%	2,8%	3,1%	2,8%	3,0%	3,5%	3,0%
Lisboa	17,0%	26,3%	24,1%	20,9%	23,8%	21,3%	19,8%	21,5%
Portalegre	0,7%	1,5%	2,2%	2,0%	2,6%	2,4%	2,3%	2,0%
Porto	11,3%	11,4%	9,5%	9,8%	10,7%	10,6%	14,8%	13,4%
Região Autónoma da Madeira	1,4%	3,4%	2,9%	4,5%	1,6%	4,5%	4,3%	4,2%
Região Autónoma dos Açores	3,5%	5,4%	4,6%	4,9%	5,7%	4,4%	4,1%	4,6%
Santarém	3,5%	5,6%	5,0%	4,4%	3,9%	3,1%	3,8%	3,2%
Setúbal	2,8%	5,3%	6,7%	6,4%	6,0%	5,7%	5,7%	5,9%
Viana do castelo	0,7%	2,8%	2,2%	2,8%	2,0%	1,9%	3,2%	1,7%
Vila real	3,5%	2,5%	2,2%	3,0%	3,1%	1,9%	2,6%	2,2%
Viseu	2,1%	3,6%	3,3%	3,2%	3,9%	3,9%	3,8%	3,8%
Portugal	0,0%	1,2%	1,6%	2,1%	1,7%	1,6%	0,1%	0,6%

ANEXO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Tabela A3-1 – Distribuição para AC

Tipo de procedimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ajuste directo	566	9411	12049	10752	9634	9382	11822	12956
Concurso limitado por prévia qualificação	0	21	64	99	36	39	59	75
Concurso público	12	258	889	1269	1218	1041	1702	1525
Procedimento de negociação	0	0	13	1	1	0	0	0
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º)	0	0	2	8	11	103	0	0
Outros	1	0	0	0	42	51	0	0
Totais	579	9690	13017	12129	10942	10616	13583	14556

Tabela A3-2 – Distribuição para o CPV 45

Tipo de procedimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ajuste directo	426	6105	6786	6453	6390	6475	8748	9595
Concurso limitado por prévia qualificação	0	19	27	38	16	16	33	47
Concurso público	11	235	737	1083	1056	873	1454	1346
Procedimento de negociação	0	0	13	0	0	0	0	0
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º)	0	0	1	6	1	77	0	0
Outros	0	0	0	0	41	48	0	0
Totais	437	6359	7564	7580	7504	7489	10235	10988

Tabela A3-3 – Distribuição para o CPV 71

Tipo de procedimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ajuste directo	140	3306	5263	4299	3244	2907	3074	3361
Concurso limitado por prévia qualificação	0	2	37	61	20	23	26	28
Concurso público	1	23	152	186	162	168	248	179
Procedimento de negociação	0	0	0	1	1	0	0	0
Ao abrigo de acordo-quadro (art.º 258.º)	0	0	1	2	10	26	0	0
Outros	1	0	0	0	1	3	0	0
Totais	142	3331	5453	4549	3438	3127	3348	3568

ANEXO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR PREÇO CONTRATUAL

Tabela A4-1 - Distribuição do nº de contratos de CPV 45

Preço Contratual	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Em Branco	Totais
2008	424	7	3	2	1	0	0	0	0	0	437
2009	5949	166	91	63	37	24	3	2	16	8	6351
2010	6702	303	186	167	93	39	28	9	27	10	7554
2011	6490	382	251	244	126	47	15	6	19	0	7580
2012	6479	329	260	186	105	55	14	1	3	72	7432
2013	6710	279	187	125	73	24	10	0	4	77	7412
2014	9135	486	282	160	87	47	23	7	8	0	10235
2015	10143	395	225	131	56	23	9	5	1	0	10988

Tabela A4-2 - Distribuição das % de contratos de CPV 45

Preço Contratual	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Em Branco	Totais
2008	97,03%	1,60%	0,69%	0,46%	0,23%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2009	93,67%	2,61%	1,43%	0,99%	0,58%	0,38%	0,05%	0,03%	0,25%	0,13%	100,00%
2010	88,72%	4,01%	2,46%	2,21%	1,23%	0,52%	0,37%	0,12%	0,36%	0,13%	100,00%
2011	85,62%	5,04%	3,31%	3,22%	1,66%	0,62%	0,20%	0,08%	0,25%	0,00%	100,00%
2012	87,18%	4,43%	3,50%	2,50%	1,41%	0,74%	0,19%	0,01%	0,04%	0,97%	100,00%
2013	90,53%	3,76%	2,52%	1,69%	0,98%	0,32%	0,13%	0,00%	0,05%	1,04%	100,00%
2014	89,25%	4,75%	2,76%	1,56%	0,85%	0,46%	0,22%	0,07%	0,08%	0,00%	100,00%
2015	92,31%	3,59%	2,05%	1,19%	0,51%	0,21%	0,08%	0,05%	0,01%	0,00%	100,00%

Tabela A4-3 - Percentagens médias de contratos para o CPV 45

	CV 1	CV2	CV3	CV4	CV5	CV6	CV7	CV8	CV9	Em Branco	Totais
% Média	90,54%	3,73%	2,34%	1,73%	0,93%	0,41%	0,16%	0,04%	0,13%	0,28%	100,00%

Tabela A4-4 - Distribuição do nº de contratos de CPV 71

Preço Contratual	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9	Em Branco	Totais
2008	63	43	21	14	1	0	0	0	0	0	142
2009	1541	951	446	256	106	17	9	3	2	0	3331
2010	2473	1454	674	416	368	35	17	12	4	0	5453
2011	2154	1343	587	302	95	37	14	4	13	0	4549
2012	1844	874	407	212	69	19	8	4	1	0	3438
2013	1618	741	467	216	50	17	13	1	4	0	3127
2014	1655	845	502	240	59	27	11	4	5	0	3348
2015	1819	789	568	313	47	22	6	0	4	0	3568

Tabela A4-5 – Distribuição das % de contratos de CPV 71

Preço Contratual	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9	Em Branco	Totais
2008	44,37%	30,28%	14,79%	9,86%	0,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2009	46,26%	28,55%	13,39%	7,69%	3,18%	0,51%	0,27%	0,09%	0,06%	0,00%	100,00%
2010	45,35%	26,66%	12,36%	7,63%	6,75%	0,64%	0,31%	0,22%	0,07%	0,00%	100,00%
2011	47,35%	29,52%	12,90%	6,64%	2,09%	0,81%	0,31%	0,09%	0,29%	0,00%	100,00%
2012	53,64%	25,42%	11,84%	6,17%	2,01%	0,55%	0,23%	0,12%	0,03%	0,00%	100,00%
2013	51,74%	23,70%	14,93%	6,91%	1,60%	0,54%	0,42%	0,03%	0,13%	0,00%	100,00%
2014	49,43%	25,24%	14,99%	7,17%	1,76%	0,81%	0,33%	0,12%	0,15%	0,00%	100,00%
2015	50,98%	22,11%	15,92%	8,77%	1,32%	0,62%	0,17%	0,00%	0,11%	0,00%	100,00%

Tabela A4-6 – Percentagens médias de contratos de CPV 71

	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9	Em Branco	Totais
% Média	48,64%	26,44%	13,89%	7,60%	2,43%	0,56%	0,25%	0,08%	0,10%	0,00%	100,00%

ANEXO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR PRAZO DE EXECUÇÃO

Tabela A5-1- Distribuição do nº de contratos de CPV 45

Prazo de execução	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
até 7 dias	29	344	567	295	450	630	780	859
7 a 15 dias	77	967	1068	1117	1006	919	1242	1510
15 a 30 dias	210	2335	2513	2290	2254	2357	3075	3415
30 a 60 dias	51	1360	1442	1587	1408	1561	2207	2433
60 a 120 dias	46	817	952	937	1004	991	1523	1667
>120 dias	24	528	1012	1354	1321	955	1408	1104
Em Branco	0	8	10	0	61	76	0	0
Total	437	6359	7564	7580	7504	7489	10235	10988

Tabela A5-2 - Distribuição das % de contratos de CPV 45

Prazo de execução	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
até 7 dias	6,64%	5,41%	7,50%	3,89%	6,00%	8,41%	7,62%	7,82%
7 a 15 dias	17,62%	15,21%	14,12%	14,74%	13,41%	12,27%	12,13%	13,74%
15 a 30 dias	48,05%	36,72%	33,22%	30,21%	30,04%	31,47%	30,04%	31,08%
30 a 60 dias	11,67%	21,39%	19,06%	20,94%	18,76%	20,84%	21,56%	22,14%
60 a 120 dias	10,53%	12,85%	12,59%	12,36%	13,38%	13,23%	14,88%	15,17%
>120 dias	5,49%	8,30%	13,38%	17,86%	17,60%	12,75%	13,76%	10,05%

Tabela A5-3 - Distribuição do nº de contratos de CPV 71

Prazo de execução	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
até 7 dias	11	203	318	273	221	86	136	83
7 a 15 dias	10	278	360	281	175	162	171	174
15 a 30 dias	28	623	882	707	515	492	412	509
30 a 60 dias	29	560	729	619	430	435	416	477
60 a 120 dias	21	510	1172	640	486	453	423	604
>120 dias	43	1157	1992	2029	1611	1499	1790	1721
Total	142	3331	5453	4549	3438	3127	3348	3568

Tabela A5-4 - Distribuição das % de contratos de CPV 45

Prazo de execução	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
até 7 dias	7,75%	6,09%	5,83%	6,00%	6,43%	2,75%	4,06%	2,33%
7 a 15 dias	7,04%	8,35%	6,60%	6,18%	5,09%	5,18%	5,11%	4,88%
15 a 30 dias	19,72%	18,70%	16,17%	15,54%	14,98%	15,73%	12,31%	14,27%
30 a 60 dias	20,42%	16,81%	13,37%	13,61%	12,51%	13,91%	12,43%	13,37%
60 a 120 dias	14,79%	15,31%	21,49%	14,07%	14,14%	14,49%	12,63%	16,93%
>120 dias	30,28%	34,73%	36,53%	44,60%	46,86%	47,94%	53,46%	48,23%

ANEXO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E VALOR DE CONTRATO PARA O CPV 45.

Tabela A6-1 – Distribuição das % de contratos de Ajuste Direto por Classe de Valor

Ajuste Direto	Classe de valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9
	2008	96,34%	0,69%	0,00%	0,46%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	92,63%	1,59%	0,79%	0,61%	0,39%	0,26%	0,00%	0,00%	0,00%
	2010	95,62%	1,99%	0,97%	0,71%	0,47%	0,21%	0,01%	0,00%	0,01%
	2011	95,96%	2,03%	0,88%	0,68%	0,19%	0,20%	0,05%	0,00%	0,02%
	2012	96,40%	1,60%	1,24%	0,50%	0,20%	0,02%	0,02%	0,02%	0,00%
	2013	98,40%	0,73%	0,54%	0,26%	0,03%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%
	2014	98,75%	0,71%	0,39%	0,09%	0,03%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
	2015	99,53%	0,30%	0,10%	0,02%	0,03%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%

Tabela A6-2 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por Classe de Valor

Concurso limitado por prévia qualificação	Classe de valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9
	2008	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,26%	0,00%	10,53%	0,00%	84,21%
	2010	14,81%	0,00%	7,41%	7,41%	11,11%	0,00%	7,41%	14,81%	37,04%
	2011	0,00%	10,53%	2,63%	5,26%	15,79%	2,63%	7,89%	13,16%	42,11%
	2012	6,25%	25,00%	18,75%	18,75%	6,25%	18,75%	6,25%	0,00%	0,00%
	2013	6,25%	25,00%	12,50%	31,25%	6,25%	6,25%	0,00%	0,00%	12,50%
	2014	3,03%	3,03%	18,18%	24,24%	33,33%	15,15%	0,00%	0,00%	3,03%
	2015	6,38%	8,51%	19,15%	25,53%	19,15%	12,77%	4,26%	2,13%	2,13%

Tabela A6-3 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por Classe de Valor

Concurso público	Classe de valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9
	2008	27,27%	36,36%	27,27%	0,00%	9,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	30,60%	29,74%	18,53%	11,21%	5,17%	3,45%	0,43%	0,86%	0,00%
	2010	29,48%	22,83%	16,03%	15,90%	7,88%	3,40%	3,26%	0,54%	0,68%
	2011	26,96%	22,81%	17,82%	18,28%	9,97%	3,05%	0,83%	0,09%	0,18%
	2012	32,48%	21,24%	16,95%	14,38%	8,67%	4,86%	1,14%	0,00%	0,29%
	2013	33,07%	26,18%	17,11%	11,83%	8,04%	2,41%	1,15%	0,00%	0,23%
	2014	34,04%	29,09%	16,64%	9,90%	5,02%	2,75%	1,58%	0,48%	0,48%
	2015	43,83%	26,89%	15,30%	8,69%	3,27%	1,26%	0,52%	0,22%	0,00%

ANEXO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E VALOR DE CONTRATO PARA O CPV 71.

Tabela A7-1 - Distribuição das % de contratos de Ajuste Direto por Classe de Valor

	Classe de valor	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9
Ajuste Direto	2008	44,29%	30,71%	15,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	46,61%	28,71%	13,40%	7,62%	2,99%	0,42%	0,18%	0,03%	0,03%
	2010	46,76%	27,25%	12,01%	7,03%	6,27%	0,44%	0,21%	0,02%	0,02%
	2011	49,49%	30,39%	12,24%	5,93%	1,61%	0,16%	0,12%	0,02%	0,05%
	2012	55,72%	26,18%	10,82%	5,49%	1,39%	0,22%	0,15%	0,00%	0,03%
	2013	53,53%	24,56%	14,59%	5,99%	1,03%	0,21%	0,07%	0,00%	0,03%
	2014	52,56%	26,49%	14,96%	5,05%	0,65%	0,26%	0,00%	0,03%	0,00%
	2015	53,30%	23,01%	15,12%	7,62%	0,51%	0,39%	0,06%	0,00%	0,00%

Tabela A7-2 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por Classe de Valor

	Classe de valor	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9
Concurso limitado por prévia qualificação	2008	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2010	0,00%	0,00%	5,41%	18,92%	37,84%	8,11%	2,70%	24,32%	2,70%
	2011	3,28%	0,00%	14,75%	21,31%	19,67%	21,31%	1,64%	4,92%	13,11%
	2012	0,00%	0,00%	25,00%	35,00%	25,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2013	21,74%	17,39%	17,39%	17,39%	8,70%	4,35%	13,04%	0,00%	0,00%
	2014	0,00%	7,69%	0,00%	46,15%	30,77%	11,54%	0,00%	0,00%	3,85%
	2015	0,00%	3,57%	10,71%	28,57%	42,86%	10,71%	0,00%	0,00%	3,57%

Tabela A7-3 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por Classe de Valor

	Classe de valor	CVS 1	CVS 2	CVS 3	CVS 4	CVS 5	CVS 6	CVS 7	CVS 8	CVS 9
Concurso público	2008	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	0,00%	8,70%	13,04%	13,04%	30,43%	8,70%	13,04%	8,70%	4,35%
	2010	7,24%	12,50%	26,97%	25,66%	15,79%	5,92%	3,29%	1,32%	1,32%
	2011	13,44%	18,82%	27,96%	18,28%	7,53%	8,60%	3,76%	0,00%	1,61%
	2012	20,99%	15,43%	28,40%	15,43%	11,73%	4,94%	0,62%	2,47%	0,00%
	2013	21,43%	13,69%	23,21%	21,43%	8,93%	5,36%	4,17%	0,60%	1,19%
	2014	16,94%	10,08%	17,34%	29,44%	12,50%	6,45%	4,44%	1,21%	1,61%
	2015	15,64%	8,38%	31,28%	27,37%	10,06%	3,35%	2,23%	0,00%	1,68%

ANEXO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O CPV 45.

Tabela A8-1 - Distribuição das % de contratos de Ajuste Direto por prazo de execução

	Prazo de execução	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Ajuste Direto	2008	6,8%	18,1%	48,8%	10,6%	10,6%	5,2%
	2009	5,6%	15,8%	37,9%	21,9%	12,0%	6,8%
	2010	8,4%	15,7%	36,7%	19,9%	11,7%	7,6%
	2011	4,6%	17,3%	35,0%	23,2%	11,2%	8,8%
	2012	7,0%	15,7%	34,9%	20,5%	12,0%	9,4%
	2013	9,7%	14,1%	35,9%	21,7%	11,6%	6,4%
	2014	8,9%	14,2%	34,6%	23,1%	12,7%	6,6%
	2015	9,0%	15,6%	35,1%	23,1%	12,7%	4,6%

Tabela A8-2 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por prazo de execução

	Prazo de execução	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Concurso limitado por prévia qualificação	2008	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	2010	0,00%	0,00%	3,70%	0,00%	18,52%	77,78%
	2011	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,53%	89,47%
	2012	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%	87,50%
	2013	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,25%	93,75%
	2014	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	9,09%	90,91%
	2015	0,00%	0,00%	0,00%	2,13%	10,64%	87,23%

Tabela A8-3 - Distribuição das % de contratos de Concurso público por prazo de execução

	Prazo de execução	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Concurso público	2008	0,00%	0,00%	18,18%	54,55%	9,09%	18,18%
	2009	0,86%	0,86%	9,05%	10,78%	36,64%	41,81%
	2010	0,14%	0,54%	2,99%	12,23%	21,20%	62,91%
	2011	0,09%	0,09%	2,68%	8,40%	19,39%	69,34%
	2012	0,00%	0,19%	2,10%	9,05%	22,29%	66,38%
	2013	0,00%	0,46%	2,99%	9,87%	26,87%	59,82%
	2014	0,00%	0,21%	3,44%	12,93%	28,06%	55,36%
	2015	0,00%	0,82%	3,64%	16,12%	33,06%	46,36%

ANEXO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O CPV 71.

Tabela A9-1 - Distribuição das % de contratos de Ajuste Direto por prazo de execução

	Classe de valor	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Ajuste Direto	2008	5,71%	8,57%	19,29%	20,71%	15,00%	30,71%
	2009	6,14%	8,41%	18,81%	16,88%	15,25%	34,51%
	2010	6,06%	6,82%	16,60%	13,70%	21,62%	35,20%
	2011	6,33%	6,47%	16,10%	14,00%	13,93%	43,17%
	2012	6,81%	5,39%	15,78%	12,95%	13,93%	45,13%
	2013	2,96%	5,57%	16,89%	14,10%	14,48%	45,99%
	2014	4,39%	5,56%	13,31%	13,31%	13,14%	50,29%
	2015	2,47%	5,18%	15,00%	14,01%	17,38%	45,97%

Tabela A9-2 - Distribuição das % de contratos de Concurso limitado por prévia qualificação por prazo de execução

	Classe de valor	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Concurso limitado por prévia qualificação	2008	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	2009	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	2010	0,00%	0,00%	5,41%	0,00%	0,00%	94,59%
	2011	0,00%	0,00%	0,00%	1,64%	9,84%	88,52%
	2012	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	80,00%
	2013	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	39,13%	60,87%
	2014	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%	96,15%
	2015	0,00%	0,00%	3,57%	0,00%	3,57%	92,86%

Tabela A9-3 - Distribuição das % de contratos de Concurso público por prazo de execução

	Classe de valor	até 7 dias	7 a 15 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	60 a 120 dias	>120 dias
Concurso público	2008	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2009	0,00%	0,00%	4,35%	8,70%	26,09%	60,87%
	2010	0,00%	0,66%	3,95%	4,61%	22,37%	68,42%
	2011	0,54%	1,61%	8,06%	8,06%	18,82%	62,90%
	2012	0,00%	0,00%	1,85%	6,17%	17,90%	74,07%
	2013	0,00%	0,00%	0,60%	2,98%	13,69%	82,74%
	2014	0,40%	0,00%	1,21%	2,42%	7,66%	88,31%
	2015	0,00%	0,00%	2,23%	3,35%	10,61%	83,80%

ANEXO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR VALOR DE CONTRATO E POR CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O CPV 45.

Tabela A10-1 – Distribuição dos contratos pelo seu preenchimento para o ano de 2014

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	989	20	20	21	17	11	17	3	4	1102
Contratos Analisados	8146	466	262	139	70	36	6	4	4	9133
Nº de Contratos	9135	486	282	160	87	47	23	7	8	10235

Tabela A10-2 – Distribuição dos contratos pelo seu valor de contrato e classe de alvará do adjudicatário para o ano de 2014

Classe de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Totais
Classe 1	23,3%	1,3%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1907
Classe 2	12,5%	4,5%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1041
Classe 3	13,7%	7,1%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1155
Classe 4	12,7%	13,1%	9,5%	0,7%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1122
Classe 5	17,8%	28,5%	23,7%	15,1%	8,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1672
Classe 6	9,5%	17,6%	23,7%	23,7%	11,4%	13,9%	0,0%	0,0%	0,0%	964
Classe 7	5,8%	15,7%	19,5%	26,6%	24,3%	8,3%	16,7%	0,0%	0,0%	653
Classe 8	1,6%	4,1%	3,8%	9,4%	11,4%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	183
Classe 9	3,1%	8,2%	16,0%	24,5%	41,4%	66,7%	83,3%	100,0%	100,0%	436
Nº de contratos	8146	466	262	139	70	36	6	4	4	9133

Tabela A10-3 - Distribuição dos contratos pelo seu preenchimento para o ano de 2015

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	1215	13	15	17	14	6	8	4	1	1293
Contratos Analisados	8928	382	210	114	41	18	1	1	0	9695
Nº de Contratos	10143	395	225	131	55	24	9	5	1	10988

Tabela A10-4 - Distribuição dos contratos pelo seu valor de contrato e classe de alvará do adjudicatário para o ano de 2015

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Totais
Classe 1	24,7%	0,8%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2221
Classe 2	13,6%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1223
Classe 3	12,3%	6,8%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1131
Classe 4	13,1%	14,9%	9,0%	7,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1256
Classe 5	16,3%	22,5%	24,8%	26,3%	19,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1627
Classe 6	9,3%	22,0%	23,8%	17,5%	17,1%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	997
Classe 7	5,9%	16,0%	15,7%	16,7%	17,1%	27,8%	0,0%	0,0%	0,0%	652
Classe 8	1,8%	4,2%	2,4%	5,3%	9,8%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	193
Classe 9	3,0%	10,5%	20,5%	25,4%	36,6%	50,0%	100,0%	100,0%	0,0%	405
Nº de contratos	8928	382	210	114	41	18	1	1	0	9695

ANEXO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS POR VALOR DE CONTRATO E POR CLASSE DE ALVARÁ DO ADJUDICATÁRIO PARA O CPV 71.

Tabela A11-1 - Distribuição dos contratos pelo seu preenchimento para o ano de 2014

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	2780	32	18	4	4	1	0	0	0	2839
Contratos Analisados	499	4	2	2	1	1	0	0	0	509
Nº de Contratos	3279	36	20	6	5	2	0	0	0	3348

Tabela A11-2 - Distribuição dos contratos pelo seu valor de contrato e classe de alvará do adjudicatário para o ano de 2014

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Totais
Classe 1	30,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	151
Classe 2	12,4%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	63
Classe 3	13,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	68
Classe 4	13,4%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	68
Classe 5	17,2%	50,0%	100,0%	50,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	92
Classe 6	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	14
Classe 7	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17
Classe 8	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	13
Classe 9	4,4%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23
Nº de contratos	499	4	2	2	1	1	0	0	0	509

Tabela A11-3 - Distribuição dos contratos pelo seu preenchimento para o ano de 2015

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Total
Contratos em Branco	3039	28	10	3	3	1	0	0	0	3084
Contratos Analisados	473	9	2	0	0	0	0	0	0	484
Nº de Contratos	3512	37	12	3	3	1	0	0	0	3568

Tabela A11-4 - Distribuição dos contratos pelo seu valor de contrato e classe de alvará do adjudicatário para o ano de 2015

Classes de Valor	CV 1	CV 2	CV 3	CV 4	CV 5	CV 6	CV 7	CV 8	CV 9	Totais
Classe 1	31,9%	44,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	155
Classe 2	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	59
Classe 3	11,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	53
Classe 4	19,5%	44,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	96
Classe 5	12,9%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	62
Classe 6	3,4%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17
Classe 7	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15
Classe 8	1,9%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10
Classe 9	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17
Nº de contratos	473	9	2	0	0	0	0	0	0	484

ANEXO 12 – DISTRIBUIÇÃO DO PREENCHIMENTO DE DADOS FINAIS

Tabela A12-1 – Distribuição do nº de contratos preenchidos para o CPV 45

Dados Finais	Data de fecho	Preço total efectivo	Causas de alterações de prazo	Causas de alteração de preço	Nº total de contratos por ano
2008	311	329	46	72	437
2009	2829	3378	1042	1054	6359
2010	3224	4476	1694	1240	7564
2011	2950	4633	2166	1482	7580
2012	1693	4239	2812	1383	7504
2013	716	4529	3783	1442	7489
2014	448	4137	3554	1428	7824
2015	66	3214	2963	1322	7641

Tabela A12-2 – Distribuição da % de preenchimento para o CPV 45

Dados Finais	Data de Fecho	Preço Total Efetivo	Causas de Alterações de Prazo	Causas de Alteração de preço	Nº total de contratos por ano
2008	71,17%	75,29%	10,53%	16,48%	437
2009	44,49%	53,12%	16,39%	16,57%	6359
2010	42,62%	59,18%	22,40%	16,39%	7564
2011	38,92%	61,12%	28,58%	19,55%	7580
2012	22,56%	56,49%	37,47%	18,43%	7504
2013	9,56%	60,48%	50,51%	19,25%	7489
2014	5,73%	52,88%	45,42%	18,25%	7824
2015	0,86%	42,06%	38,78%	17,30%	7641

Tabela A12-3 - Distribuição do nº de contratos preenchidos para o CPV 71

Dados Finais	Data de fecho	Preço total efectivo	Causas de alterações de prazo	Causas de alteração de preço	Nº total de contratos por ano
2008	109	109	4	15	142
2009	1260	1253	169	220	3331
2010	2362	2366	274	433	5453
2011	2100	2110	277	409	4549
2012	1589	1593	206	307	3438
2013	1377	1425	217	282	3127
2014	1799	1853	208	238	4484
2015	805	822	92	120	3833

Tabela A12-4 - Distribuição da % de preenchimento para o CPV 71

Dados Finais	Data de fecho	Preço total efectivo	Causas de alterações de prazo	Causas de alteração de preço	Nº total de contratos por ano
2008	76,76%	76,76%	2,82%	10,56%	142
2009	37,83%	37,62%	5,07%	6,60%	3331
2010	43,32%	43,39%	5,02%	7,94%	5453
2011	46,16%	46,38%	6,09%	8,99%	4549
2012	46,22%	46,34%	5,99%	8,93%	3438
2013	44,04%	45,57%	6,94%	9,02%	3127
2014	40,1%	41,3%	4,6%	5,3%	4484
2015	21,0%	21,4%	2,4%	3,1%	3833